

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO PAGAMENTO  
DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE  
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

**Reunião n.º 5**

4 de julho de 2018

(17,21 h – 21,35 h)

**Ordem do dia:**

1. Designação de Relator;
2. Audição do Eng.º Luís Mira Amaral, ex-Ministro da Indústria e Energia no XI e XII Governos Constitucionais (1987-1995).\*

**Presidente da Comissão:** Maria Mercês Borges

**Deputados:**

Jorge Costa (BE)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Luís Moreira Testa (PS)

Hugo Costa (PS)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

\* *Apresentação em Powerpoint*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Maria das Mercês Borges): — Srs. Deputados, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

*Eram 17 horas e 21 minutos.*

Cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados, bem como todos os presentes. Estamos em condições de dar início à 5.<sup>a</sup> reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Reunidas que estão as condições, o ponto 1 da nossa ordem do dia visa, precisamente, a designação do Relator da Comissão, que, como todos as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados têm conhecimento, tem de ser eleito até à nossa 5.<sup>a</sup> reunião.

Antes, então, de iniciarmos a nossa audição, vamos cumprir o disposto no primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos. Para o efeito, passo a palavra às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados que desejem fazer uso dela.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Gostaria de intervir muito singelamente para sinalizar a disponibilidade do Bloco de Esquerda para desempenhar, através da minha pessoa, este encargo.

Somos proponentes desta Comissão de Inquérito, aliás, esse é um estatuto que, noutras circunstâncias, tem sido valorizado por alguns partidos para identificar qual deve ser a prioridade a dar na escolha do Relator e, neste caso concreto, da parte do Bloco de Esquerda, estamos disponíveis,

interessados e com vontade de desempenhar essa tarefa e era isso que queria dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD, faça favor.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente, boa tarde a todos.

O Grupo Parlamentar do PSD sugere a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helga Correia para Relatora desta Comissão.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Mais algum das Sr.<sup>as</sup> ou dos Srs. Deputados deseja usar da palavra?

*Pausa.*

Não havendo, vamos proceder à respetiva votação das duas propostas.

Pese embora a votação envolva pessoas, como é por grupo parlamentar, penso que podemos votar normalmente.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não é por grupo parlamentar, é nominal.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Eu sei, Sr. Deputado, é nominal, mas, envolvendo nomes de pessoas, de uma forma geral, a votação costuma ser secreta. Mas, penso, se dispensarem esse processo, por mim não faço questão.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Dispensamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Há alguma objeção a que a votação seja normal?

*Pausa.*

Não havendo objeção, vou pôr à votação a proposta de nomeação como Relator da Comissão o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

Vamos votar, Srs. Deputados.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes e votos contra do PSD.*

Embora esteja decidido, coloco, agora, à votação a proposta de nomeação como Relatora da Comissão a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helga Correia, do PSD.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do BE, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes e votos a favor do PSD.*

Dado o resultado da votação, a partir deste momento, está nomeado o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda e, portanto, tem a responsabilidade de assumir as funções de Relator desta Comissão de Inquérito.

Sr. Deputado, desejo-lhe as maiores felicidades, não é uma tarefa fácil.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Dá-me licença, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, apenas para cumprimentar o Relator que acabou de ser eleito nesta Comissão, desejando-lhe, como é óbvio, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um trabalho profícuo no sentido de relatar tudo o que houver a relatar e que seja, no fundo, também, esse relatório o espelho integral daquilo que se vai passar nas audições e nos trabalhos desta Comissão, estando nós certos de que assim acontecerá.

Muito obrigado e votos de bom trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, faça favor.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para também nos associarmos aos cumprimentos ao Sr. Deputado Jorge Costa e desejar-lhe os maiores sucessos à frente desta missão de Relator desta Comissão.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, faça favor.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, muito simplesmente para agradecer a confiança dos Srs. Deputados que me elegeram para estas funções e dizer que vou procurar cumpri-las com todo o rigor, procurando, ao longo do meu trabalho, a colaboração de todas as bancadas, de todos os Deputados membros desta Comissão, para que possa cumprir aquela que é a tarefa do Relator da maneira mais íntegra e completa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Reitero, igualmente, os meus votos das maiores felicidades.

Vamos, então, passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos, que consiste na audição do Sr. Eng.º Luís Mira Amaral, solicitando aos serviços que dirijam o convite para se dirigir à sala, por favor.

*Pausa.*

Como o Sr. Eng.º Luís Mira Amaral já se encontra presente, estamos em condições de iniciar a audição ao Sr. Eng.º Luís Mira Amaral, a quem cumprimento e agradeço muito a disponibilidade que, desde a primeira hora, demonstrou para vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Quero também agradecer-lhe porque sei e tenho conhecimento de que o Sr. Engenheiro fez um esforço acrescido, desmarcando, até, um compromisso que tinha anteriormente assumido, para além de lhe agradecer o facto de nos ter enviado não só a sua apresentação e a sua intervenção prévia, assim como documentação que, certamente, será muito útil e ainda um texto mais longo, que, certamente, será interessante e bem acolhido pelas Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Antes de o Sr. Engenheiro iniciar a sua intervenção inicial, desejo informar que toda essa documentação foi previamente distribuída pelas Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, e, sem mais delongas, vamos entrar no objeto desta Comissão de Inquérito, que está bem expresso na Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018 e que abrange exclusivamente o período de 2004 a 2018.

Neste sentido, relembro que nos encontramos numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que procura, com objetividade, verdade e dimensão democrática, esclarecer e apurar os atos que se enquadram no âmbito que é objeto desta Comissão.

É, pois, nesse sentido que irá decorrer esta audição e da seguinte forma: para uma intervenção inicial, o Sr. Engenheiro terá, mais ou menos, um valor indicativo de 15 minutos...

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral** (Ex-Ministro da Indústria e Energia no XI e XII Governos Constitucionais): — Sr.ª Presidente, se me der mais uns minutinhos...!

A Sr.ª **Presidente**: — Sim, e mais uns minutinhos; seguir-se-á uma primeira ronda de pergunta/resposta, que hoje será iniciada pelo Grupo Parlamentar do PSD — foi assim que ficou acordado —, dispondo cada grupo parlamentar de 8 minutos; existirá uma segunda ronda, em que cada grupo parlamentar fará uma intervenção corrida de 5 minutos e o Sr. Engenheiro fará a gentileza de responder no final; eventualmente, seguir-se-á uma terceira ronda de 3 minutos por cada grupo parlamentar, a que o Sr. Engenheiro responderá também no final.

Reiterando os nossos agradecimentos pela sua presença e disponibilidade, vamos dar início aos trabalhos.

Faça favor, Sr. Engenheiro, o tempo é seu.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**<sup>1</sup>: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, agradeço o vosso convite para aqui vir.

Devo dizer que acho esta matéria um bocadinho árida do ponto de vista técnico, pelo que vou tentar explicá-la da forma mais simples possível, mas não sei se conseguirei.

Irei debruçar-me sobre aspetos técnicos, económicos e financeiros, sobretudo sobre alguns aspetos financeiros, para tentarem perceber, porque eu fui aqui invocado mal, pois não é verdade o que aqui foi dito sobre a minha contribuição para os CAE (Contratos de Aquisição de Energia) da EDP e vou ter de repor a verdade dos factos, aliás, citando documentos que não são meus, e, portanto, estarei plenamente à vontade.

---

<sup>1</sup> Apresentação em *Powerpoint*

Depois, gostava de vos dizer que, ao contrário de outros que aterraram no setor elétrico depois de virem da política e dos governos, eu fui engenheiro de redes da EDP nos anos 70, fui professor de Produção de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica no IST (Instituto Superior Técnico) nessa época, e depois fui professor de Economia Industrial e Regulação Económica na Faculdade de Economia da Universidade Nova, onde, aliás, me inspirei para o modelo de regulação económica quando criei a ERSE, entidade reguladora do setor — atualmente energético —, e, na altura, do setor elétrico.

Portanto, antes de ter ido para o Governo já tinha uma longa experiência profissional e académica nesta área, sendo esse o meu contributo, obviamente complementado com a minha experiência governativa, que vou tentar explicar-vos ao dizer-vos o que se passou e o que se passa, desde o meu tempo até aos dias de hoje, embora saiba que o âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito só abrange o período a partir de 2004, mas tenho de explicar o que se passou.

Por isso, peço a compreensão da Sr.<sup>a</sup> Presidente para que pudesse ter mais uns minutinhos, porque vou tentar explicar aqui alguma coisa que aprendi na banca de investimentos, que pode não ser fácil por causa das rendas excessivas, mas que acho importante para os senhores perceberem o filme.

Fui eu que comecei este processo de introdução das novas fontes de energia renováveis, com o Decreto-Lei n.º 189/88 de 27 de maio.

Abri a produção elétrica ao setor privado, acabando com o monopólio da EDP, para permitir outros produtores, designadamente as novas fontes de energia renováveis. Elas começaram, assim, comigo, com as chamadas mini-hídricas, depois continuámos, com a biomassa, eólica e solar.

Por que é que chamo novas fontes? É que já havia a energia renovável hidráulica, do tempo do meu saudoso professor do Instituto Superior

Técnico, Ferreira Dias, Ministro da Economia, que fez a eletrificação do País e conseqüente industrialização, nessa época.

Portanto, já tínhamos energia renovável em Portugal. Estas são novas fontes de energia renovável. É que, às vezes, parece que se descobriram agora as renováveis, mas as renováveis e a água já estavam descobertas há muito tempo, felizmente, no nosso País. Creio, pois, ter uma autoridade política, moral e técnica para criticar o monstro elétrico que foi criado e é isso que vou agora tentar explicar.

Portugal tem emissões de CO<sub>2</sub> e consumo de energia *per capita* dos mais baixos da União Europeia, mas tem sido vítima de uma política excessiva e fundamentalista de penetração das renováveis intermitentes. Tal começou no Governo Guterres, que se esqueceu que já tínhamos hidroeletricidade, que já tínhamos energia renovável em Portugal e na altura, lançaram o Programa E4.

Depois, isto agravou-se muito no Governo Sócrates, que se esqueceu que já havia muita potência contratada, através dos CAE (Contratos de Aquisição de Energia) e dos CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual), que asseguravam o pagamento dos custos fixos centrais e passaram, então, a trabalhar em apoio às intermitentes, tendo começado a instalar capacidade eólica em duplicação a essa potência existente coberta pelos CAE e CMEC.

Os produtores eólicos gostam sempre de escamotear um problema. Isto é a realidade das coisas: as fontes intermitentes produzem ao ritmo de natureza e não ao ritmo do nosso consumo e, portanto, quando não há vento ou não há sol, temos de ter uma produção clássica, das centrais clássicas ordinárias, em *standby*, para entrarem, se não houver vento ou se não houver sol, senão temos um apagão na rede. Os produtores eólicos esquecem-se, sistematicamente, disto! Isto não é a favor nem contra, é a realidade física das coisas.

Chegou-se a falar em 8000 MW – e quando se falou nisto assustei-me e foi daí que comecei a intervir, a chamar a atenção para o facto de ser preciso ter mais cuidado – mas ficou-se com o exagero dos 5300 MW.

O excesso de capacidade eólica instalada em Portugal, num contexto em que não se consegue vender energia excedentária para a Europa e em que os espanhóis também não precisam dela, porque fizeram os mesmos excessos, conjugado com o regime político das tarifas *feed-in*, gerou um autêntico monstro eléctrico em Portugal: 85% da energia produzida não se rege pelos mecanismos de mercado quer em termos de quantidade quer em termos de preço.

Comparo isto à Política Agrícola Comum. É que, às tantas, os agricultores começam a trabalhar para subsídios e não para o mercado. Também aqui, nas renováveis, se está a trabalhar para os subsídios fixados pelo poder político e não para o mercado que se pretendia servir.

A ponta de consumo são 8500 MW, temos uma potência instalada de 19 800 MW e, como é fácil perceber, temos uma brutal capacidade instalada, redundante, excedentária, que tem de ser paga. Não é a energia que é paga, mas é esta capacidade instalada. Depois, temos uma ponta de vazio, à noite, de 3500 MW, e temos ainda a eólica. Há vento em Portugal, sobretudo à noite e não de dia, e quando o vento entra em força temos excesso de produção à noite, face ao consumo da noite. Então, o que é que nos acontece muitas vezes? Exportamos para Espanha, praticamente a preço zero, porque os espanhóis também têm excesso, portanto, é uma mercadoria da qual também não precisam, logo o preço é muito baixo, tendencialmente zero.

Portanto, a potência instalada tem subido, enquanto os consumos se mantêm estagnados, a utilização média da potência está em queda; quanto mais potência no sistema, maior a queda será; há uma brutal capacidade instalada ociosa; e há brutais custos de capital a serem pagos pelo consumidor.

Em 10 anos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG) passaram de 500 milhões de euros para 2500 milhões, ou seja, quintuplicaram, embora agora, já tenham baixado um bocadinho.

Mas chamo a atenção para isto, porque oiço sempre a conversa de que nos CIEG também estão – e estão – as rendas aos municípios e o apoio às regiões autónomas. Estão, mas isso já existia nos 500 milhões! Portanto, quando isto quintuplica, não tem a ver com as regiões autónomas nem com os municípios, tem antes a ver com o excesso eólico instalado. Isto, normalmente, é escamoteado.

A dívida tarifária chegou a ser de 5000 milhões de euros. Houve aqui um bruaá quando a Caixa foi capitalizada em cerca de 5000 milhões de euros, e todos achámos que estávamos a pagar muito, mas ficou tudo tranquilo quando a dívida tarifária chegou a cerca de 5000 milhões e nós vamos pagar isto com língua de palmo nas tarifas, na amortização da dívida nos próximos anos, e aqui ninguém se preocupou.

Temos um contributo de fontes de energia renovável no Consumo Final Bruto de Energia de 31%, enquanto que a União Europeia está a 20%. Isto porquê? Porque nós também já tínhamos a hidráulica, que era uma fonte renovável. Não temos só a eólica e a solar, já tínhamos a hidráulica – aliás, é fácil perceber que temos um País dotado para ter bom contributo das renováveis, porque já tínhamos a energia hidroelétrica.

Vamos ter as centrais a carvão a funcionar com uma utilização inferior à da União Europeia e também as centrais de ciclo combinado terão uma utilização inferior à da União Europeia. Porquê? Porque temos uma forte componente da renovável.

Vejam que: nas emissões de CO<sub>2</sub>, Portugal é 1,5% da União Europeia e é 1,4% da União Europeia no sistema energético. A União Europeia emite 10% do CO<sub>2</sub> mundial e parece que nós, às tantas, temos de ser os campeões

européus, ou campeões mundiais, nesta matéria. Portanto, acho que há aqui um exagero que não faz sentido.

Face aos objetivos estabelecidos para 2020, Portugal já atingiu o objetivo de redução das emissões e está em linha para atingir os objetivos de renováveis e eficiência energética – e cito uma fonte insuspeita: *EDP Energy Outlook*, de 2017.

Chamo-vos a atenção para o facto de eu defender a introdução das renováveis — sempre defendi —, na rede portuguesa, por três razões: primeiro, diversifica o *mix* de produção; segundo, são uma fonte endógena; e terceiro, reduzem o CO<sub>2</sub> e as importações de combustíveis fósseis. Contesto é o exagero que, depois, foi feito.

Quanto ao privilégio eólico, em fevereiro de 2013, como contrapartida de um desconto de 2,5% até 2020 sobre as tarifas atuais — esse desconto é de 2,4 €/MWh —, foi atribuído às eólicas um prazo de proteção de uma confortável tarifa mínima de 74 €/MWh por 7 anos.

Portanto, o que perderam com este pequeno desconto foi mais do que compensado com o que arrecadarão com o nível de garantia muito acima dos preços internacionais.

Numas contas simples, e sem o cálculo de valores atuais, assumindo um preço médio no mercado grossista de 44 €/MWh, a margem obtida, logo no primeiro ano, que são 30 €/MWh, é superior ao que vão perder com o desconto durante a totalidade dos 8 anos, que é 19,2 €/MWh. Ninguém tem falado nisto, mas acho que isto merecia uma discussão.

Na minha opinião, o Secretário de Estado da Energia, que tem sido, para mim, uma agradável surpresa, devia propor a reversão desta medida. Para mim era fácil, porque não tem aqui investidores, já tinham o que tinham, isto foi dado a mais, e, portanto, era totalmente fácil revertê-lo.

Se quiserem, posso depois explicar, com umas contas simples que fiz, de quanto é que é o valor, mais ou menos, de benefício líquido que esta medida fez. Acho que isto podia ser revertido.

Depois, vejo o Ministro Moreira da Silva, a dizer que ia excluir estas renováveis da constituição especial sobre o setor energético, em que todos levaram, porque, e cito, «foram recentemente objeto de relevantes medidas de redução de custos». E aqui «as relevantes medidas de redução de custos» foi que, num ano, vão receber mais do que receberam durante 8 anos. Foi isto que aconteceu!

Quanto à fatura elétrica, é preciso perceber, no momento em que os CMEC estão sob escrutínio, que, para mim, o grande responsável dos Custos de Interesse Económico Geral não são os CMEC, é a PRE (Produção em Regime Especial) com 1317 milhões de euros em 2017, os CMEC com apenas 320 milhões e os meus CAE, que aqui foram referidos como o mal disto tudo, com apenas 104 milhões de euros. *Peanuts* comparado com o que está aqui da PRE nos CIEG!

Mas o que tem piada é que, em minha tese, é o PRE é que fez o cancro do sistema e os CMEC são apenas o mecanismo de transmissão às centrais do regime ordinário. O cancro do sistema está na PRE, na Produção em Regime Especial, com o excesso eólico e depois há apenas a transmissão.

Também é importante chamar-vos a atenção para o seguinte: dizem aí que o IVA é que é o responsável pelo preço da eletricidade em Portugal ser dos mais caros da Europa.

Aqui não temos ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos), como nos combustíveis – e aí acho que têm razão – mas aqui no IVA (imposto de valor acrescentado) estamos em linha com 19 ou 20 países da União Europeia.

Portanto, os responsáveis são os CIEG, com esse sobrecusto das PRE.

Como explico na fatura energética, temos as Tarifas de Acesso à Rede, onde estão os CIEG e os impostos, alguns, habilidosamente, chamam a isto taxas e taxinhas e dizem que tudo são impostos. Não são! Nas Tarifas de Acesso à Rede há os Custos de Interesse Económico Geral, que são os CIEG, e os CIEG têm sobrecustos de energia das renováveis intermitentes.

Portanto, a fatura, para mim, é um monumental embuste, porque na energia não está captado o sobrecusto das eólicas, que são custos de energia, e é remetido para taxas e taxinhas quando isto são encargos de energia

Para mim, a fatura de energia é um grande embuste porque, na parte de energia, que está como energia, não está uma parte de sobrecustos das eólicas, que são encargos de energia.

Os CIEG são custos de energia; só que não estão na fatura, não aparecem como encargos de energia. Portanto, esta fatura é um embuste para um incauto e, felizmente, não o é para mim, que domino o sistema e, portanto, chamo a vossa atenção para isto.

Depois, vamos, agora, à parte mais substancial — e pedia alguma compreensão à Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Em 1987, ao chegar ao Ministério da Indústria e Energia, a EDP era uma empresa pública, verticalmente integrada em situação financeira muito difícil. Já se esqueceram disso? Aquilo estava em situação altamente complicada, a rede de distribuição estava em péssima situação, mas eu conhecia-a bem, porque tinha lá sido engenheiro de redes, na altura.

E o que é que fiz? Era preciso investir na rede de distribuição mas, como a empresa estava altamente endividada, não convinha investir também na produção ao mesmo tempo. Então, arranjei a figura dos Contratos de Aquisição de Energia, para captar investimento privado, para investir na produção e aí nasceram os Contratos de Aquisição de Energia do Pego, a carvão, em 1993, e da Tapada do Outeiro, em gás natural, em 1994.

Acontece que, quando saímos do Governo, a EDP tínhamo-la transformado numa joia da coroa.

Mas os CAE — e isto é muito importante, porque o Sr. Pedro de Sampaio Nunes, aqui, disse uma coisa que não é verdade — para as centrais da EDP só foram assinados no Governo de Guterres, em 1996. Ele disse aqui, e vi a apresentação, que já eram de 1995... Já levei pancada nos jornais, também do Sr. Deputado Jorge Costa, que citou, hoje, no *Dinheiro Vivo*, o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes, e não estou a atacar o Sr. Deputado Jorge Costa, que citou um eminente especialista de energia, só estou a chamar a atenção para o facto de este eminente especialista de energia se ter equivocado nas datas. Os CAE da EDP são de 1996, já eu tinha saído do Governo, porque saí em 1995.

Portanto, assumo o que fiz, e expliquei porquê: os CAE para as duas centrais privadas. Mas não posso assumir CAE feitos pelo Eng.º Guterres. É claro que suspeito — sei o que a casa gasta, porque passei pelos governos: era preciso embelezar a noiva para privatizar a EDP. Até diria, numa linguagem de que a esquerda gosta muito, numa linguagem habitual, quando o Eng.º Guterres quis privatizar a EDP, se calhar, era um neoliberal.

Eu não privatizei a EDP; primeiro, quis equilibrá-la e, portanto, não tive tempo de começar esse processo, que foi já feito no Governo do Eng.º Guterres.

Em 2004, com o MIBEL (Mercado Ibérico de Eletricidade) e a liberalização, extinguiram-se os CAE e criaram-se, então, os Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual.

Mas só em 2007, com Pinho na Economia e Mexia na EDP, é que os CMEC sujeitos a ajustes se começaram a aplicar. Por outro lado, a entrada em força das eólicas, remeteu as centrais da EDP, na produção em regime ordinário, apenas a um papel quase de apoio às eólicas.

Portanto, a operação destas centrais não remunerava os custos fixos. Então, o que é que entrou? Os CMEC, em força, a pagar os custos fixos de centrais que só estavam a trabalhar de apoio às intermitentes. Essas centrais, no meu tempo, faziam a base do diagrama e, por fazer a base do diagrama, a venda da energia pagava os custos fixos.

Quando estas centrais passam apenas a trabalhar no apoio às eólicas, a operação, o mercado, não paga os custos fixos e, então teve de se arranjar este esquema, porque elas eram indispensáveis. E, portanto, os CMEC vieram fazer isto.

Os CAE de 1993 e 1994 foram comigo, assumo o que fiz e já expliquei porquê, os de 1996, para as centrais da EDP, não foram comigo, foi o Eng.º Guterres que os criou.

Nas térmicas pagam-se, conforme explicado, custos fixos ligados à potência disponível, assumindo que o custo variável da água é zero. Para as hidráulicas não se pagam custos variáveis, porque o custo da água é zero, mas nas térmicas é aquilo que se paga.

Portanto, as centrais privadas dos meus CAE, se assim se pode dizer, não aceitaram passar para os CMEC, mantendo-se esses CAE em vigor, e ainda hoje em dia estão em vigor.

Com a EDP, ainda com participação pública, o Governo de então decidiu extinguir os CAE da EDP, forçando a EDP a passar para os CMEC. E a EDP tem toda a razão, não foi a EDP que quis, foi o Governo que forçou a EDP, com participação pública, a passar para os CMEC, devido ao acordo do MIBEL e à liberalização. Mas este acordo do MIBEL, curiosamente, foi primeiro subscrito pelo Eng.º Guterres e só depois é que foi ratificado pelo Governo Barroso. Mas, repito, foi no Governo Guterres que este acordo foi subscrito.

Então, para mim, os CMEC não seriam mais do que um cálculo de diferença entre a margem de contribuição que obtinham via CAE e o que

obtinham a vender energia no mercado *spot*, o mercado grossista do MIBEL. Se recebessem mais de um lado ou menos de outro, fazia-se a compensação no fim e isto era simples e haveria neutralidade financeira.

Portanto, na minha modesta opinião, bastaria em cada ano ver as diferenças a pagar e a receber em conformidade.

Só que esse diferencial entre as duas margens de contribuição foi traduzido numa compensação anualizada, tendo como referencial a duração da central com o CAE mais longo — e, aqui, entraram os financeiros, que tornam isto numas fórmulas muito difíceis de a gente perceber, e depois entraram todas as manobras financeiras.

Mas, para mim, isto era simples, eram controladas as diferenças, chegava o fim do ano e via-se: se estava a receber mais pelos CMEC do que pelos CAE, a EDP devolvia os CIEG; se estava a receber menos, os CIEG pagavam à EDP — era tão simples quanto isto.

Agora, há aqui uma coisa que gostava de explicar: é que mesmo as centrais da EDP a funcionar em mercado deviam estar sujeitas ao programa Valorágua, que é um programa que a EDP tem e que otimiza o funcionamento das centrais, e eu tenho dúvidas de que isto tenha sido feito, julgo que não terá sido feito.

Então, aconteceram dois factos: segundo os jornais — tenho aqui o *Jornal de Negócios* onde fui buscar isto, portanto, estou a citar o *Jornal de Negócios* —, um relatório da ERSE terá dito que a EDP recebeu em 10 anos mais de 500 milhões de euros do que teria recebido nos CAE; o *Expresso* — e tenho aqui o *Expresso* que diz isto — veio dizer, no artigo *O dia em que a EDP foi governo*, que o decreto-lei dos CMEC, implementado em 2007, teria vindo diretamente da EDP para assinatura do então Ministro Manuel Pinho — é o que o *Expresso* diz, tenho aqui, se quiserem recordar.

Isto levanta-me as seguintes questões: por que é que só agora a ERSE faz esse cálculo e por que é que não o fez anualmente durante esses 10 anos?

Terá o então Ministro Manuel Pinho não defendido o interesse público quando teria assinado, segundo o *Expresso*, o decreto-lei que lhe foi enviado pela EDP?

Tenho aqui um quadro-resumo do que foi recebido nos 10 primeiros anos e do que agora, nos próximos 10 anos, iria ser recebido — também fonte do *Jornal de Negócios*.

Portanto, em suma, a receita obtida pelos CAE devia ser totalmente fixa e previsível e a receita obtida via CMEC também seria, porque as centrais continuam a ter de oferecer em função do modelo Valorágua, ou seja, as ofertas seriam confrontadas com a otimização do sistema que resulta desse modelo, que é partilhado pela EDP e pela REN — eu já o conhecia do meu tempo de engenheiro da EDP — e que julgo que a ERSE também tem de ter, porque, se não tiver este modelo, não sabe fazer estes cálculos — isto é de elementar bom senso. A ERSE, para ver se isto bate certo, precisava de ter este modelo.

Os CMEC estariam sujeitos a revisibilidade anual, pagando ou recebendo a EDP dos CIEG, como expliquei. Era tão simples quanto isto, mas foi feita aqui uma grande confusão.

Repito: CAE da EDP que deram origem aos CMEC são do Eng.º Guterres, portanto, os CMEC são a transformação dos CAE da EDP de 1996, pelo que não me podem imputar a mim aquilo que eu não fiz. Foi o Governo do Eng.º Guterres que o fez, e gostaria de ser muito enfático nisto, porque já vi nos jornais, na base de declarações do Eng.º Pedro de Sampaio Nunes, e o Sr. Deputado Jorge Costa também o disse hoje, que eu sou o pai disto. Não sou, lamento, nem dos CAE da EDP nem dos CMEC, pelas razões que expliquei.

Vamos agora passar às rendas excessivas e aos custos de capital.

O povo dizia que Deus Nosso Senhor nos tinha dado a água mas não os canos. O que é que o povo queria dizer? É que a gente pode ter a água, o

sol ou o vento, mas não tem imediatamente energia elétrica; tem de ter equipamentos que transformem a água, o vento ou o sol em energia elétrica, e esses equipamentos são caros!

Portanto, passamos para um novo paradigma em que os custos variáveis de produção são muito baixos — praticamente os custos de operação e manutenção (O&M) — e em que o que pagamos é os custos de capital, ou seja, vamos pagamos rendas pela utilização do capital empatado nas capacidades instaladas de produção.

Os custos de capital deviam, então, estar alinhados com os famosos WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) — que é um palavão que aprendi na banca de investimento, aprendi isto quando trabalhei na banca de investimento e vou tentar explicar o que é.

Tenho aqui um boneco que explica isto. O que é que está em causa? Nos WACC temos de remunerar o capital próprio e o capital alheio e, quer no capital próprio quer no capital alheio, temos de ver os riscos do negócio. Portanto, quando os produtores e financiadores forem pagos pelos WACC, já têm uma rendibilidade razoável, que está em linha com os riscos que correm no negócio. Eu diria, cinicamente, que os riscos até são poucos, não há risco de mercado, os preços são fixados politicamente e, também politicamente, os governos não têm conseguido mudar nada disto, portanto, está blindado e os riscos são muito pequenos.

O que aqui está em causa é que, com o conceito de WACC, os produtores de eletricidade deviam ser remunerados pelos WACC, que já davam uma remuneração, atendendo ao risco, perfeitamente interessante. Mas o problema é que foram remunerados com rendibilidades efetivas superiores ao WACC e isto é que configura uma renda excessiva. Aliás, a troica bem criticou essas rendas excessivas, pedindo a sua redução.

Também é de notar que os CMEC foram implementados em 2007, antes das últimas fases de privatização, logo não havia compromisso com os

acionistas anteriores, que vinham dos CAE. Por isso, Henrique Gomes tinha razão: os CMEC deveriam ter sido ajustados antes da venda aos novos investidores, designadamente os chineses.

Tirei esta informação do relatório das rendas excessivas — e deixei-o em inglês, até porque é o original e é de uma fonte insuspeita —, onde se diz claramente que os CAE da EDP são de 1996. Não sou eu que o digo; diz-se aqui que eu fiz os de 1993 e 1994, mas os CAE da EDP são de 1996. Isto é tirado do relatório das rendas excessivas.

Dou-vos aqui um exemplo do cálculo de rendas excessivas para os CMEC da EDP: este relatório diz que com a extensão do domínio público hídrico, isto daria uma rendibilidade de 14,22%; o tal WACC, a rendibilidade que deviam ter os produtores e os financiadores, ajustado ao risco, seria de 7,55%, logo há uma renda excessiva de 6,67%. É tão simples quanto isto! Esta foi a renda que existiu.

Portanto, o consumidor português paga pela brutal capacidade instalada na PRE e na produção em regime ordinário (PRO), através sobretudo dos CMEC, custos de capital exorbitantes e excessivos.

Para terminar, deixo algumas conclusões finais.

O excesso eólico no sistema português, pago com tarifas muito generosas e num contexto em que os espanhóis também tiveram esse excesso e não era possível exportar para o centro da Europa, foi, claramente, o cancro do sistema, como é bem evidente nos sobrecustos da PRE.

As preocupações ambientais e o combate ao CO<sub>2</sub> — e eu subscrevo estas preocupações — não chegam para justificar o monstro elétrico criado.

Os CMEC apenas foram o veículo de transmissão desse cancro às centrais da produção em regime ordinário, gerando *cocktails* explosivos para os consumidores, entre tarifas *feed-in* e brutal capacidade instalada na PRE e na PRO, cujos custos de capitais, que pagamos, são claramente rendas excessivas.

Os CMEC aparentam ter três problemas: primeiro, aparecem com uma rendibilidade claramente excessiva face ao WACC; segundo, de acordo com a ERSE, citada pelos jornais, terão garantido cerca de 510 milhões de euros a mais em relação aos CAE de onde derivam.

E aqui há duas questões distintas: uma é dizer que a rendibilidade é superior aos WACC, que é uma questão, é um aspeto do problema; outra é comparar com os CAE e dizer que receberam mais 510 milhões do que teriam recebido nos CAE. São duas questões distintas, tratadas de forma distinta.

E, terceiro problema, segundo o *Expresso*, a legislação implementada em 2007 teria vindo diretamente da EDP para assinatura do Ministro da Economia — é o que o *Expresso* diz.

Finalmente, na minha opinião, o Sr. Secretário de Estado da Energia, que tem sido para mim uma agradável revelação e que tem sido tão enfático na redução das rendas, podia ter revertido o chocante prazo de garantia dos 74 €/MWh dado aos produtores eólicos após o fim da tarifa política da PRE.

Portanto, para já, era isto que gostava de dizer, ficando à disposição para aprofundar estes temas, se assim entenderem.

Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente, pela sua compreensão.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Eng.<sup>o</sup> Luís Mira Amaral, pela exposição inicial que fez. Ultrapassou um pouco o tempo de que dispunha, mas nós também queremos saber a opinião de todas as pessoas que, por deliberação da Comissão, aqui são ouvidas, sendo que, nesta primeira fase, estamos a ouvir especialistas na área e, como tal, queremos todos perceber os pontos de vista que nos trazem.

Se me permitem, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Eng.<sup>o</sup> Luís Mira Amaral, vou ter mesmo de centrar o objeto da Comissão nos anos de 2004 a 2018. Pedia o empenho de todos os Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas para que

compreendam que é sobre esta matéria, no âmbito do disposto na Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, que vamos ter de enquadrar quer as questões quer as respostas, logicamente, com a amplitude e a flexibilidade que todos nós temos, no âmbito democrático desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para iniciar a primeira ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimentar o Sr. Eng.º Luís Amaral pela sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e agradecer o facto de ter enviado para a Comissão, de forma antecipada, a exposição que acabou de apresentar, o que, naturalmente, nos facilita bastante a abordagem que iremos fazer durante o decurso destes nossos trabalhos.

Sr. Engenheiro, trouxe a última fatura da eletricidade de minha casa, que, neste caso concreto, diz quanto é que tenho de pagar, no total, em termos de eletricidade e em taxas e impostos, nomeadamente quanto é que pago de taxa de exploração para a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), de imposto especial de consumo de eletricidade, de contribuição para o audiovisual, a potência contratada, o imposto sobre o valor acrescentado...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, pedia-lhe que aproximasse o micro, porque não se está a ouvir lá ao fundo e estão a dizer-me isso.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito bem.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Obrigada pela gentileza.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Vou procurar fazê-lo.

Continuando, a fatura diz também qual é o meu desempenho energético em matéria de emissões de CO<sub>2</sub>, diz de onde é que vem a energia, diz quanto é que pago por KW, diz qual é a potência contratada, mas há uma coisa que esta fatura não diz: não diz quanto é que cada cidadão paga — neste caso particular, não diz quanto é que pago — em tudo aquilo que não esteja relacionado com a produção, o transporte e a distribuição de energia que chega a minha casa, ou seja, aquilo que conhecemos como sobrecustos e que o Sr. Engenheiro teve o cuidado de referenciar, que são os Custos de Interesse Económico Geral, onde cabem as rendas dos municípios, as PRE, as renováveis, a PRE cogeração, o ajustamento da energia, os CAE, os CMEC, as garantias de potência.

Portanto, Sr. Engenheiro, são todos estes sobrecustos que existem nas tarifas de energia — todos sabemos que existem — e em relação aos quais queremos saber como foram gerados, quem os gerou, por que é que os gerou, quem deles beneficiou, ou ainda beneficia, e, naturalmente, o que é que podemos fazer para melhorar esta situação.

Mas, neste contexto, também temos de ter um enquadramento geral de toda esta matéria e, nesta fase de audição de especialistas, de facto, temos de ter esta visão geral do nosso ponto de partida e de como chegámos até aqui.

O Sr. Eng.º Mira Amaral fê-lo, aliás, na sua apresentação, recuando ao tempo em que foi Ministro da Indústria e Energia, e até fez referência ao regime jurídico, de que foi autor, sobre as novas fontes de energia renovável em Portugal.

Tenho um primeiro conjunto de questões a colocar-lhe que visam exatamente a criação dos CAE, como é que chegámos até à criação de CAE. Muitas das perguntas, Sr. Engenheiro, são meros pedidos de reconfirmação daquilo que já disse ou que expôs na sua intervenção inicial.

Primeira pergunta: à época em que o Sr. Eng.º Luís Mira Amaral foi Ministro da Indústria e Energia, a EDP, detida a 100% pelo Estado, encontrava-se ou não numa situação debilitada que impossibilitava fazer face aos investimentos que então eram necessários?

Segunda pergunta: acha que essa fragilidade, essa debilidade, derivava em parte de um sistema de definição de tarifas que não recuperava os custos de investimento e de capital?

Terceira pergunta: foi ou não essa circunstância, ou seja, essa debilidade, que levou o Governo a lançar um concurso internacional para contratar essa capacidade?

Quarta pergunta: foi ou não em resultado desse concurso internacional que foram criados os primeiros CAE – o CAE da Turbogás relativamente à central da Tapada do Outeiro e o CAE da Tejo Energia relativamente à central do Pego –, tendo então sido atribuída uma taxa de remuneração sobre o investimento efetuado?

Quinta pergunta: a seguir, e também porque era necessário um novo enquadramento regulatório que estabelecesse regras de operações iguais entre os operadores privados e a EDP – como referi, era 100% detida pelo Estado português, através de dois decretos-leis, o Decreto-Lei n.º 182/95 e o Decreto-Lei n.º 183/95, foram ou não alteradas as bases do sistema elétrico nacional, prevendo o estabelecimento de CAE com todos os promotores de energia no sistema vinculado.

Sexta e última pergunta deste primeiro bloco: acha que essa legislação, à época produzida, contribuiu para o necessário robustecimento da EDP?

A Sr.ª **Presidente**: — O Sr. Deputado optou por juntar as perguntas todas.

Sr. Eng.º Mira Amaral, queira ter a gentileza de responder.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, quanto aos CIEG, no *slide* sobre a fatura elétrica, não tenho os custos todos, mas cito alguns. Por exemplo, nas regiões autónomas - 47 milhões de euros. Já vinha do meu tempo. O que é que se fez? Uma região autónoma é uma região que tem uma dimensão menor do que uma rede do continente, portanto uma rede de distribuição numa região autónoma tem sobrecustos em relação a uma rede maior com economias de escala no continente.

O que é que aconteceria então? Os custos de transporte das redes de distribuição, que é uma rede de transporte, seriam mais caros nas regiões autónomas do que no continente. Portanto, os nossos concidadãos das regiões autónomas iam pagar luz elétrica mais cara porque, por natureza física das coisas, a rede de distribuição das ilhas não tem as economias de escala que temos nas redes de distribuição continentais.

Logo, foi uma questão de solidariedade do continente em relação à Madeira e aos Açores o assumirmos nos CIEG esse diferencial para que a Madeira e os Açores pudessem ter custos de distribuição semelhantes aos do continente. Portanto, a questão das regiões autónomas já vem do meu tempo.

Em relação às rendas de energia, também vêm do meu tempo e é um *dossier* que hoje está novamente na ordem do dia, porque está a estudar-se a hipótese de a EDP Distribuição deixar de ter as concessões de uma série de municípios que poderão fazer novos concursos e escolher quem entenderem. Isso também vinha do meu tempo.

Portanto, já havia Custos de Interesse Económico Geral no meu tempo e, citei, à volta dos 500 milhões de euros. Acontece que o que vinha do meu tempo mantém-se, mas isto não pode explicar, não explica, que se passe de 500 para 2500 milhões. Essa passagem de 500 para 2500 milhões de euros é devida à entrada em força das renováveis intermitentes.

Não explico aqui, mas explico no texto mais longo, que também dei aos Srs. Deputados, uma questão muito simples. Os meus cálculos, como

engenheiro de redes da EDP, são muito simples e são estes: uma rede elétrica tem de ter sempre alguns geradores de redundância. Porquê? Porque se um falhar, se sair de rede, os outros entram ao serviço.

Portanto, na nossa capacidade instalada, quando a eólica chegasse até 2200 MW, não havia problema nenhum porque, como havia sempre geradores de redundância, digamos, esses geradores de redundância podiam funcionar facilmente no apoio à intermitência das eólicas.

Também tínhamos alguma capacidade de armazenagem, de bombagem suficiente e, portanto, até aos 2200 MW de potência eólica instalada, não teríamos tido problemas de sobrecustos.

O problema é que a partir daí, e é isso que critico, e até aos 5300 MW que temos hoje em dia — e chegou a falar-se até aos 8000 —, vamos ter o seguinte: as eólicas trabalham com duas muletas. Ou seja, têm de ter centrais de dia, de reserva, se não houver vento, e, infelizmente, muitas vezes, não há vento de dia, e, de noite, quando há excesso de energia, porque há vento e não há consumo, só há duas soluções: ou se manda essa energia para Espanha a um preço muito baixo, porque os espanhóis também não precisam; ou armazenar essa energia nas centrais de bombagem.

Por isso explico no texto mais longo que vos entreguei que as eólicas têm de ter duas muletas: as centrais de apoio de dia, se não houver vento, e a bombagem de noite quando há excesso de energia, para armazenar água lá em cima para descarregá-la durante o dia.

Ora, isto começou a gerar sobrecustos e, portanto, há aqui sobrecustos gerados por estas duas muletas e que temos de pagar. Só que não pagamos na parte da energia, pagamos, depois, nos sobrecustos da PRE que aqui citei e que são 1 milhão e 360 mil euros.

Outra questão que antes não tive tempo de referir, mas refiro agora: a tal energia que temos em excesso à noite e que vendemos para Espanha, supúnhamos, a preço zero, mas se for a 5 ou 10 € /MWh o raciocínio é

indiferente, pagamos cerca de 90 € /MWh, mesmo que não a consumamos, que não precisemos dela, mas ela é produzida, pagamo-la a 90 € /MWh, em números médios, redondos.

Então, o que é que acontece? Como não precisamos desta energia, exportamos para Espanha a preço zero, praticamente, vamos pagá-la através dos CIEG. Isto é, a tal energia em excesso que não aparece na fatura de energia vai aparecer nos CIEG. Nós não a consumimos, portanto não parece na fatura da energia, trata-se de energia excedentária, de que não necessitamos, e que vamos pagar nos CIEG.

O sobrecusto da PRE tem aqui duas ou três componentes, se quiser: a eólica, como disse, custa 90 €/MWh; o preço do mercado grossista andarà pelos 40 ou 50 €/MWh. Portanto, a energia é faturada, como energia a esse preço do mercado grossista, de 40 ou 50 €, e, depois, a diferença vai para o sobrecusto da PRE, vai para os CIEG.

Pagamos a 90 €/MWh e há aqui uma imputação contabilística: a 40, 50 € /MWh pagamos essa energia na fatura da energia e o diferencial entre os 40, 50 € e os 90 € vamos pagá-lo como sobrecusto da PRE e aparece nos CIEG.

Portanto, se a energia nos custa 90 € / MWh, isto é mera imputação contabilística, porque isso devia estar tudo na parte da energia; só que, na nossa fatura, o preço de mercado aparece na energia e o diferencial entre o preço de mercado e o preço efetivo a que pagamos a eólica aparece nos sobrecustos do CIEG. Isto é a primeira parcela.

A segunda parcela, a tal energia de que não precisamos e que vendemos para Espanha a um preço praticamente zero, também é paga nos CIEG. Portanto, está a perceber que estamos a pagar energia a 90 € /MWh, mas se a consumimos não é esse o preço que aparece na fatura da energia, só aparece lá a parte correspondente aos 40, 50 €, sendo que o diferencial vai

para os sobrecustos da PRE e aquela energia que não consumimos e mandamos para Espanha também é paga nos CIEG.

Expliquei que na PRE estão sobrecustos de energia, só que na fatura elétrica isto não aparece na componente de energia, mas aparece nas tais taxas e taxinhas... Mas, os CIEG não são uma taxa, para mim, são custos efetivos de energia. Não é uma taxa, só que, habilidosamente, como isto aparece junto aos impostos, o que os produtores elétricos andam a dizer é que são impostos, ou seja, insinuam que isto são taxas e taxinhas. É este truque que está a ser feito!

Há aqui um número muito simples que expliquei: se os CIEG passaram de 500 para 2500 milhões de euros, e nós quando tínhamos 500, já pagávamos aqui as rendas aos municípios, pagávamos o diferencial das regiões autónomas e mais algumas coisas é evidente que a passagem para 2500 milhões de euros só tem a ver com esta entrada em força das eólicas e com estes sobrecustos que expliquei.

Portanto, isto é o que posso dizer em relação à fatura. Na fatura não é o IVA que é responsável... Temos um IVA que está em linha com 19 países da União Europeia.

Depois, quero dizer que na nossa fatura, o senhor ainda está a pagar artificialmente pouco, porque tem uma dívida tarifária. O que é que os governos portugueses fizeram? Muito simpaticamente não quiseram passar para a fatura todos os custos em que estamos a incorrer, então, criaram um défice tarifário.

Portanto, estamos a pagar menos do que o custo efetivo da energia disponibilizada. Esse défice é integrado e acumulado e dá a dívida tarifária. Vamos pagar aquilo que não pagamos agora, nos anos seguintes e com juros. Simpaticamente...!

Quando nos comparamos com a Alemanha, temos de perceber que a Alemanha foi transparente e séria, não gerou défices tarifários e, não gerando

défices tarifários, o que está na fatura é o preço efetivo que a energia custou. Na nossa fatura, como gerámos défices tarifários, o preço aparece artificialmente baixo, se bem que muito elevado, mas vamos pagar com sobrecustos nos anos seguintes.

Depois, porque li o relatório, o grupo de trabalho do PS com o Bloco de Esquerda chama a atenção, e bem, que, em termos de paridade de poder de compra – e os economistas inventaram o conceito de paridade de poder de compra para medir o esforço aquisitivo que fazemos sobre a energia... Como estava a dizer, em termos de paridade de poder de compra para as famílias, e não para a indústria, porque a indústria tem de competir no mercado internacional e a preços nominais, nós, em termos de paridade de compra, temos a energia elétrica mais cara da Europa.

Temos um fardo terrível para as famílias, face aos nossos rendimentos que são escassos, no contexto europeu e, em termos de paridade de poder de compra, fazemos um grande esforço para pagar a fatura da energia elétrica. Isso, aliás, é que explica a necessidade que os governos tiveram de meter a tarifa social, porque no período da crise e com a austeridade havia famílias que já não conseguiam pagar este fardo elétrico e, portanto, teve de se criar, e bem, a tarifa social.

Portanto, isto é o que tenho a dizer sobre a fatura.

Sobre os CAE e a situação da EDP, devo dizer que herdei uma EDP que tinha dois passivos, em termos simples, e um era a dívida dos municípios. Sr. Deputado, isto não era tão sofisticado na altura como é agora, não havia problemas de sobrecustos, de investimento, de capacidade, era, tão simplesmente, o facto de que havia uma série de municípios que não pagavam energia elétrica e, portanto, a EDP tinha um pesado passivo de municípios que não pagavam.

Agora posso dizer o que fiz, mas, na altura, não o revelei: segmentei o mercado entre câmaras do PS e câmaras do PSD. Agora posso dizer isto, mas na altura não podia, porque isto levou a ter noites sem dormir.

A primeira câmara que ataquei foi a do Porto, que era do PSD, para dar o exemplo. Convenci o primeiro-ministro, na altura, que, como tínhamos entrado com maioria absoluta, convinha fazer algumas coisas nos primeiros tempos, porque, senão, passava o tempo, e perguntavam para que é que servia a maioria absoluta.

O que é que foi feito, com o apoio do primeiro-ministro, na altura? Foi feita uma intervenção na câmara do Porto para acabar com as dívidas de não pagamento à EDP. Foi assim que começou e, a seguir, fomos a uma câmara de Valongo que era do PS. Portanto, segmentei o mercado.

Em Valongo cortámos a energia elétrica e a Câmara Municipal de Valongo, às 2 horas, às escuras, assinou o contrato com a EDP. Lembro-me que estava aqui no Parlamento, numa comissão, e que fui interpelado às 18 horas, em direto, sobre a situação gravíssima de que tinha sido cortada a energia elétrica a Valongo e eu assumi que isso tinha sido feito.

Como compreende, com estas duas ações exemplares, que foram possíveis, porque tive um primeiro-ministro que me apoiou, começámos a resolver o problema das dívidas dos municípios.

Devo dizer que houve um caso que mereceu particular cuidado: a dívida dos hospitais. Nos hospitais, como compreendem, não se podia cortar assim tão facilmente a energia. Mas isto serviu de exemplo e resolveu-se este passivo.

O segundo passivo que a EDP tinha era um passivo de culpa da República. O que é que a República portuguesa, no período difícil pós revolução, teve de fazer? A República portuguesa tinha de se endividar, tinha de ir buscar dólares ao mercado, mas não era fácil endividar-se no mercado internacional. Então, o que é que a República portuguesa utilizou? A EDP.

Isto porque os sistemas financeiros adoram sempre as *utilities*, porque as *utilities* não têm clientes, têm consumidores que pagam sempre.

Portanto, o sistema financeiro internacional financiava a EDP, mas não financiava a República. Então o que é que aconteceu? A EDP foi utilizada para ir buscar dólares ao mercado internacional em nome da República portuguesa num período dramático de crise de divisas para Portugal.

É evidente que, quando a EDP assume um passivo em dólares e, depois, fatura em escudos, isto gerou um passivo cambial tremendo. Portanto, os dois grandes passivos da EDP que explicam a situação altamente endividada foram estes dois.

Depois há outros pormenores, mas estes, Sr. Deputados, são os dois grandes passivos que começaram a ser resolvidos.

Como o Sr. Deputado compreende, a uma empresa altamente endividada, a pior coisa que se pode fazer é obrigá-la a investir fortemente. Ora, eu tinha um problema: a rede de distribuição precisava de investimento por causa da qualidade do serviço e, então, arranjei esta figura para, sob uma concessão, contrato de aquisição de energia, fazer atração de investimento estrangeiro para a produção e isso foi feito no Pego e na Tapada do Outeiro.

Na Tapada do Outeiro houve outra questão relevante: estávamos a lançar o projeto do gás natural e precisávamos de uma central elétrica a gás natural para fornecer uma grande base de consumo ao gasoduto que era uma infraestrutura pesada e que, se não a tivesse, se afogava financeiramente.

Portanto, a central da Tapada do Outeiro foi feita também em nome do projeto de gás natural, não foi só pela produção de energia elétrica, havia aqui uma razão objetiva também. Só que não fazia sentido, pelas razões que expliquei, forçar a EDP a investir.

Assim, estas foram as razões por que criámos os contratos de aquisição de energia para evitar que a EDP investisse na produção.

Há uma questão que o Sr. Deputado aflorou, que não tive tempo de abordar, mas que está no documento que vos entreguei, que é a da rendibilidade que dei.

Assegurei uma rendibilidade a estes investidores de cerca de 8%, em termos nominais e aqui chamo a vossa atenção para o seguinte: estávamos no escudo e, estando no escudo, o prémio de risco da República era bem superior àquele que se tinha em 2007, em que já estávamos no euro mas ainda não tínhamos a crise das dívidas soberanas... Em 2011 já não diria o mesmo, mas, em 2007, a situação parecia pacífica, não havia crise das dívidas soberanas, Portugal era um País da zona euro e, portanto, quando se compara uma rendibilidade de 8% em 2007, com a que dei, em 1993, em termos de *risk adjusted*, isto é descontado o risco, a minha rendibilidade real de 8% é menos do que a rendibilidade de 2007, porque havia o risco da República que, depois, aparentemente, com o euro, desapareceu.

Aliás, o relatório das rendas excessivas chama a atenção para uma coisa, e com razão: diz que, quando entrámos no euro, a rendibilidade que eu tinha assegurado aos meus CAE devia ter sido reajustada para baixo. O relatório das rendas excessivas diz isso.

Mas, reparem, as decisões são datadas. Quando discutem a minha rendibilidade, isso tem de ser visto face aos anos de 1993 e 1994, com um prémio de risco da República Portuguesa muito superior àquele que havia em 2007, portanto a rendibilidade de 8%, que ainda hoje me parece perfeitamente razoável, é menor que uma rendibilidade nominal de 8%, e isto já para não falar das rendibilidades que depois foram asseguradas. Isto explica a questão das rendibilidades.

Quanto à terceira questão – Sistema Elétrico Vinculado – o sistema que desenhámos e que o Sr. Deputado cita dos decretos-leis, e bem, dizia que a REN tinha dois papéis: o de operador físico do sistema, isto é, aquele que faz a interface entre a produção e a distribuição, gerindo a rede de transporte

para assegurar que a produção passe para a distribuição, que é o papel físico clássico que os operadores têm; e outra função, a que eu chamava de operador económico, pois era o comprador da energia à produção e o único vendedor de energia à distribuição.

Portanto, os contratos dos CAE são feitos pela REN, que é o seu responsável... CAE significa contrato de aquisição de energia e é um contrato bilateral, a médio e longo prazo, em que um produtor faz um contrato com a REN, assegurando essa venda estável de energia durante um tempo à REN; depois, é a REN que, comprando essa energia, a passa à distribuição.

Portanto, criei esses decretos-leis, criei o Sistema Elétrico Vinculado e com esse sistema um governo que viesse a seguir podia, se quisesse, dar os CAE à EDP ou não. O enquadramento estava criado, mas não fui eu que os dei. O Governo podia...

Repare que este enquadramento, que não é ainda do mercado livre, em que as centrais competem no MIBEL pelo custo variável, ainda não existia; só veio em 2004.

No enquadramento que eu deixei, no chamado Sistema Elétrico Vinculado, a REN era compradora única de energia e depois vendia-a à distribuição. Logo, a REN podia comprar a energia *spot*, no mercado diário, ou podia fazer contratos de médio e longo prazo com os produtores.

E esta figura está novamente a renascer — não sei se o Sr. Deputado tem consciência —, porque, hoje em dia, quando se fala na solar fotovoltaica, há muitos produtores que já perceberam que não vão conseguir vender em mercado à rede e estão a tentar arranjar consumidores, grandes clientes,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Bilaterais!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Bilaterais, que é um modelo que existe muito nos Estados Unidos mas em Portugal existe pouco.

Portanto, Sr. Deputado, tentei explicar que criei o enquadramento do Sistema Elétrico Vinculado em que a REN era compradora e produtora única. De acordo com esse enquadramento, um governo podia, depois, pôr a EDP, a produção da EDP, a fazer contratos de médio e longo prazo com a REN, ou podia não o fazer, pois não era obrigado a fazê-lo.

O que aconteceu, como já expliquei, foi que foi o Governo Guterres a fazê-lo, não fui eu, mas ainda no âmbito do Sistema Elétrico Vinculado que criei.

Não sei se esclareci a questão do Sr. Deputado.

Estas decisões são datadas a uma época, não havia mercado ibérico de energia, não havia esta lógica de as centrais irem à *pool* de Madrid oferecer em mercado, em termos de custos variáveis, e devo dizer que este sistema que criei, no meu tempo de governo e na União Europeia, foi altamente elogiado, porque era um sistema que achavam equilibrado para a produção e distribuição de energia funcionarem de forma disciplinada.

Até porque há uma questão que os ingleses não percebiam mas que os Srs. Deputados percebem facilmente, e com isto termino esta parte: é que nós temos a componente hidráulica muito forte e tendo uma componente hidráulica muito forte isto não se ajusta muito à lógica de mercado, que é a de as centrais irem oferecer na base do custo variável – aliás, já disse há pouco que o custo variável das centrais hídricas era zero.

Portanto, os ingleses não percebiam isto, porque não tinham centrais hidráulicas e queriam que em tudo fosse o mercado a funcionar, e eu, que até sou pró mercado, tinha de explicar aos ingleses que o sistema português tinha de ter mais cuidados, porque havia uma componente hídrica forte que não se ajustava bem ao funcionamento do mercado. Logo, a lógica deste Sistema Elétrico Vinculado.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para continuar, no tempo de que ainda dispõe, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, muito obrigado pela sua resposta.

De facto, respondeu exatamente à questão, mas isso leva-me a outras duas questões, que coloco de imediato.

O Sr. Engenheiro enfatizou a circunstância de ter apenas criado o enquadramento que viabilizou, mais tarde, que o Governo do Eng.º António Guterres pudesse ter celebrado os CAE para as centrais da EDP, significando isso que a negociação foi feita já no Governo do PS.

Ora, as duas perguntas que lhe faço são: concorda ou não com os termos em que aqueles CAE foram assinados? Se fosse ministro nessa altura, teria agido de forma diferente, ou seja, teria assinado aqueles CAE nos exatos termos em que eles foram assinados?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Boa questão!

Eu, aqui, já não estava no governo e, portanto, tenho de responder na base da informação que saquei. Já não estava «com a mão na massa» e não fui eu que fiz.

A informação que tenho é que, em todo o caso, isto foi feito no Governo Guterres de forma *fair*. Isto é, quando a EDP foi passada para os CAE, eles viram quanto é que aquelas centrais estavam a receber, o que tinham recebido até aí, e fizeram um desenho para os CAE em que contabilisticamente a EDP não ganhava nem perdia.

A EDP foi passada de uma situação em que não tinha CAE para uma situação em que tinha CAE com um ajuste contabilístico, tendo ido ver-se a conta de exploração de cada central e ajustando o CAE a essa conta de exploração. Foi isso que foi feito! O CAE foi metido na conta de exploração que já existia, o que significa que houve uma neutralidade e a EDP não ganhou nem perdeu com isso.

Agora, há dois argumentos que o Sr. Deputado pode citar para trazer os CAE para a EDP e eu se estivesse do lado do Engenheiro Guterres e se fosse contestado dizia quais eram os dois: um é que se as centrais privadas já têm CAE, então, em nome de alguma igualdade de procedimentos, podia dar CAE à EDP.

Esse é um argumento, mas suspeito que o grande argumento foi o da privatização. É que ao atribuir CAE à EDP isto dava uma estabilidade e previsibilidade de *cash-flows* que faz aquilo que eu chamo «embelezar a noiva», ou seja, tornava a EDP mais atrativa para a privatização.

Portanto, Sr. Deputado, estes são os dois argumentos que vejo e se eu estivesse no Governo Guterres e o senhor me perguntasse agora, tinha dois argumentos para dizer – e estou a adiantar argumentos que, compreendo, era possível elencar no Governo Guterres: o primeiro é por uma questão de igualdade relativamente às centrais privadas que já existiam; e o segundo, para mim e porque sei como é que os governos funcionam, é que normalmente os governos gostam de «embelezar a noiva» para privatizar — os ministros das Finanças mandam nisto e, portanto, é preciso sacar mais receita — e quanto a mais noiva estiver mais embelezada, neste caso a empresa a privatizar, mais obtemos de receitas das privatizações. Os governos funcionam assim!

Portanto, para mim e não estando lá, este argumento — é uma mera suspeita —, para responder à sua pergunta, acho que foi o argumento determinante, porque o Governo Guterres já estava a preparar a privatização

da EDP e convinha dar a estas centrais uma estabilidade e previsibilidade dos *cash-flows* por forma a tornar mais atraente a privatização da EDP. A meu ver, Sr. Deputado, foi isso que se passou.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para continuar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Engenheiro Mira Amaral, muito obrigado.

Se a possibilidade de o tratamento dado aos CAE resultar da suspeição de que uma das razões que está por detrás dessa negociação é a privatização, tecnicamente falando, isso significa que o valor da privatização reflete, não só mas também, a antecipação das rendas futuras proporcionadas pelos CAE à EDP.

Se assim é, pergunto se isso também não significa que quem beneficiou das rendas dos CAE foi o Estado.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Com certeza. Tem toda a razão.

Já expliquei que, a meu ver, um argumento determinante — esta é uma opinião minha, porque não fui eu que decidi, mas estive no governo e sei como é que os ministros das Finanças pensam e eles, como sabe, mandam mais do que os ministros setoriais e são determinantes...

Portanto, uma razão objetiva, suspeito, é essa de «embelezar a noiva» e ter uma renda que tornasse a operação de privatização mais atrativa. Obviamente que os investidores privados, quando compraram, fizeram-no com essa renda e, portanto, aqui, há que ter algum cuidado, porque tem de se respeitar os investidores privados.

O Sr. Deputado tem toda a razão: eles compraram com essa renda e quem beneficiou foi o Estado português. Não foi o consumidor de energia elétrica que beneficiou, foi o Estado português, porque o encaixe foi para o Estado. A EDP era detida pelo Tesouro e, portanto, o encaixe foi diretamente para o Estado.

Já cheguei a utilizar uma expressão para estas situações que era a seguinte: economia – 0/finanças – 10, em termos de jogo de futebol. A preocupação do encaixe para o Tesouro é, muitas vezes, determinante nestas operações de privatização.

Agora, chamo a atenção para o facto de os CMEC — e é isso que digo no meu texto — que vêm depois, em 2007, terem de respeitar os investidores que entraram depois de 2007; os que entraram antes de 2007 não deviam beneficiar se houve algum excesso dos CMEC em relação aos CAE. É o meu raciocínio. Aliás, é por isso que o Engenheiro Henrique Gomes queria fazer algum corte nos CMEC antes da última fase de privatização.

Agora, também lhe digo o seguinte, e também já disse isto nos jornais: a partir do momento em que os últimos investidores entram, já depois dos CMEC atribuídos, entro no seu raciocínio, ou seja, os CMEC foram atribuídos, os investidores comparam com CMEC, o Estado beneficiou e, portanto, há que ter cuidado com o que se faz.

Já disse nos jornais, já o disse em público, que compreendo perfeitamente o Engenheiro Henrique Gomes quando quis fazer isto antes da última fase da privatização. Não era depois da última fase de privatização, era antes; depois é muito mais difícil porque, como o Sr. Deputado disse, e muito bem, há que respeitar os investidores que compraram na base daquela renda.

Devo dizer que acho difícil hoje, pelas razões que expliquei e que vão ao encontro das suas preocupações, tocarmos nessas rendas, o que não

impede de dizer que as rendas não tenham sido excessivas e que isso prejudica a economia, mas é um caso em que o Tesouro fez um encaixe.

E devo dizer outra coisa que se está a passar com as eólicas: quando o promotor eólico fez um parque, beneficiou da renda excessiva e vende a outro ele fá-lo com base na renda excessiva.

Portanto, é muito complicado cairmos em cima do outro, porque comprou de boa-fé na base de uma renda excessiva; se lha cortarmos, obviamente, ele é lesado, porque comprou na base da renda excessiva. Portanto, o negócio foi excelente para o primeiro, mas para o segundo, se calhar, não foi tão bom.

Sabe o que é que isto me faz lembrar? É uma coisa que, se calhar, o Sr. Deputado também conhece: os alvarás das farmácias. Quem comprou alvarás na base das rendas passadas, comprou farmácias caras e hoje vê-se em extremas dificuldades.

O senhor sabe que o setor das farmácias está, muitas vezes, em situação económico-financeira difícil, porque houve farmácias compradas na base de um alvará cujo cálculo estava a ser feito face à situação das rendas que as farmácias tinham antigamente e que já não têm. Portanto, esses, que compraram o alvará e pagaram um preço excessivo, estão hoje em maiores dificuldades.

Portanto, há que ter algum cuidado nesta matéria.

Porém, isso não me impede de dizer que antes da última fase da privatização — e a troica chamou também a atenção para isto — havia rendas excessivas e era possível algum ajuste. Depois da privatização final, tenho dúvidas, não sei como se resolve, Sr. Deputado, porque respeito os investidores.

E devo dizer mais: aqui, não critico a EDP; aqui, se tenho alguma crítica a fazer é aos governos. Aqui, não faço críticas à EDP. Às vezes, são injustas e não estou a fazer críticas à EDP; estou a dizer que terá beneficiado

de algumas situações de rendas excessivas mas os governos é que lhe as deram. Os gestores da EDP fazem o trabalho deles, defendem o interesse deles; quem tem de defender o interesse público é o governo, não são os gestores de uma empresa. Cada um no seu sítio!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, no tempo que ainda tem disponível.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, de facto o tempo corre e vou deixar apenas algumas questões.

Antes de ir à criação dos CMEC, não queria deixar de colocar uma questão ao Sr. Engenheiro que tem a ver com o seguinte: na anterior audição, o Eng.<sup>o</sup> Sampaio Nunes afirmou que os CAE e os seus sucedâneos, os CMEC, implicaram uma imensa transferência de dinheiro dos consumidores de energia para os acionistas das empresas produtoras.

Queria saber se o Sr. Engenheiro subscreve esta posição.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, li também, com todo o cuidado, o texto do Eng.<sup>o</sup> Pedro Sampaio Nunes, não vi a audição, mas li o texto.

Considero que ele é uma pessoa bastante competente em energia, mas devo dizer-lhe — não sei se sabe — que não subscrevi a queixa que ele fez a Bruxelas, e isto por uma razão: eu não tenho competência, em termos de Direito Comunitário, sobre a matéria. E, tendo sido uma figura institucional nesta matéria, compreenderá que tinha de ter algum cuidado. Eu só avançaria com qualquer ação se estivesse perfeitamente seguro de que eu tinha o direito e as leis do meu lado.

Portanto, devo dizer-lhe que, sobre esta matéria, não tenho a certeza se isto é legal ou não é legal. O Eng.º Pedro Sampaio Nunes, que esteve na Comissão Europeia e foi chefe de gabinete do nosso Comissário Europeu da Energia, Cardoso e Cunha, com quem tive o gosto de trabalhar em Bruxelas, tem muito mais competência do que eu.

A única coisa que lhe posso dizer é que a sugestão que ele faz no sentido de isto ser presente ao Tribunal de Justiça da União Europeia pode fazer sentido para tirar teimas sobre se ele tem razão ou não.

Agora, na lógica do que já lhe expliquei e que o Sr. Deputado enunciou, quando as empresas são vendidas com CAE e CMEC, que, porventura, parecem excessivos, é o Tesouro que faz esse encaixe, e, portanto, não são os acionistas das empresas.

O Sr. Deputado pode dizer é que isto, depois, prejudica os consumidores e as empresas portuguesas. O Sr. Deputado pode dizer que esses valores elevados das rendas com que as empresas foram vendidas prejudicaram a economia portuguesa, os consumidores domésticos, as famílias e as empresas, mas beneficiaram o Estado e o Tesouro. Estou totalmente de acordo. Portanto, a minha interpretação é esta.

Por isso, é que, nestes casos, usei aquela expressão, aquela linguagem futebolística, ao dizer: economia – 0/finanças – 10.

A Sr.ª **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, no tempo de que ainda dispõe, tem a palavra, para concluir.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Eng.º Luís Mira Amaral, eu não tinha colocado a questão sob o prisma da legalidade, ou não, mas, sim, se corroborava o meu entendimento de que...

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Mas respondi à sua pergunta?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sim, sim, respondeu. Mas o que perguntei foi se, de facto, esta transferência de dinheiro foi uma transferência de dinheiro do bolso dos consumidores de energia para o bolso do Estado. E isto tem um nome, chama-se «desorçamentação».

Sr. Engenheiro, para concluir, coloco-lhe uma última questão que tem a ver com o seguinte: por força da transposição de uma diretiva comunitária, com a criação do MIBEL e que obrigou à extinção dos CAE, sendo necessário encontrar uma compensação que era devida à EDP neste quadro, que já tinha sido evidenciada nesta altura, o Governo, em 2004, decidiu criar o mecanismo dos CMEC.

Considerando — e com esta pergunta, termino, Sr.<sup>a</sup> Presidente —, a debilidade das contas públicas de então, qual teria sido a outra opção, em vez da criação dos CMEC? Haveria outra alternativa, para além da criação dos CMEC, nos termos em que foram criados?

É esta a pergunta que deixo.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — O Sr. Deputado leva-nos a uma questão à qual eu, como governante e num Estado de direito, sou muito sensível.

É que, quando eu ou o governo de que fiz parte — numa decisão legítima mas discutível, como tudo na vida, e já aqui o expliquei — atribuo CAE a duas centrais, em 1993 e 1994, com um contrato de médio e longo prazo, acho que o Estado de direito e os que me sucederam não podiam deixar de respeitar aqueles CAE.

Portanto, eu, como ex-governante que me prezo de um Estado de direito, não posso pôr em causa decisões que um governo legítimo tomou.

Sabe o que é que eu fazia quando estava no Governo e me vinham dizer que o meu antecessor tinha tomado uma decisão? Eu perguntava: «Há papel escrito? Há decisão factual feita? Se há decisão, eu respeito; se não há decisão, podem estar a contar-me uma grande história e eu não respeito». Portanto, os meus CAE tinham de ser respeitados.

Depois, o Governo Guterres, numa decisão discutível mas legítima — tinha legitimidade para isso, tinha um enquadramento que já aqui explicámos e que não vale a pena repetir, e podia tê-lo feito ou não, e já expliquei as razões por que achei que o fez, repito, numa decisão legítima mas discutível, como todas as decisões (e as minhas também são discutíveis), decidiu fazer os CAE.

A partir daí — e é aqui que tenho dúvidas sobre a argumentação do Eng.º Pedro Sampaio Nunes, porque, para mim, se os CAE estão atribuídos por um governo legítimo, há que respeitar —, só havia duas soluções: uma delas era manter os CAE — e dizemos que está bem, assinamos o MIBEL, passamos a competir em Madrid, na *pool*, em termos de mercado livre, mas há estas decisões que foram tomadas pelos governos do passado que têm de ser respeitadas.

E o que aconteceu com os meus CAE foi que os promotores não quiseram passar para os CMEC e mantiveram os CAE. E sabe por que é que não quiseram passar? Por uma razão: porque os contratos de financiamento eram de tal forma complexos que irem renunciar a esses contratos para passar para os CMEC dava uma grande complicação aos financiadores.

O que é que o Governo teve de fazer? Embora assinando o MIBEL e acabando com o Sistema Elétrico Vinculado, que eu tinha criado, e entrando na lógica de ofertas de mercado na *pool* de Madrid, teve de respeitar estes dois CAE.

O que é que aconteceu de diferente com os CAE da EDP? É que a EDP tinha intervenção pública, tinha participação pública. Portanto, o Governo

forçou a EDP, porque havia participação pública, a ter de passar para os CMEC, mas, ao passar para os CMEC, como tentei explicar na minha intervenção inicial – e uma vez que, para mim, os CMEC são os sucedâneos dos CAE –, simulamos a ida ao mercado, vamos ver quais são os rendimentos que obtêm do mercado e se os rendimentos que obtêm do mercado forem inferiores aos que os CAE davam há que pagar à EDP a diferença, já se os rendimentos obtidos pelo mercado forem superiores aos dos CAE, a EDP paga nos CIEG para repor a neutralidade entre os dois.

Portanto, estou convencido de que se a EDP já fosse totalmente privada, se não tivesse participação pública, se calhar, a EDP teria a mesma reação daqueles dois privados e não passava para os CMEC.

Repare: o simples facto de continuar a haver dois CAE, embora o enquadramento do setor tenha mudado e tenha acabado o Sistema Elétrico Vinculado, o que é que isso demonstra? Que tiveram de ser respeitados os direitos de quem tinha contratos de longo prazo, que tinham sido outorgados por um Governo de que eu fazia parte. Portanto, eles disseram: «Nós temos estes contratos e não saímos daqui», e o Governo teve de respeitar.

No caso dos CAE da EDP, o Governo também podia ter respeitado e dito: «Fica nos CAE», mas quis passar para os CMEC e como era acionista da EDP, a EDP não é culpada; forçou a EDP a passar. Nunca culpei a EDP dessa matéria.

Agora, o que tinha de acontecer era que, sendo os CMEC os sucedâneos dos CAE — é só um novo nome para simular a ida ao mercado —, a neutralidade fiscal tinha de ser assegurada. E é isso que não consigo perceber e por isso fiz aqui a interrogação. É que o *Expresso* e o *Jornal de Negócios* levam-nos a duvidar se a neutralidade financeira foi assegurada. Eu não tenho a certeza, Sr. Deputado. Eu não sei, porque não estava «com a mão na massa». Estou a dar-vos a informação citando dois jornais. Não estou a afirmar que a EDP tenha ganho mais do que ganhava nos CAE. Os senhores

têm de perguntar à ERSE, quando cá vier, porque a ERSE é que fez as contas. E sabe por que é que não sei? Porque já tentei sacar o relatório e não mo dão. Gostaria de ter o relatório, porque, se o tivesse, tinha-o lido, como li outros, chegava aqui e estava em condições de responder ao Sr. Deputado. Como não o li, só li os jornais, cito os jornais e nem digo se é verdade ou não. Limito-me aos jornais. Portanto, quanto à sua pergunta, o Sr. Deputado deve aproveitar a vinda cá da ERSE para lhe perguntar isso.

Para mim, é indiscutível que a EDP foi forçada a passar dos CAE para os CMEC. Nesse aspeto, CMEC como sucedâneos dos CAE são legítimos para a EDP. A única questão que tenho é se a renda não é um pouco excessiva em relação ao WACC (Weighted Average Cost of Capital) e se não ganharam mais pelos CMEC do que estavam a ganhar pelos CAE.

Esta é a questão que coloco, mas eu não sei fazer as contas. A ERSE é que tem de responder, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Concluída que está a intervenção por parte do Grupo Parlamentar do PSD, passo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa, do Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, cumprimento o Sr. Eng.º Mira Amaral e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero agradecer-lhe as informações que nos foram enviadas atempadamente.

Quero ainda dizer que o Eng.º Mira Amaral é alguém sobejamente reconhecido nesta área e, por isso, também seria importante a sua audição no contexto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quer como especialista na matéria, quer como ex-governante que conhece o tema, nomeadamente, desde o início do processo.

É que, mesmo que o objeto desta Comissão de Inquérito comece em 2004, a verdade é que os CAE são anteriores e importa começarmos no início da história.

Mas, começando em 2004, o Eng.º Sampaio Nunes, que esteve presente na última reunião desta Comissão de Inquérito, face às perguntas formuladas nessa audição, referiu, como também já foi aqui dito pelo Sr. Engenheiro, que os CMEC eram ilegais e que a EDP devia devolver aos consumidores os 3000 milhões de euros que já recebeu.

Já percebi, e bem, que, desse ponto de vista, o Sr. Engenheiro colocou a decisão no tribunal judicial, se isso acontecer. Não quer debater a questão jurídica, nem quer colocar-se no debate jurídico, mas acha possível a EDP devolver os 3000 milhões de euros aos consumidores? Se for possível, como é que tecnicamente isso seria viável? É que isso é algo que nos deixa um pouco confusos. Como é que seria possível a devolução desse valor?

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe as suas referências à minha pessoa.

Devo dizer que sou mais um técnico do que um político, embora tenha estado no Governo – aliás, nunca fui político profissional –, mas saí do Governo e regressei às minhas atividades nos setores elétrico e bancário, pois quando cheguei ao Governo já tinha trabalhado no setor elétrico e na banca, ao contrário de outros que só entraram nestes setores quando saíram do governo. Portanto, regressei a esses setores calmamente.

O Sr. Deputado cita só os governos de 2004, de Barroso, mas tenho de regressar a 2001, ao Governo do meu particular amigo Eng.º António Guterres, que foi o mais brilhante aluno que eu tive no IST. Vejam lá as voltas que o mundo dá! Tive dois brilhantes alunos no IST: o Eng.º António

Guterres, de Eletrotecnia e Medidas Elétricas, e o Eng.º Carlos Pimenta, em Produção e Transporte de Energia Elétrica, que é o líder das eólicas em Portugal.

Sou amigo pessoal do Eng.º Guterres e isto não é para dizer nada contra o Eng.º Guterres; é só para dizer que foi o Eng.º Guterres que, em 2001 — embora isto não seja objeto da Comissão de Inquérito —, assinou com os espanhóis o protocolo do MIBEL e, depois, o Governo de Barroso só ratificou isto.

O protocolo e a lógica do MIBEL, que acabava com o Sistema Elétrico Vinculado, vem de 2001, do Governo de Guterres. Não estou a discutir se foi bem ou mal, estou só a referir factos. O protocolo é assinado e só é passado à prática, em 2004, com o Governo de Barroso.

Depois, Sr. Deputado, já expliquei que não consigo discutir com o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes uma matéria que ele sabe mais do que eu, que é Direito Comunitário. Ele, primeiro, foi diretor na Comissão Europeia, depois, foi chefe de gabinete do Comissário Cardoso e Cunha, quando eu era Ministro da Energia — aliás, eu era o Ministro da Energia e o Comissário português era o Comissário da Energia —, pelo que ele tem uma competência sobre esta matéria que eu não tenho. Mas só porque não me sentia confortável é que não subscrevi a queixa a Bruxelas e acho que a melhor maneira é colocarem a questão em tribunal.

Agora, o Sr. Deputado pergunta se é possível voltar atrás. Parece que isso só alguns sindicatos é que querem. Na minha opinião, não é possível! Até porque isso criava um grande problema à República Portuguesa. Como o Sr. Deputado do PSD, Jorge Paulo Oliveira, enunciou, e concordei com ele, os governos venderam, com estas rendas, o Tesouro encaixou, a economia portuguesa foi prejudicada pelas razões que já aqui explicámos, mas os acionistas não têm culpa disso.

Portanto, obrigar a EDP a devolver estes valores, significava defraudar os acionistas que lá estão. E como é que era? Então, devolvia e quem é que indemnizava os acionistas? O Estado não tem dinheiro para indemnizar os acionistas.

Em tese, suponhamos que o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes tem razão e suponhamos até que um tribunal europeu lhe dá razão. Neste caso, os desgraçados que estiverem no Governo têm aqui uma dor de cabeça...! E o problema é que, depois, não se passa nada. E sabe porquê? Conheço um processo da privatização do Banco de Fomento, porque eu era quadro do Banco de Fomento, em que quem ganhou foi o BPI, e o Banco Finantia e o Amorim reclamaram. Vieram a ganhar em tribunal uns anos depois e alguma coisa se passou? Iam retirar o Banco de Fomento ao BPI e iam dar aos outros concorrentes?

Portanto, repare, até se pode ter razão do ponto de vista jurídico, mas, de facto, o que se passou? Sobre o dinheiro envolvido, tenho muitas dúvidas de que essas coisas possam ser revertidas. Agora, acho interessante a posição do Eng.º Pedro de Sampaio Nunes, então, pelo menos, no tira-teimas: vejam lá se tenho ou não razão legalmente, mandem para o tribunal europeu para decidir.

Eu reconheço ao Eng.º Pedro de Sampaio Nunes uma competência nesta matéria que eu não tenho, mas não me sinto confortável... Se fosse para mim, à prova de bala, eu tinha assinado aquela... Não assinei, como sabe, e é o que posso dizer sobre a matéria.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Engenheiro, ainda voltando à audiência do Eng.º Sampaio Nunes, ele referiu que lançou um apelo ao anterior Governo, liderado pelo Dr. Passos Coelho, sobre os riscos

da venda da EDP, mas, por parte do executivo de Passos Coelho, e vou citar *ipsis verbis* o Eng.º Sampaio Nunes: a resposta foi clara, havia urgência no sucesso.

Podemos, então, aferir pela sua anterior intervenção que o que interessava era até engordar o valor a que podia ser vendida a EDP, não nos preocupando, digamos assim,...

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Em «embelezar a noiva»!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... com aqueles que seriam os custos para os consumidores.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, boa questão e cito-lhe uma frase que costumava referir numa cadeira de mestrado do Instituto Superior Técnico, Economics for Engineers, onde citava que um país em moeda única quando se começa a endividar e tem um endividamento externo, como aquele que nós tínhamos, às tantas está a vender as joias da coroa, tal como as famílias, quando estão altamente endividadas ao banco, vendem as pratas de casa ou as joias da família.

Portanto, Sr. Deputado, o que aconteceu no nosso País, e lamento, é que foi um Governo socialista que nos levou à bancarrota e foi o Governo de Passos Coelho — eu até nem simpatizo com o Dr. Passos Coelho, deve saber disso, não estou a revelar nenhum segredo de Estado, mas tenho de ser justo e objetivo nesta matéria —, de «calças na mão» que tomou uma série de decisões.

É claro que devo dizer-lhe — e o Sr. Deputado vai gostar do que vai ouvir e que eu, aliás, já referi no *Expresso* — e fui justo e objetivo: quem levou o País à bancarrota foi o Governo do PS, bem ou mal foi o Governo

PSD/CDS, com o Primeiro-Ministro Passos Coelho, que teve de tirar o País daquela situação. Fez tudo bem? Não fez!

Eu já disse também no *Expresso*, num artigo que se chamava *Passos Coelho*, que Passos Coelho não privatizou; vendeu rendas excessivas na EDP e na ANA e vendas reguladas na REN. O que eu quero dizer com isto? Penso que a última fase de privatização da EDP, se houvesse margem de manobra, eu não a teria feito, teria lá mantido o Estado com uma participação. Na REN também não a teria privatizado totalmente, teria mantido lá uma parte pública. Aliás, devo dizer que nós devemos ser dos únicos países europeus que temos um operador de transporte, a REN, totalmente privado, nisso somos pioneiros à escala europeia.

Se o Sr. Deputado me perguntar se objetivamente concordo, em termos de participação nacional e de defesa da economia portuguesa, que a EDP esteja totalmente privatizada, que a REN, que foi vender rendas reguladas e está sujeita à regulação da ERSE, foi totalmente privatizada, eu não concordo, mas, se calhar, estavam tão aflitos que o fizeram. Se fosse eu, tentaria não o fazer, mas compreendo as razões. Não sei se o esclareci, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Engenheiro, como compreenderá, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acompanha aquelas medidas de ir além da troica, normalmente de impostos, entre outras medidas que, na altura, o Governo de Pedro Passos Coelho e de Vítor Gaspar tomaram.

Mas, Sr. Engenheiro, voltando também a esse Governo, sobre a demissão do Secretário de Estado Henrique Gomes disse que era uma vitória das empresas, da própria EDP sobre o Governo.

Considera que nesse processo houve alguma interferência de alguma empresa?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não estamos aqui a discutir política, mas a frase que citou de ir além da troica, devo dizer que essa frase do Dr. Passos Coelho foi infeliz. Sabe porquê? É que convinha ter o PS *onboard* no programa de austeridade, porque o PS é que levou o País à bancarrota, e, ao dizerem isso, o PS e o Dr. José António Seguro puderam sair, facilitou-lhes a vida.

Portanto, a frase foi infeliz, porque facilitaram a vida ao PS. Eu não sou político, mas com o que aprendi no Governo, na política, teria sido mais comedido e não teria dito essa frase que, para mim, repito, foi infeliz, porque facilitou a vida ao PS, que saiu da carroça, e convinha ter mantido o PS *onboard*, porque o PS é que nos levou àquela situação.

Sr. Deputado, qual era a outra questão?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Era sobre o ex-Secretário de Estado Henrique Gomes, se tinha havido ou não interferência...

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Oiça, aí o que é que lhe devo dizer? Cito o ex-Ministro Álvaro Santos Pereira, que disse que quando o ex-Secretário de Estado Henrique Gomes saiu abriram-se garrafas de champanhe na EDP.

Portanto, obviamente que ficaram satisfeitos e eu já disse nos jornais que os gestores da EDP, com as remunerações que auferem, têm de fazer *lobby* de dia e de noite...! Com a remuneração que têm... Até os compreendo, repito, ganham de tal forma bem que até têm de fazer *lobby* de dia e de noite.

Eu não os culpo por fazerem isso, culpo os governos quando não defendem o interesse nacional. Nas empresas, os seus gestores defendem os interesses das empresas e os governos é que devem defender o interesse nacional.

Sobre o que se passou, a minha análise é a seguinte: acho que os próprios gestores da EDP não estavam interessados nas medidas do Eng.º Henrique Gomes, que, se fossem tomadas, a última fase de privatização da EDP valeria menos do que o que valeu, pelas razões que todos sabemos, e até por uma razão de orgulho pessoal.

O Sr. Deputado repare que com os CMEC mais «gordos», mais «recheados», a EDP tinha melhores resultados e os gestores da EDP apareciam como os melhores gestores, com a melhor *performance*.

Portanto, na lógica do ego dos gestores da EDP — é o ego deles — o senhor compreenda que eles não gostavam que o Secretário de Estado Henrique Gomes fizesse alguma coisa que afetasse os resultados da EDP, e, portanto, eles ter-se-ão mexido para que as medidas do Eng.º Henrique Gomes não fossem para a frente, e aqui, como o Eng.º Henrique Gomes já disse nos jornais, tiveram como aliado o Ministro das Finanças. Na ótica de quê? Se não houver algum corte nas rendas excessivas, o encaixe da EDP é maior na última fase do que se tivesse havido esse corte.

A meu ver, houve um interesse convergente entre os gestores da EDP, na ótica da sua empresa em terem melhores resultados, e o Ministério das Finanças que estava na ótica do encaixe. Quem ficou entalado nisto tudo? O Eng.º Henrique Gomes, que se demitiu dignamente, e o Prof. Álvaro Santos Pereira vem dizer que houve garrafas de champanhe abertas quando o Eng.º Henrique Gomes se demitiu.

O Sr. Deputado lembra-se de declarações do atual Primeiro-Ministro do seu partido, que disse que: estes homens das elétricas são um bocado complicados, ou manhosos, ou... Quer dizer, também reconheceu que eles

tinham alguma capacidade de influenciar. Portanto, isto foi o que acho que aconteceu.

Eu percebo os gestores da EDP. Há um artigo da revista *Harvard Business Review* que é o *Ego dos CEO*, (*Chief Executive Officer*), que vou explicar. O que esse artigo diz é que os gestores gostam de ter melhores resultados para o seu ego.

Por isso, se eu cortar alguma parte das rendas aos gestores da EDP, os resultados da EDP não serão tão bons, e, portanto, mexeram-se para isso. E, depois, houve convergência efetiva entre eles e o Ministro das Finanças da altura, o Prof. Gaspar, que queria «embelezar a noiva», maximizar o encaixe. Mais uma vez, Sr. Deputado: economia – 0/finanças – 10!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, estamos esclarecidos sobre a sua visão acerca da demissão do ex-Secretário de Estado Henrique Gomes.

Ainda continuando no anterior Governo, recorde-me — penso que em 2014, se não estou em erro — que o então ministro que tinha a tutela da energia, o Eng.º Jorge Moreira da Silva, declarou que já não existiam rendas excessivas no setor elétrico e até, na altura, penso que usou a expressão «marialvismo energético» para quem falava em rendas excessivas.

Na sua opinião, estas declarações, então, certamente, não fazem sentido, pelo que nos disse até agora, ou faziam algum sentido? Coloca-as como infelizes? Como classificaria estas declarações?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, acho que essas declarações do ex-Ministro Moreira da Silva são totalmente infelizes.

Eu vi essas declarações no *Expresso* e elas são totalmente deselegantes em relação ao Eng.º Henrique Gomes, um Secretário de Estado do partido de que ele fazia parte. São totalmente deselegantes.

Depois, não tem razão, porque o Eng.º Henrique Gomes — aliás, a troica também o pediu — pediu um relatório de rendas excessivas, esse relatório foi feito, existe, todos temos a possibilidade de o ter, eu citei aqui uma página, e esse relatório diagnosticava que havia rendas excessivas.

O Eng.º Henrique Gomes, antes da última fase de privatização da EDP, como já expliquei aqui, tentou fazer algum ajuste nessas rendas antes da privatização, pois, no pensamento dele, nunca o teria feito depois da privatização; só que, como já expliquei, houve a convergência objetiva entre o Ministro das Finanças e os gestores da EDP para que tal não tivesse sido feito, o que eu depois as tais garrafas de champagne.

Portanto, o Eng.º Henrique Gomes demitiu-se dignamente. Nem todos o fazem, mas ele, com toda a dignidade, demitiu-se e, Sr. Deputado, permita-me esta confissão: tenho particular apreço pelo Eng.º Henrique Gomes, que foi um dos meus braços direitos para a introdução do gás natural em Portugal. Quando lançámos o projeto de gás natural, o Eng.º Henrique Gomes foi o meu braço direito no processo do gás natural. Tenho-lhe um grande respeito — aliás, sou seu amigo pessoal — pela sua competência e seriedade. O Eng.º Henrique Gomes não merecia essa frase extremamente infeliz do ex-ministro Moreira da Silva, que, no mínimo, foi totalmente deselegante, que não tem razão e erra no que diz.

Sr. Deputado, eu também citei aqui uma medida que foi feita, aquela do corte, aquele descontozinho na tarifa eólica, depois com o prolongamento durante oito anos de uma tarifa protegida de 74 €/MWh, em que o Ministro Moreira da Silva vem dizer que as eólicas foram objeto de relevantes medidas de redução de custos, que eram um descontozinho de 2,4 €/MWh. E no texto que vos apresentei mostrei uma conta muito simples que só num ano com a tarifa garantida ganham mais do que perderam de desconto nos oito anos.

Uma conta muito simples e, se o Sr. Deputado quiser... Não vos mostro as contas, mas a quem estiver interessado posso mencionar os pressupostos.

Eu fiz um cálculo e devo dizer que essa medida deve ter tido o benefício líquido de mais de 1000 milhões de euros. É fácil fazer este cálculo dado os pressupostos, não vos faço as contas mas dou-vos os pressupostos para os Srs. Deputados fazerem as contas.

Portanto, quando o ex-ministro Moreira da Silva vem dizer que aquilo foi objeto de relevante corte de custos... Relevante? Foi uma coisinha! Portanto, foi perfeitamente exagerada a sua declaração. O Sr. Deputado compreenderá que eu não morro de amores pelo Eng.º Moreira da Silva.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Costa, antes de lhe dar a palavra, sei que está preocupado, porque temos ali um cronómetro com alguma avaria, pelo que passámos ao telemóvel, que hoje é uma boa ajuda. O Sr. Deputado gastou 2 minutos e 50 segundos, portanto, tem todo o tempo restante e vamos repor o cronómetro no momento exato.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, colocando novamente a questão no Eng.º Moreira da Silva, e para sistematizar esta pergunta, pergunto-lhe se considera que existiam, claramente, rendas excessivas à data da afirmação. Além de a afirmação ser infeliz, considera que existiam, naquele momento, rendas excessivas?!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, é o relatório sobre as rendas excessivas, que tenho aqui comigo, que o diz. Se quiser mostro-lho, mas o Sr. Deputado também o deve ter. Eu li-o exaustiva e profundamente por duas razões: por curiosidade e, como trabalhei na banca

de investimentos, o Sr. Deputado percebeu, adoro explicar o WACC e outras coisas.

Por razões intelectuais, curiosidade financeira e por razões de curiosidade energética, li o relatório e não sou eu que digo que havia rendas excessivas, é o relatório que vem dizê-lo. O senhor pode discutir o relatório, mas eu também acho que há rendas excessivas e o relatório di-lo. Depois, já expliquei a dificuldade de o desmontar, pelo que não vou repetir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, estamos apenas a tentar clarificar a afirmação. Estamos numa comissão de inquérito e, do ponto de vista do relatório, são importantes todas as questões.

O Dr. Eduardo Catroga já disse publicamente que existe um conjunto de mitos em relação aos CMEC. Isso apareceu em alguma imprensa e também foi falado na última audição nesta comissão de inquérito.

Certamente não concorda com estas afirmações, pelo que lhe pergunto se consegue desmistificar esta afirmação do Dr. Eduardo Catroga, ou prefere fazer outro tipo de comentário a esta afirmação?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — O Dr. Eduardo Catroga foi para Presidente do Conselho Geral de Supervisão da EDP quando o Estado era acionista no Governo de Passos Coelho e, portanto, está a dizer isso naquela perspetiva a que chamei, agora não «ego dos CEO», mas «ego dos gestores de topo da EDP».

Se a ERSE diz que nos CMEC a EDP recebeu cerca de 510 milhões de euros a mais do que nos CAE, então, isso significa que não foi assegurada a neutralidade financeira entre os CAE e os CMEC. Devia ter sido assegurada, e eu já expliquei porquê.

Se o relatório das rendas excessivas — e já tive oportunidade de mostrar o *slide* que referia isso — calcula uma taxa efetiva de rendibilidade

para os CMEC que é bem superior ao WACC, que os CMEC deviam ter atendendo ao risco de negócio, é porque há uma renda excessiva. É o relatório das rendas excessivas que o diz.

Não vou discutir, limito-me a citar duas entidades que me merecem algum respeito e consideração, que são a ERSE e quem fez o relatório das rendas excessivas. Não vou discutir isto com um gestor da EDP; eu limito-me a citar.

Não fui eu que fiz estes cálculos, foi a ERSE que referiu o tal valor a mais dos CMEC em relação aos CAE. Já no relatório das rendas excessivas quem fez foi a equipa de Cambridge, que, aliás, penso que os senhores a vão chamar, segundo li no jornal.

Eu não tinha a «mão na massa», não fui eu que fiz as contas. Limito-me a citar duas entidades respeitáveis e credíveis. É claro que tenho de dar o desconto aos gestores da EDP, que estão a «defender a sua dama». Mas isso é a natureza das coisas.

O senhor compreende — é fácil perceber — a quem é que dou credibilidade. É tão simples quanto isso.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, se bem se recorda, o Tribunal de Contas, em 2015, e voltando ao anterior Governo, referiu que o mesmo não tomou medidas legislativas para acautelar o interesse nacional e do Estado português nas privatizações da EDP e da REN.

O Eng.º Mira Amaral concorda com esta posição do Tribunal de Contas? É verdade que os interesses nacionais do Estado português não foram salvaguardados? Penso que já respondeu a esta questão, mas queríamos que ficasse claramente enunciada a sua resposta.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, com todo o respeito e consideração pelo Tribunal de Contas, que é um órgão que deve fazer a

*accountability* sobre os deveres das finanças públicas, acho que são declarações que não levam a lado nenhum.

A privatização estava feita... Como já lhe expliquei, é muito difícil voltar para trás. Portanto, acho que essas declarações não têm consequências práticas, infelizmente. Com todo o respeito que nos deve merecer...

O que é que essas declarações indiciam? Que, se calhar, o Eng.º Henrique Gomes tinha razão: devia ter sido feito algum corte antes da privatização. O problema é que, depois de feita a privatização, olhe, paciência!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Se bem nos recordamos, o processo de privatização nesse momento estava nas mãos do então Ministro Vítor Gaspar, que hoje ocupa um alto cargo no FMI.

Tem conhecimento de como é que o ministro Gaspar lidava com o tema das privatizações? Apenas queria o máximo lucro? Além de Passos Coelho, foi o ministro Vítor Gaspar que teve um papel importante na venda da EDP aos chineses, ou não conhece esse processo?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não conheço esse processo. A única coisa que sei é o que li nos jornais. Nunca sabemos se é exatamente assim como está escrito nos jornais, ou se temos de dar algum desconto.

O que lhe posso dizer, da minha experiência governativa, é que os ministros das Finanças são determinantes nesta matéria.

O Sr. Deputado sabe por que é que consegui fazer alguma coisa enquanto fui Ministro da Indústria e Energia e por que é que os empresários me reconheciam alguma credibilidade? Sabe por que é que consegui isto?

Porque consegui ter alguma credibilidade junto dos ministros das Finanças com quem trabalhei.

Também lhe devo dizer que, se não tivesse conseguido conquistar credibilidade junto dos ministros das Finanças, tinha ficado a falar sozinho, não tinha ficado oito anos no Ministério da Indústria e Energia. Tinha-me posto a mexer rapidamente. Está a perceber?

Isto é para lhe explicar o papel fundamental que os ministros das Finanças têm em qualquer governo, inclusive neste seu, com o Prof. Mário Centeno. Os ministros das Finanças são determinantes nesta matéria, o que não é só culpa dos governos PSD. Também no seu Governo, com o Prof. Mário Centeno... Que diga o Ministro da Saúde o que a vida custa!...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Referiu, com alguns elogios, o trabalho do atual Governo, que permitiu a baixa do défice tarifário de 5000 milhões de euros para 3600 milhões de euros.

Como especialista na área da energia, e foi aqui chamado também nessa qualidade, considera que o atual Governo deveria tomar mais medidas para cortar nas rendas excessivas? E que medidas em concreto?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, já expliquei quais são as dificuldades, na atual fase do campeonato, de cortar os CMEC. Já expliquei, por isso não volto a repetir. Gostaria, mas acho que não é possível.

Já lhe sugeri uma medida e até lhe disse uma conta: a de reverter aquela do tal pequeno desconto que deram aos eólicos em contrapartida de uma tarifa garantida de 74 €/MWh durante oito anos, quando o preço de mercado não vai ser superior a 40 €/MWh ou 45 €/MWh. Até porque, e são os próprios eólicos que dizem, como as renováveis intermitentes fazem

baixar o preço do mercado grossista, elas próprias fazem cair o preço desse mercado grossista.

Se calhar, quando tenho uma estimativa nos meus cálculos a 44 €/MWh ou 45 €/MWh para dizer que a margem é de 30, até estou a ser conservador. Se calhar o preço até cai mais!

O senhor compreenda que — e não está em causa nenhum direito adquirido de acionistas — chegar lá e dizer: eu devolvo o desconto de 2,4 €/MW na tarifa que andam a receber há dois anos e, em contrapartida, acabo-vos com a garantia dos oito anos. Esta medida era fácil! E, pelas minhas contas, Sr. Deputado, dá mais que 1000 milhões de euros.

Estou a dar uma sugestão amiga ao seu Governo e ao Secretário de Estado da Energia, porque as outras acho difíceis.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Há pouco, o Sr. Engenheiro falou num estudo de Cambridge.

Segundo o mesmo estudo, os CMEC asseguram uma rentabilidade de 14,2% face aos 7,5% que deveriam assegurar, tendo em conta os dados que pude averiguar.

Como é que analisa esta diferença de sete pontos, que representam certamente muitos milhões de euros para a EDP? Gostaríamos de saber como é que analisa esta questão.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Boa questão, Sr. Deputado.

Se consultar o relatório das rendas excessivas, pode ver que há um gráfico por saldos que diz em que é que cada uma das parcelas contribuiu para os 14,2% final e a parcela que permite dar um grande salto é a extensão das concessões – aliás, acho que o Eng.º Pedro Sampaio Nunes aqui a referiu.

Aqui não vou discutir isso. Não domino, não sei o que se passou. Só chamo a atenção para o facto de o relatório das rendas excessivas referir que

chegámos a 14,2% entrando em linha de conta com a extensão das concessões, que valoriza muito as centrais hidroelétricas da EDP.

Portanto, o senhor chega a esse valor porque, se não fosse com a extensão das concessões, os CMEC andariam pelos 10% ou 11%, e ainda era excessiva em relação ao valor do WACC, mas não seria tão excessivo quanto isso.

Já que o Sr. Deputado me coloca essa questão, aproveito para explicar outra coisa. Qual é o problema dos CMEC? E eu não sei se isto foi controlado, mas se eu estivesse do lado da EDP, faria exatamente o mesmo. Como gestor da EDP, simulava a rede no computador, portanto, sei como as coisas funcionam.

Repare: se a EDP tiver uma central hidroelétrica que não está nos CMEC e tiver outra que está nos CMEC, eu, como gestor da EDP, o que faço? A dos CMEC está sempre garantida, não a ponho a trabalhar, porque vou receber do consumidor através dos CMEC, e ponho a trabalhar a que não está nos CMEC. Dito de outra forma: ponho a faturar no mercado aquela que não está protegida pelos CMEC e deixo a outra parada.

Qual é a maneira de controlar isto? É com o tal Programa Valorágua, que aqui citei, que é um programa que a EDP e a REN têm, que permite simular o funcionamento eficiente das centrais.

Portanto, esse programa, se for corrido, topa logo uma marosca dessas, está a ver? Diz logo que a EDP devia ter puxado mais para essa central. Apesar de estar nos CMEC, a lógica da eficiência do sistema faria com que fosse essa central a trabalhar e não a outra.

Sinceramente, Sr. Deputado, não sei se esse rigor e essa análise estão a ser feitas, tenho dúvidas! Mas isso devia ser feito.

Já agora, explico-vos por que é que o programa se chama Valorágua. É um programa que já havia no meu tempo na EDP para simular a gestão otimizada dos geradores e chama-se Valorágua, porque a EDP e o sistema

elétrico português tinham uma grande componente hídrica, como eu já aqui expliquei.

Por isso, o programa vem dessa grande componente hidroelétrica e, portanto, chama-se Valorágua, o que significa, em termos simples, que a água tem valor. Portanto, nós, ao gerir as centrais, há umas que devemos pôr em serviço de forma mais otimizada.

Os CMEC, como já referi, deviam ser aferidos pelo programa Valorágua para ver se aquilo está a funcionar de forma eficiente.

Já agora, digo outra coisa, que talvez o Sr. Deputado não saiba, e sobre a qual tenho as maiores dúvidas: as minhas centrais dos CAE pagavam na base da potência disponível. O que é que significava? Que o despacho da REN era obrigado a perguntar às centrais se estão disponíveis ou não. Se não estivessem disponíveis, mesmo que houvesse capacidade instalada, não lhes pagava. E eu tenho dúvidas que, depois da saída do Eng.º Henrique Gomes, este rigor tenha continuado.

Estou convencido que se estão a pagar os CAE a centrais só pela potência instalada e não se está a aferir se essa potência instalada se transformou em potência disponível, porque é só essa que se paga.

Havia de ter o cuidado de estar sistematicamente, por despacho da REN, a dizer à central: mostre lá se está disponível, porque se não estiver disponível, não lhe pagamos a parte fixa.

Como especialista do setor, que trabalhei nele, não sei o que se está a passar, mas chamo-lhe a atenção para isso. Estes pormenores, às vezes, dão uns milhõezitos de euros, como o Sr. Deputado compreenderá.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda em relação aos contratos dos CMEC, existem várias situações consideradas inovatórias, que não existiam

nos CAE, como, por exemplo, as questões da benfeitoria ambiental realizadas no caso da central de Sines nos últimos anos.

Na sua opinião, faz algum sentido estes custos serem recuperados através dos CMEC? Devia o Governo pedir este dinheiro de volta? O que se poderia fazer nestes casos?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — De acordo com a regulação, se houve essas melhorias ambientais — e a regulação diz que isso, em parte, pode ser passado para nós, e nós pagamos —, íamos pagar.

A central de Sines levanta outra questão que, para mim, é preocupante: é a tese do Ministro do Ambiente, que diz que vai fechar a central de Sines sem os espanhóis fecharem as centrais a carvão. Tenho criticado muito os ministros das Finanças, mas tenho a dizer-lhe que os ministros do ambiente gostam muito de trabalhar para a fotografia.

É muito bonito chegar a Bona e dizer: nós até vamos acabar com o carvão! Isto é magnífico, dá uma grande fotografia, é um país campeão europeu, quiçá mundial, na luta contra o carvão. Depois, sabe o que se passa? Se os espanhóis não acabarem com as centrais a carvão, tal como quando saímos do apoio térmico a sul, se fecharmos a nossa central sem os espanhóis fecharem, o que vai acontecer?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Compramos!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Vamos comprar a energia a Espanha mais cara, a centrais espanholas, que têm o carvão pior do que o nosso, e, portanto, são mais poluentes.

Esta medida, que parece muito bonita, o que faz? Faz com que se pague a energia mais cara, com que haja mais poluição do que se estiver a central de Sines trabalhar, porque esta central a trabalhar dá menos poluição

do que as centrais espanholas, que são mais velhas, e o carvão espanhol é de péssima qualidade e o nosso, aquele que importamos, é excelente.

Não sei se o Sr. Deputado sabe — tem a ver com a sua pergunta —, mas a central de Sines, com os investimentos que fizemos e que já pagámos, ou seja, os consumidores portugueses, é a mais eficiente e a mais limpa da Península Ibérica.

Compreendo a luta contra o carvão, mas, então, temos de ser racionais e dizer: nós acabamos com o carvão quando os espanhóis acabarem. Se acabarmos com o carvão sem os espanhóis acabarem, o que é que isso significa? Significa que vamos consumir das centrais espanholas, que têm carvão pior, que não fizeram os nossos investimentos, que são mais caras e que poluem mais do que as nossas.

O Sr. Deputado sabe quem é que simulou a entrada da central de Sines na rede e decidiu como é que ela entrava? Fui eu! Conheço particularmente bem a central de Sines dos anos 70. Fui eu que simulei a sua entrada.

A central de Sines é fundamental, porquê? Já agora, explico-lhe: a rede precisa de um apoio térmico a sul, há uma grande componente de produção a norte, quer hidráulica, quer de renováveis e, portanto, com essa componente renovável a norte, uma rede precisa de um polo de injeção térmica a sul. Portanto, se a central de Sines desaparecer, temos de ter outra central a substituir a de Sines e, obviamente, como já lhe expliquei, vão ser as espanholas.

Já agora, digo-lhe outra coisa: quando os produtores eólicos se gabam de que tivemos quatro ou cinco dias só com produção eólica sem mais nada, esquecem-se de dizer um pormenor. Sabe o que aconteceu? As centrais de Tapada do Outeiro e de Sines estiveram a funcionar abaixo dos mínimos de eficiência térmica, emitindo CO<sub>2</sub> e sendo ineficientes do consumo de energia, para quê? Estavam ali em *hot standby*, porque, se não houvesse vento, tinham de entrar em funcionamento.

Não sei se tem consciência de que uma central térmica tem de estar sempre pré-aquecida. Há uma inércia térmica que não permite que carreguemos no botão e que a central funcione imediatamente.

As centrais térmicas têm de estar sempre pré-aquecidas para entrarem em serviço se o vento falhar. Os produtores eólicos esquecem-se de dizer isto quando duas centrais estão a emitir CO<sub>2</sub>, a trabalhar em péssima situação, para aguentar *backup* à eólica.

É claro que podia ter-se feito outra coisa, que alguns países europeus já fizeram, mas que os produtores eólicos não gostam, que seria não ter o *backup* térmico. Se o vento falhar, sabe o que se faz? Deslastram-se consumos. E aqui entrava-se num tema que o Bloco de Esquerda e que o Sr. Deputado gostam muito: a interruptibilidade, a cláusula de interruptibilidade. Alguns países europeus já têm isto. Não têm o apoio térmico, se o vento ou o sol falharem, então, cortam-se consumos. Só que na legislação portuguesa isso não é claro, além disso, como compreende, os produtores eólicos não gostariam, porque o ónus recairia sobre eles. Se cortassem o consumo, seria porque as eólicas falharam, e eles não gostam de ouvir dizer isto.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A EDP e outras empresas têm defendido poder recuperar os seus custos com a taxa da CESE (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético), nomeadamente com a tarifa social, no caso da EDP, através dos CMEC.

Esta é uma visão contrária à do Governo, que discorda desta posição, à do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem defendido a tarifa social, e também a pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Na sua qualidade de perito na área da energia, e já que está aqui presente nessa qualidade, considera que faz algum sentido a EDP passar para os consumidores os custos que tem com a taxa da CESE e com a tarifa social?

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, já expliquei que faz sentido haver tarifa social, porque, como dizia o grupo de trabalho do PS e do Bloco de Esquerda, nós, em termos de paridade do poder de compra das famílias, temos a eletricidade mais cara da Europa e, na situação dramática em que estivemos, havia famílias que já não pagavam a energia elétrica. Aliás, devo dizer-lhe que, no período da austeridade, as famílias já não pagavam a energia elétrica e faturas de telecomunicações, a *internet*, já cortaram aí. Por isso, faz todo o sentido haver uma tarifa social, em termos de paridade no poder de compra, por termos os preços mais elevados da Europa e pela situação extremamente difícil para as famílias portuguesas.

A questão que se põe agora é quem paga a tarifa. Isso é que é o velho problema! Em princípio, se não pensarmos em quem paga, está tudo de acordo; a discussão começa em saber quem paga. Devo dizer-lhe que, no âmbito de uma economia de mercado, sendo a EDP uma empresa formalmente privada, o Governo tem toda a legitimidade para fixar uma tarifa social, só que põe o contribuinte e o Orçamento do Estado a pagá-la. Não deve ser a empresa a pagá-la, é tão simples quanto isto.

O Governo é quem decide politicamente, e bem, que haja uma tarifa social, então deve ser o contribuinte, em nome da solidariedade social, a pagá-la. Porque se não for assim, o que é que acontece? Se há consumidores que pagam menos, por terem tarifa social, e se esse ónus vai recair sobre aqueles que pagam mais, a isto chama-se, nas regras de concorrência, «subsídio cruzada» e isto é proibido. Portanto, a subsídio cruzada é proibida e não deve ser feita; não se deve pôr uns a pagar menos para que

outros paguem mais. Isto é proibido, em termos de regras de concorrência, e não devia ser feito assim.

Qual é a minha interpretação? Sabe qual foi? O Governo pôs a EDP a pagar, dentro da lógica de a EDP como tem umas rendazitas excessivas, então, apanha-se a boleia e põe-se a EDP a pagar.

É a minha interpretação política da situação, porque, em termos de economia de mercado, sendo a EDP uma empresa privada, se o Governo decide legitimamente ter uma tarifa social, quem a deve pagar é o Orçamento do Estado e o contribuinte, ponto final.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar, por favor.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda no contexto da privatização da EDP, o Tribunal de Contas criticou o facto de a Parpública ter contratado a consultora financeira Perella para assessorar esta operação.

Ora, é preciso recordar que a Perella cobrou 10 milhões de euros por esta assessoria e que um dos sócios da Perella é Paulo Pereira, conhecido por ter ligações ao ex-ministro Vítor Gaspar.

Como é que o Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral olha para estas ligações, no âmbito de uma operação tão importante como a da venda da EDP?

O Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não vou comentar isso, não vim preparado para responder a perguntas dessas, mas devo dizer o seguinte: nestas matérias — aliás, também já tive esse problema noutra área, mas já lhe digo qual — põe-se a questão da credibilidade dos consultores ou dos assessores que achamos que são os mais credíveis. E os serviços desses tipos, com base na credibilidade que têm, pagam-se e pagam-se muito bem! Eu já estive na banca de investimentos, portanto conheço os *fees* que esse pessoal recebe.

Há aqui um problema de credibilidade e de competência. Não podemos ir ao mercado fazer *shopping around* e escolher o mais baratinho, porque isso não funciona, portanto há uns tipos que se aproveitam disso. Mais não sei dizer-lhe, mas é esta a situação objetiva que temos.

E sabe por que é que eu sei disso também? Como gestor bancário, quando encomendamos um *software* para situações sensíveis do banco não se vai ao mercado fazer *shopping around*, temos de pousar num *software house* que seja credível. E os serviços desses tipos pagam-se e nós pagamos-lhes um balúrdio!

Portanto, com os consultores financeiros, Sr. Deputado, acontece exatamente o mesmo. Já estive na banca de investimento e sei que os serviços destes senhores se pagam muito bem e que eles jogam na base da sua credibilidade, bem ou mal. Depois, as decisões políticas, bem ou mal, não vou aqui discutir, contratam-nos na base da credibilidade que acham que eles têm; se têm ou não têm, essa é outra questão.

Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Costa, antes de continuar permita-me que lhe peça a gentileza de puxar o microfone o mais possível, para que os Srs. Deputados que estão ao fundo possam ouvir.

Faça favor.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Um parecer do Conselho Consultivo da Procuradora-Geral da República declara que, pelo facto de os CMEC terem sido aprovados através de despacho e não através de uma lei da Assembleia da República, os ajustamentos anuais podem ser declarados nulos, e que só são válidos se forem aprovados pelo Governo, ou quando publicados em *Diário da República*.

Na opinião do Sr. Engenheiro, este parecer faz algum sentido? Não faz sentido?

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não sou jurista, não sou especialista em direito constitucional, portanto devo dizer-lhe que, se calhar, o parecer faz sentido.

A minha questão é a seguinte: qual é consequência prática disso, depois de as coisas já terem sido feitas? Que consequências tem isso? Será que os decisores políticos que fizeram isso mal vão ser penalizados, vão ser criticados, vão ter de se justificar? Não sei, mas, em termos de consequências na decisão de reverter decisões, não vejo que isso possa ser feito.

No entanto, já veria como muito interessante, Sr. Deputado, que, na base desses pareceres, os decisores políticos que tomaram as decisões sejam acareados e questionados, no mínimo, pela Assembleia da República e pelos Srs. Deputados.

Portanto, não me faça a pergunta a mim. O Sr. Deputado tem o poder político, os Srs. Deputados podem, no mínimo, chamar aqui os senhores que tomaram estas decisões políticas e fazer uma «*accountability* política» sobre eles, mesmo que não haja, depois, consequências jurídicas ou legais.

Também me parece que estes órgãos produzirem pareceres e depois ninguém ligar nenhuma é também um desprestígio para estes órgãos e é um desprestígio para o Estado de direito e para o funcionamento da República.

Duvido que, depois, haja consequências práticas na reversão de muitas decisões, pelas razões que já aqui expliquei, mas parece-me que os decisores políticos deveriam, no mínimo, ser chamados ao Parlamento, ou ao poder político legítimo, e teriam de se explicar. No mínimo, uma acareação política mereciam.

Isto não é como especialista de energia; é como cidadão da democracia portuguesa. É o que posso dizer-lhe.

A Sr.ª **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Costa, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Já aqui o disse, Sr. Engenheiro, que não assinou a queixa que foi apresentada à Comissão Europeia sobre os CMEC, mas, tanto quanto se conhece, os signatários, depois, escreveram uma carta ao presidente da Comissão Europeia.

Queria saber se o Sr. Eng.º Mira Amaral assinou essa carta e, se o fez, por que motivo.

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não estou aqui, agora, numa acareação com o meu amigo Eng.º Pedro de Sampaio Nunes. Já lhe disse, ele tem as suas opiniões, respeito-as, considero-o um grande especialista em energia, e até sabe mais de direito comunitário a dormir, do que eu acordado, portanto, não me sinto à vontade para discutir essas matérias.

Não assinei nem a petição, nem a carta ao Presidente da Comissão Europeia, não tomei posição nenhuma dessas e já lhe expliquei porquê. É que não estou à vontade nessa matéria e, tendo sido ministro do setor, acho que devo ter algum resguardo institucional e não quero ser apanhado em posições que não controlo.

É tão simples quanto isto, é uma questão de bom senso, apesar de todo o respeito e consideração que tenho pelo meu amigo e colega Eng.º Pedro de Sampaio Nunes, que considero um tipo extremamente competente na área da energia e que sabe mais de direito comunitário, pelas funções que lá teve, do que eu.

Mais do que isto não lhe sei dizer, Sr. Deputado.

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Continuando, também, com o que foi dito na audição do Eng.º Pedro de Sampaio Nunes — e já aqui referiu a questão dos CAE e dos CMEC —, segundo as contas do Eng.º Sampaio Nunes, os CMEC custaram 3000 milhões de euros aos consumidores, todos os contratos de CMEC, enquanto os CAE custaram 1,6 mil milhões de euros. Estes dados estão corretos? Não estão?

Considera que existe ou não um excesso de rentabilidade dos CAE? Estamos a falar, de acordo com os dados que pudemos apurar, no caso do CAE da Tejo Energia e do CAE da Turbogás, de cerca de 10%; no caso dos CAE da EDP estamos a falar de rentabilidades de 8,5%, segundo os dados que pudemos apurar.

Os CAE garantem uma remuneração fixa, bem sabemos, e o Sr. Engenheiro já explicou o momento político em que foi tomada essa decisão, mas quero questionar se, neste momento, não acha que estes CAE têm uma rentabilidade excessiva.

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não vou discutir os números que o Eng.º Pedro Sampaio Nunes apresentou. Cito, no *slide* 13, para o ano de 2017, que os meus CAE custaram 104 milhões de euros, os CMEC custaram 320 e a PRE custou 1317 milhões de euros.

Portanto, destes números, concluo — desculpe a expressão muito simples —, que os CAE são *peanuts* face à PRE, e que são muito menos do que os CMEC, ou seja, os CMEC custam mais do que os CAE.

Já lhe expliquei, Sr. Deputado, quando fixei uma rentabilidade assegurada para os CAE de 8%, quando estávamos com um prémio de risco da República Portuguesa mais elevado do que agora, que estamos no euro — e o relatório sobre as rendas excessivas menciona isso —, podia haver algum toque na rentabilidade dos CAE, porque o enquadramento da República

Portuguesa e o prémio de risco diminuiu. Portanto, devia ter-se feito algum ajustamento aos CAE.

Se o Sr. Deputado me perguntar se a rendibilidade que fixei para os CAE, para os «meus», era excessiva na altura, já expliquei que não, face ao prémio de risco da República, tempo de *risk adjustment*, a rendabilidade real era menor do que 8%; era um rendabilidade inteiramente razoável, a que fixei.

Se o Sr. Deputado me perguntasse quando fixam rendabilidades de 8% a 10%, em 2007, pelas razões que já expliquei, elas são muito mais elevadas do que os 8% que dei, em 93/94. Por isso é que o próprio relatório das rendas excessivas, como também já disse, reconhece que os meus CAE poderiam ter sofrido algum toque com o enquadramento no euro. É isto o que o relatório diz.

Assim, haverá um pouco de rendas excessivas, reconheço, haverá um pouco de rendas excessivas, mas nada se compara, pela dimensão financeira, ao que está em causa nos CMEC e na PRE.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral e saudá-lo pela sua intervenção consistente nos temas da energia, esclarecedora que tem sido, em muitos tópicos. Ainda hoje, aqui, voltou a sê-lo e agradeço também o empenho que tem colocado, hoje e anteriormente, neste tema.

Queria começar por referir o relatório das rendas excessivas, mencionado aqui, coloquialmente, em todas as intervenções, e salientar um pormenor: apesar de esse relatório ter sido pago pelo dinheiro dos contribuintes, ninguém, nenhum cidadão português, o pode conhecer e ler.

Sucedo algo extraordinário: não só o relatório nunca foi publicado, como nunca foi entregue ao Parlamento, nem, até hoje, pôde ser visto por alguém, nem foi ainda entregue, como solicitado, à Comissão, tão difícil deve ser encontrá-lo nos fundos dos arquivos!

Assim, solicitava ao Eng.º Mira Amaral, que, claramente, teve acesso ao relatório — eu também tive, tal como outros aqui presentes —, que o entregue formalmente à Comissão, que foi convidada, aliás, a entregar documentação de apoio. Portanto, acho que lhe podia caber a si, como homenagem, o papel de entregar esse documento, maldito, mas tão esclarecedor, que tanta falta faz conhecer, aqui à Comissão, em particular, formalmente, e a toda a cidadania, por direito.

Em relação à questão dos contratos de aquisição de energia, queria que pudesse ficar bem esclarecida a questão da referência pública que ficou feita e que o Sr. Engenheiro aqui referiu.

Mencionei a paternidade do Sr. Engenheiro em relação aos CAE, por ter sido o legislador que deu origem ao Decreto-Lei n.º 182/95, que enquadra a criação dos contratos de aquisição de energia, não só aqueles que o Sr. Engenheiro assinou, enquanto ministro, mas também os que vieram a ser assinados, mais tarde, por outros governos.

O que queria perguntar é se existe outra legislação, nomeadamente do Governo que se seguiu, do Partido Socialista, à qual se possa atribuir o enquadramento dos CAE das barragens.

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, devo dizer-lhe que hoje fui interrogado pela jornalista Maria Teixeira Alves do *Jornal Económico*, que me disse que era o seu consultor para a energia.

Veja lá o risco que eu e que o Eng.º Henrique Gomes corremos... Até já somos consultores do Bloco de Esquerda! Veja lá ao que eu havia de chegar, aos 72 anos de idade!

Eu, que sempre lutei politicamente contra a esquerda portuguesa, agora, aos 72 anos, acabo como consultor do Bloco de Esquerda...! O que expliquei à senhora foi que não sou vosso consultor, sem prejuízo de os senhores dizerem algumas coisas sobre energia com as quais eu concordo. É tão simples quanto isso!

É claro que um tipo mais à direita do que eu diria: «vocês tantas dizem que em alguma acertam».

*Risos.*

Portanto, reconheço algumas contribuições positivas que os senhores têm dado, já falei do relatório, do excelente relatório do grupo de trabalho conjunto PS e Bloco de Esquerda, que tem conclusões muito válidas, que reconheço, e, portanto, o meu estado de espírito é o de que os senhores têm tido algumas contribuições positivas no domínio da energia, que subscrevo e, portanto, felicito. Nisso, ficamos claros! Não sou consultor do Bloco de Esquerda, aos 72 anos já não mudo assim de...

*Risos.*

Tenho as minhas convicções profundas e já não consigo mudar.

Quanto ao relatório, o Sr. Deputado está a dizer uma novidade. Julgava que... Deram-me uma cópia, não vou dizer quem, mas julgava que o relatório era público mas, se não é público, e se o Sr. Deputado também o tem e eu também o tenho, então por que é que o Sr. Deputado não o dá à Assembleia e sou eu a dá-lo?

*Risos.*

Facilite-me o trabalho! O Sr. Deputado tem-no, eu também tenho. Não vou perguntar ao Sr. Deputado onde é que o arranjou, o senhor também não me pergunta a mim, mas como o Sr. Deputado é membro do Parlamento, tem mais solidariedade para com os seus colegas do que eu, então é o senhor que o dá, não sou eu.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É só uma sugestão, só para ver.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Ah, obrigado, agradeço a sua sugestão e a sua gentileza, mas não compro! O Sr. Deputado, faça o favor de o dar.

Sobre os CAE, devo dizer que reagi às suas declarações, mas aquilo que o senhor aqui fez foi reproduzir o que foi dito pelo Sr. Eng.º Pedro de Sampaio Nunes, num pormenor, que vou ler, porque tenho aqui, logo de manhã recebi-o, e está aqui sublinhado. O senhor diz assim: «Será ouvido nessa condição, enquanto Ministro responsável pela criação dos CAE, que também estão agora postos em causa enquanto ajuda de Estado, porque estabelecem uma remuneração para centrais e barragens que já estava mais do que amortizada em 1995».

Portanto, o que o senhor está a dizer é que a remuneração é feita para barragens, em 1995. Isto é o que o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes....

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Desculpe, Sr. Deputado, é o que li. É o que o Eng.º Pedro Sampaio Nunes disse aqui, porque li a intervenção do Eng.º Pedro Sampaio Nunes.

Chamo-lhe a atenção para o facto de os meus CAE serem para centrais térmicas. A novidade dos CAE da EDP é que são para barragens e são de 1996. Portanto, se o Sr. Deputado dissesse 1996, nem lhe tinha dito nada, mas o Sr. Deputado diz 1995...

Estas são declarações do Eng.º Pedro de Sampaio, que o Sr. Deputado reproduz. Nem o critico a si, estou a chamar a atenção que o senhor foi na onda, cita um conhecido especialista de energia, nem é culpado disso, mas esta afirmação não é correta, porque os CAE para a EDP para as barragens são de 1996 e não de 1995.

Aliás, há uma coisa que a EDP habilidosamente tenta dizer e que é o seguinte: é que os CAE da EDP são mais baratos que os CAE que eu dei. A EDP também tenta passar esta mensagem. Tinham de ser mais baratos sabe porquê? Porque as centrais hidroelétricas não têm custos variáveis, são zero e, portanto, é só o custo fixo, ao passo que uma central térmica tem custos fixos e tem custos variáveis.

Portanto, não é possível comparar centrais térmicas com o pacote da EDP que tem centrais hidroelétricas. Quando muito, o que a EDP devia fazer era comparar o CAE do Pego com o CAE de Sines, ou com o CMEC de Sines, porque aí já são centrais da mesma tecnologia.

Portanto, Sr. Deputado, fiquemos claros: a minha observação nem é para si. O senhor aqui cita um especialista de energia que aqui, no Parlamento, disse uma coisa que não é correta, porque as barragens não são de 1995 são de 1996 e o senhor reproduz a argumentação dele.

O mesmo não é verdade para as centrais térmicas, como as do Pego e a da Tapada do Outeiro, e aí tem toda a razão. Aqui o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes até estabeleceu uma distinção que o senhor aqui reproduz e com a

qual eu concordo, que é dizer que, no fundo, as minhas centrais não estavam amortizadas e quando se dá CAE às centrais da EDP elas já estão amortizadas.

As minhas não estavam amortizadas; quis foi captar investidores estrangeiros privados, como já expliquei. Bem ou mal, foi isso que quis fazer. Ao passo que as centrais da EDP já estavam amortizadas.

Estou de acordo com essa distinção que ele faz e de que o senhor fala aqui. A data é que não é correta, Sr. Deputado, é isso que quis dizer-lhe, com toda a consideração.

Nem o culpo a si, porque o senhor reproduziu aqui as coisas de um distinto especialista e, portanto, o senhor estava de boa-fé a dizer isto.

Não sei se o esclareci?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim.

A referência que faço é à data de produção da lei, não é à data da realização dos contratos e, portanto, não penso que haja, desse ponto de vista, erro factual.

De qualquer modo, não é sobre isso a nossa audição e gostava de lhe colocar, sobre este último ponto que referiu — as barragens —, uma questão sobre se me pode especificar qual era o grau de amortização das centrais hídricas com as quais foram celebrados contratos de aquisição de energia e se havia alguma espécie de necessidade de assegurar essa remuneração, como seria suposto, tratando-se de uma ajuda de Estado e estando isto ao abrigo da figura da ajuda de Estado.

É aceitável que tivesse sido reconhecido que estes contratos pudessem ter permanecido, depois da legislação europeia sobre as ajudas de Estado? Ou há, aqui, uma clara cumplicidade das instituições europeias com a manutenção de uma ajuda indevida a centrais que estavam já amortizadas e que, portanto, não corriam qualquer risco quanto à sua competitividade?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, percebo a sua pergunta, aliás, o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes também diz o mesmo.

Não sei responder. Acho que o senhor e o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes têm razão, pelo menos, numa coisa: há permissividade das instituições europeias, que, no mínimo, deveriam ter respondido. Não é assobiar para o lado...! No mínimo deveriam ter respondido e, que eu saiba, não responderam e assobiam para o lado!

O senhor tem razão quando utiliza a expressão permissividade. Também eu diria o mesmo. Se, depois, a argumentação expendida é totalmente blindada do ponto de vista jurídico não lhe sei responder. Já confessei a minha incapacidade, a minha dificuldade de trabalhar nesta matéria, e reconheço outra competência ao Eng.º Sampaio Nunes. Mas acho que o Parlamento e os senhores, julgo eu, podiam pegar na sugestão do Eng.º Pedro Sampaio Nunes e pôr, claramente, o problema ao tribunal europeu. Não sei responder mais do que isto, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quanto aos custos ambientais estes ficaram cobertos pelos CMEC na lei de 2004 e o que lhe pergunto é se os CAE já previam a incorporação desses custos de remuneração, ou se se tratou de uma remuneração adicional que perturbou a manutenção do equilíbrio, que era o que, supostamente, os CMEC deveriam fazer.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, sinceramente, não sei responder, não me lembro se os meus CAE — como vê, isso já foi há 30 anos, em 1993/1994... Não sei responder a esse pormenor.

O que sei, e que lhe posso dizer, é que já tive preocupações ambientais com o Pego e com Sines até porque eram a carvão. Mas não me lembro se a

legislação que foi produzida nos CAE já incluía isto como incluiu, depois, a dos CMEC. Portanto, não lhe sei responder, Sr. Deputado.

Peço desculpa, mas não me lembro desse pormenor... Ah, lembro-me do seguinte: como engenheiro da EDP, o Pego foi feito — ou pensou-se no Pego — sem preocupações ambientais, sem a dessulfurização e, depois, lembro-me de Sines, relativamente à qual já havia essa diferença em relação à conceção inicial do Pego, de ter a dessulfurização e já ter equacionado os temas ambientais.

Portanto, lembro-me de ter havido uma evolução do pensamento na EDP, já no bom sentido ambiental, esse houve; mas, se isto está traduzido nos meus CAE, confesso que já não lhe sei responder, neste momento.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Referiu-se à menção do relatório das rendas excessivas sobre a evolução dos custos de financiamento e, portanto, sobre a hipótese de uma renegociação dos Contratos de Aquisição de Energia.

Pergunto, primeiro: que viabilidade é que atribui a essa renegociação? Considera que ela seria possível, que seria viável?

Segundo: como é que veria a aplicação e a extensão da contribuição especial no setor energético às centrais com Contratos de Aquisição de Energia, nomeadamente Pego e a Tapada do Outeiro?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, pelas razões que lhe disse, e por respeito pelos investidores e por tudo aquilo que já expliquei, acho muito difícil que haja aí uma revisão nesta fase do campeonato.

Quanto à contribuição especial para o setor elétrico acho que se todos levaram, EDP, GALP, REN... Aliás, a GALP até levou numa coisa que, para mim, não faz sentido em termos económicos, sobre refinarias, porque

refinarias não podem ter uma renda excessiva, porque produzem um bem transacionável, por definição económica.

Geralmente, não temos consciência disso e claro que é difícil logisticamente, mas, teoricamente, o mercado está aberto, o produto que sai de Sines, se não o quisermos comprar, podemos comprá-lo no mercado internacional... Depois há um problema logístico, que torna o mercado mais fechado, mas, em tese, o produto que sai de uma refinaria, como estamos em mercado aberto, é um bem transacionável, logo não pode ter rendas excessivas...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E armazenável!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Com certeza!

Depois há esses problemas e o Sr. Deputado tem razão.

Portanto, acho que não faz sentido aquilo que foi feito: taxar como ativos as refinarias da GALP. Tal como não faz sentido taxar ativos regulados da REN, porque um ativo regulado de duas uma: ou o regulador está a fazer um bom trabalho e não tem rendas excessivas — é por isso que o regulador existe — ou se não está a fazer um bom trabalho deve substituir-se o regulador por incompetência, não é taxá-lo e ter rendas excessivas, que não faz sentido existirem.

Portanto, o que acho que devia ter sido taxado, com rendas excessivas, com a contribuição especial, eram as eólicas, mas não foram. Aliás, o Ministro Vieira da Silva veio justificar por que é que não eram taxadas quando fez a conferência de imprensa e apresentou um *Powerpoint* em que disse que vão todos apanhar e que as eólicas não vão apanhar, porque já foram objeto de medidas relevantes de redução de custos, os tais 2,4 €/MWh.

Portanto, Sr. Deputado, o que sugeria ao Sr. Deputado, que é poder político, ou ao Sr. Secretário de Estado da Energia, é que se há que taxar

mais alguma coisa com uma contribuição especial sobre o setor elétrico são as eólicas, que estão...

E devo dizer que uma coisa que me chocou — e o Sr. Deputado vai gostar de ouvir isto —, no Governo Passos Coelho todos levaram: reformados, funcionários, a EDP, a GALP, exceto as ventoinhas. Isto chocou-me! Esta é uma questão de iniquidade, como o Sr. Deputado compreenderá...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ventoinhas?!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — São as eólicas.

Nós, na gíria, dizemos ventoinhas, normalmente, porque são ventoinhas grandes, muito grandes...

*Risos.*

Aliás, quando quero — já agora, permitam-me — fazer afinar os meus amigos das eólicas chamo-lhes ventoinhas. Eles afinam completamente! Passam-se!

*Risos.*

Quando os quero aborrecer...

E, já agora, um outro termo que utilizo — e, já agora permitam-me mas isto é informal — é chamar aos carros elétricos: popós elétricos, de que, aliás, gosto muito e vou comprar um... Mas eles afinam. Não sei porquê...! Eu estou a brincar, mas eles não gostam dos termos...

Falando a sério, Sr. Deputado, daquilo que lhe expliquei, daquele desconto que fizeram da extensão do período de garantia que o Ministro

Vieira da Silva aproveitou para dizer que já não íamos fazer contribuição especial sobre o setor elétrico às eólicas, acho que aqui... Por que é que todos os outros apanham e estes não? Ou há moralidade ou comem todos! É isto que eu penso. E não ia para os CMEC.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas sobre a minha pergunta não fiquei bem esclarecido.

Acha que a Tapada do Outeiro e a Central do Pego deveriam ser abrangidas pela CESE ou não?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, se os CMEC forem, acho que os CAE também deviam ser; se os CMEC não forem, não faz sentido pôr nos CAE.

Neste aspeto, tratava os dois em igualdade de circunstâncias.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas as centrais CMEC são hoje abrangidas pela CESE.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Então, fazia sentido terem todos igualdade de circunstâncias. Com certeza, obviamente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ainda sobre os CMEC, gostava que apreciasse e desse a sua opinião sobre o facto de terem sido estabelecidas taxas de desconto diferentes para o cálculo da remuneração, tanto no caso dos CMEC como, depois, também na questão do domínio hídrico.

O risco foi valorizado de modo diferente consoante estivéssemos a olhar para o valor inicial dos CMEC ou para a anuidade que, depois, viria a ser paga, sendo que em ambos os casos a taxa que foi definida veio a beneficiar a EDP. No caso do domínio hídrico a mesma coisa mas no

respeitante ao valor residual das centrais, por um lado, e, por outro, aos fluxos de funcionamento das barragens.

A minha pergunta é a seguinte: esta diferenciação, para si, faz algum sentido?

Deixe-me só acrescentar uma coisa de que me esqueci: esta diferenciação e o seu efeito económico foi quantificada pela Comissão Europeia quando abriu a investigação ao domínio hídrico em 650 milhões de euros de vantagem para a EDP e, no caso dos CMEC, pelo relatório de Cambridge, em 320 milhões de euros.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Eu no *slide* 33 preocupei-me em explicar, embora não tenha tido tempo de o passar, mas depois os senhores podem ver, como é que é o WACC.

Temos a remuneração do capital próprio em que temos dois fatores: um retorno sem risco e depois junta-se-lhe o prémio de risco, de capital próprio, que corre neste negócio; temos a taxa de juro do capital alheio, que tem também a taxa de juro sem risco e depois junta-lhe o *spread* do crédito bancário que é aquilo que tem a ver com o prémio de risco.

Portanto, o que é que acontece? Estas centrais estão todas no mesmo ambiente de risco, portanto, têm de ser taxadas, têm de ter o mesmo prémio de risco para todos, não faz sentido estar a dar uns a uns e outros a outros.

A noção que tenho do trabalho de casa que fiz, não lhe digo com quem, antes de vir para aqui — não fui eu que «meti na massa» —, é que me chamaram a atenção para aquilo que o Sr. Deputado me está a dizer: houve aqui manipulações de taxas com prémio de risco diferentes quando estamos no mesmo ambiente que não fazem sentido, a meu ver.

Devíamos ter os mesmos prémios de risco e, portanto, as mesmas taxas. Não sei se fui claro.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi claríssimo.

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Isto é o que chamo, Sr. Deputado, as manipulações dos financeiros.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — «A entrada em cena dos financeiros», foi como o Sr. Eng.º se lhe referiu.

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Quando começam com fórmulas destas todo o cuidado é pouco.

*Risos.*

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quanto à extensão das renováveis, ia abordar também o tema, por isso agradeço-lhe a atenção que lhe dedicou.

O Bloco de Esquerda tem-se referido consistentemente a este problema e, se olharmos para a sua dimensão económica, percebemos que estamos perante uma sobre remuneração excessiva que é da mesma dimensão, aproximadamente, daquelas que temos vindo aqui a apreciar.

O Sr. Engenheiro referiu-se aos 510 milhões de euros, que a ERSE diz terem sido pagos a mais entre o que estava quantificado nos CAE e nos CMEC, e aqui, como o Sr. Engenheiro referiu, podemos estar aqui diante de valores em torno dos 1000 milhões de euros de sobre remuneração.

Também estive a fazer essas contas e a conclusão a que cheguei foi a de que, mantendo-se o preço médio da energia nos valores em que se apresenta — nem precisamos de considerar a baixa que a incorporação das renováveis e das eólicas, em particular, vem introduzir —, num cenário conservador, em que se mantém o valor do preço médio de mercado, um produtor que tenha 1 MW de potência terá entregue, no final destes sete

anos de contribuição voluntária, assim se chamou, com uma ponta de ironia, a este esforço, ao sistema elétrico 44 000 € a título de contribuição voluntária.

No final dos sete anos de tarifa subsidiada, esse produtor terá recebido, em sobrecusto adicional, 564 000 €. Só no primeiro ano terá recebido 52 000 €. São, portanto, 44 000 € pagos em sete anos, 52 000 € recebidos só num ano e, no fim dos sete anos, e aplicadas as taxas que estão previstas face à inflação, este produtor, por 44 000 € de contribuição, receberá de subsídio adicional 564 000 €, segundo as contas de que o Bloco de Esquerda dispõe e que está disponível para divulgar.

Há aqui uma claríssima sobre remuneração que não tem uma base contratual – e esta é a questão que lhe queria colocar.

O Sr. Eng.º tem-se revelado aqui — digo-o sem acinte — um fundamentalista da estabilidade contratual. Ou seja, o Sr. Engenheiro repudia a litigância, repudia a intervenção do Estado perante contratos anteriores, mesmo estando à vista, e o Sr. Engenheiro até concorda, que eles são altamente lesivos para a economia e para os consumidores. Mas não é esse o caso, não estamos perante um contrato que tivesse criado expectativas financeiras, que tivesse sido estabelecido no início da entrada destes produtores, pelo contrário, eles são produtores e, por isso, também gostaria de lhe perguntar qual é o grau de amortização das centrais eólicas no final do prazo do subsídio, em 2020. Em 2020, terão decorrido 15 anos de subsídio *feed-in tariff*. Qual é a sua avaliação quanto à amortização destas centrais?

Recordo que, a dada altura, se chegou a falar de que a crise financeira destes produtores seria tão grave que levariam os bancos de arrasto, que iria tudo à falência neste País se houvesse uma intervenção sobre estas rendas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Portanto, Sr. Engenheiro, gostaria de saber: estão ou não amortizadas estas centrais eólicas?

Em segundo lugar, do ponto de vista contratual, há aqui uma contribuição que foi dada a título voluntário pelos produtores e que pode, a todo o tempo, ser devolvida pelo Estado, naturalmente com uma compensação correspondente.

Gostaria de saber como vê essa possibilidade do ponto de vista da estabilidade contratual e da sua viabilidade no imediato. Qual é que calcula que seria a vantagem para os consumidores da aplicação disso a prazo?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Engenheiro Luís Mira Amaral, para responder.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — O Sr. Deputado diz que sou fundamentalista, mas se for consultar os gestores da EDP dizem-lhe o contrário, dizendo-lhe que eu quero acabar com as rendas excessivas.

Tentei ter uma posição de equilíbrio. Depois de os investidores terem entrado, acho mais difícil, deveria ter sido antes... E também lhe devo dizer o seguinte: se calhar, é a vida... O Sr. Deputado achará que não, mas de facto, o Governo pode cair em cima de nós, portugueses, que, quando se trata de investidores estrangeiros, o Governo tem mais medo de cair em cima deles, porque depois está em causa a nossa cotação no mercado internacional. Olhe, é a vida!...

Não gosto, reconheço que há aqui uma assimetria, mas sou sensível, às vezes, a este esquema, devido à nossa situação difícilíssima de País altamente endividado.

Portanto, sou sensível a alguma credibilidade nos mercados internacionais. Em nome disso, não sou fundamentalista, tenho algum cuidado e equilíbrio.

Mas, Sr. Deputado, se for ouvir os gestores da EDP, dizem-lhe o contrário, que eu quero é acabar com isto tudo. Veja lá as perceções e a dificuldade que um tipo tem de ter para manter uma posição equilibrada no meio destas coisas e é isso que tento fazer.

Já agora, devo dizer-lhe uma coisa: o Sr. Deputado tem toda a razão as tais centrais eólicas vão estar amortizadas. E sabe o que é que vai acontecer? Aliás, o relatório do Conselho de Reguladores — que, julgo que é público e posso enviar por *e-mail* a todos —, chama a atenção para uma coisa com muito interesse, que é a seguinte: estas centrais, depois de estarem amortizadas, e em Espanha isto está a acontecer, vão oferecer à rede não na base do preço zero, mas na base de um preço que tem a ver com os custos de operação e manutenção e com os custos fiscais que incorrem.

Portanto, estas centrais espanholas vão começar a oferecer à rede não a um preço instrumental zero, mas a um preço que é em função dos custos de operação e manutenção que têm e da fiscoalidade que têm. Em Espanha já está a mudar. Em Portugal ainda ninguém fala nisto, mas em Espanha já está a mudar.

O Bloco de Esquerda conclui uma coisa com razão: o vosso relatório diz que~, se fosse aplicada a legislação espanhola a Portugal, os nossos produtores eólicos recebiam, anualmente, menos 500 milhões de euros do que estão a receber em Espanha. Há outro relatório que li que diz que são 1000 milhões em três anos. Há aqui uma diferença: vocês referem 500 milhões por ano e o outro relatório que diz que são 1000 milhões em três anos, mas ambos são convergentes no excesso que nós pagamos em relação aos espanhóis.

Depois, vocês queriam aplicar uma taxa que tirava 250 milhões, mas ainda ficavam com 250 milhões a mais em relação aos espanhóis. Como o WACC não é muito diferente entre Portugal e Espanha — porque, estando na mesma zona euro, o risco é o mesmo —, essa história de irem à falência, para mim, é um choradinho que não cola, Sr. Deputado. Concordo, isso é aquele fado...! E aí, devo dizer-lhe, numa linguagem em que, se calhar, o Sr. Deputado estará mais à vontade do que eu, que a APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis) é um grande sindicato das eólicas. É um sindicato com muita força, a APREN, que faz logo esse choradinho. Vem logo o Sr. Prof. Sá da Costa com esse choradinho, e parece que até agora tem tido sucesso, porque assusta sempre o poder político, como sabe. Isso tem acontecido.

O Sr. Deputado enumera umas contas, eu fui por um outro lado e dou-lhe os pressupostos: capacidade eólica abrangida – 4000 MW, nesta história do desconto das eólicas e do período de garantia; horas anuais – cerca de 8600 horas; fator de carga das eólicas – 25% — elas só trabalham em média 25% a 30%, porque só há vento 25% a 30 % do tempo.

Daqui o Sr. Deputado tira as horas a produzir, depois tira a produção anual e faz as contas. Não lhe dou os números, porque estimei isto para 4000 MW e acho que nem todos os 4000 MW vão ser abrangidos...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — São todos.

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — São todos? Então, se são todos, isto dá mais de 1000 milhões de euros, segundo as minhas contas.

Não tenho a certeza, por isso não lhas dou. Mas fazendo as contas com estes pressupostos e vendo, para esta capacidade de produção, qual é o desconto, dá-me de prejuízo para os produtores uns pacatos 165 milhões de euros. 165 milhões de euros, pelas minhas contas, com estes pressupostos.

Só que o benefício é de mais de 1000 milhões de euros e, portanto, o benefício líquido ainda é superior a 1000 milhões de euros.

Não lhe dou o valor exato, porque não tenho a certeza, preciso de «checar» com os meus colegas, mas dou-lhe os pressupostos, que acho que são pacíficos. O Sr. Deputado faz as contas e depois, se quiser, podemos falar em privado.

Se calhar, não devo fazê-lo, porque senão fico depois com a fama de ser mesmo consultor...

*Risos.*

Mas oiça, é espantoso! Nesta matéria já fui ao PCP, fui ao Bloco de Esquerda, falei convosco... O Sr. Deputado sabe que já estive no PCP. Tive uma reação extremamente amistosa no PCP. E que fique aqui claro que onde não tive esta reação amistosa foi no CDS, no PSD e no PS. Tive, da parte do PCP, na energia, uma reação mais amistosa, embora tenha profundas divergências políticas, mas reconheço que, nesta área da energia, os senhores perceberam o que eu estava a dizer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou vice-versa.

O Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Mas não fiquei com certeza de que o CDS, o PSD e o PS tenham percebido ou «comprado» o meu produto.

*Risos.*

A Sr.ª **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Engenheiro.

Vamos iniciar uma nova ronda de perguntas e, nesse sentido, passo a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Queria, obviamente, cumprimentar, com simpatia e amizade, o Sr. Eng.<sup>o</sup> Luís Mira Amaral e dizer-lhe que nós tomamos boa nota das informações que nos traz, embora a nossa abordagem seja ligeiramente diferente.

Não vou dizer qual dos governos foi pior, nem de quem é a culpa capital, que lá chegaremos, espero eu, no final.

Julgo que toda a gente concorda que devem existir rendas, como devem existir contratos — aliás, o senhor foi agora acusado de ser um fanático dos contratos e junto-me a esse fanatismo, não há nada como ter contratos —, portanto, temos é de perceber quando é que as rendas passaram a ser rendas excessivas, para sabermos, como diz e bem, se as houve.

As decisões são datadas, são feitas pelo Conselho de Ministros ou por governos legitimamente eleitos e, depois, temos de perceber qual é o momento em que houve dolo ou manipulação, utilizando uma expressão sua, se houve compadrio da União Europeia, usando a expressão do Sr. Eng.<sup>o</sup> Sampaio Nunes, ou até se houve instrumentos falsos ou ilegais.

O Sr. Engenheiro disse: «eu fui o autor dos CAE». Os seus CAE, através do Decreto-Lei n.º 182/95, defendem uma rentabilidade de 8%, o que parecia, à data, razoável; nas PRE parecia também tudo razoável; e das renováveis, se não me falha a memória, falou nas eólicas e nas hídricas.

As minhas perguntas são as seguintes: que objetivo tinha com a sua intenção de apostar nas energias renováveis? Os seus CAE e PRE geraram algum défice? As renováveis acabaram por ser vendidas a preço de mercado e não chamaram os contribuintes a participar?

Uma última pergunta: porquê hídricas e eólicas e não aquela energia que parece ser hoje a sua grande admiração, a sua energia protetora, que é a

solar? Qual foi o seu racional à data? Qual era o seu objetivo, não depois de acertar o Euromilhões à segunda-feira, mas, sim, à data?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo, porque não me esqueço daquela sessão no Parlamento, que o senhor organizou, que foi muito proveitosa e em que foi extremamente generoso comigo pelo tempo que me deu para apresentar os meus pontos de vista. Foi muito valiosa, e, como diz o povo, quando o pobre está mal habituado, qualquer esmolinha... E a esmola até foi grande, não posso esquecê-lo, e, por justiça, devo dizer isto.

O Sr. Deputado coloca-me uma pergunta sobre as rendas. Digo, no meu *slide*, que as rendas são normais para pagar os custos de capital. Passamos de um universo em que temos centrais térmicas para renováveis, solar e vento, logo, em termos de custos, o sol e o vento são de borla, pagamos é os custos de capital das máquinas instaladas. Portanto, passamos de um paradigma de pagar o custo dos combustíveis para um paradigma em que pagamos rendas pelo capital que está ali empatado. Isto é perfeitamente normal nesta mudança de paradigma.

Como o Sr. Deputado dizia, e bem, o problema é se as rendas que estamos a pagar são excessivas ou não, porque rendas temos de pagar sempre. Isso para mim é normal, como expliquei com o meu *slide*.

Mas qual foi o meu racional? O Sr. Deputado sabe qual foi a minha primeira visita como Ministro da Energia ao estrangeiro? Foi à Dinamarca, porque eles já estavam a fazer eólicas e o meu problema era o de que, como engenheiro da EDP, não tinha apanhado as eólicas. Eu dominava bem as centrais clássicas, o sistema elétrico, mas não tinha *expertise*, porque não tinha apanhado eólicas durante o meu tempo enquanto engenheiro da EDP, portanto a minha primeira preocupação foi ir à Dinamarca por causa das eólicas.

As eólicas, e depois as solares, justificavam-se, a meu ver, por três razões. Primeiro, por uma questão de diversificação do *mix* de produção. Devemos ter um *mix* quanto mais diversificado melhor, portanto, há aqui uma diversificação do *mix*.

Em segundo lugar, o sol e o vento são um recurso endógeno português, por isso faz todo o sentido não desperdiçar e aproveitar esse recurso.

Terceiro, se começamos a ter preocupações ambientais de minimizar o CO<sub>2</sub> e se percebemos que, quando pomos a produzir centrais térmicas, elas consomem carvão, gás... Não petróleo, porque já não utilizamos petróleo nas centrais elétricas, essa é outra aldrabice que às vezes nos vendem, que estamos a poupar petróleo com as renováveis, mas não poupamos petróleo nenhum...

Fiz parte do Conselho de Ministros da Energia, em Bruxelas, em que decidimos autorizar o gás natural e acabar com o petróleo nas centrais elétricas. No Ocidente, nos países decentes, já não consumimos petróleo nas centrais elétricas, no terceiro mundo ainda se consome. Nos países civilizados, isso não acontece.

Nós, ao ir para as eólicas e para as solares, obviamente poupamos combustíveis fósseis, que importamos, que não temos, e, portanto, aqui há razões objetivas para devermos entrar neste sistema.

O que é que acontecia na altura? As eólicas não tinham o avanço tecnológico que hoje têm. Sabe qual é o problema das eólicas? É o problema das pás para captar o vento. O senhor hoje consegue ter produção de eólica com muito menos vento do que antigamente, porque a tecnologia das pás vem da aviação. Por isso é que Gamesa, empresa espanhola de eólicas, comprada pela Siemens agora, era de uma empresa de aeronáutica, porque a tecnologia das pás para apanhar o vento vem daí. Eu, como engenheiro, estava fascinado com a tecnologia, que teve uma evolução espetacular.

Quando fiz o primeiro esquema de apoio, acabei com o monopólio da EDP na produção e pus o primeiro esquema de apoio com as tarifas *feed-in*, as *feed-in tariffs*, estava a pensar nos pequenos produtores, naquela câmara que se associa a um tipo e faz uma mini-hídrica, ou uma pequena eólica e, portanto, recebe, até um rendimento simpático, damos-lhe um apoio com a tarifa política, começa a produzir e isto é bom para aproveitar recursos endógenos, mas o problema é que, depois, isto aumentou e entraram todos os grandes elefantes do setor.

Portanto, quando entram as *utilities* em força, a aproveitar tarifas que tinham sido pensadas com boa intenção para os pequenos, isto começa a estar distorcido, está a ver?

Fui ingénuo, se o Sr. Deputado quiser, mas é fácil acertar no Totobola à segunda-feira, quando montei o esquema com boa-fé pois estava a pensar nos pequenos, não estava a pensar que isto, depois, fosse dado, acriticamente, sem revisão de tarifas, aos grandes do setor.

Portanto, depois, apareceram as grandes *utilities* em Portugal, apareceram os grandes produtores, aqueles grandes parques eólicos, com tarifas excessivas, que tinham sido pensadas com alguma generosidade para tipos pequenos, não para os grandes.

Portanto, se quiser, aproveitaram a minha boleia, mas isso já não fui eu que... Tive alguma ingenuidade, Sr. Deputado, ao dar isto.

Agora, faço uma reflexão, porque o senhor fala sobre o solar. No Governo de Sócrates, com Manuel Pinho, o tipo fez uma coisa que eu pus as mãos na cabeça. Tentei explicar-lhe, mas desisti de falar com ele, não se conseguia falar com o senhor. Ele fez uma coisa que foi apoiar uma grande fotovoltaica no Alentejo, quando a tecnologia não estava madura, e aquilo custa 350 € /MWh. Ele gabava-se de que tinha a maior central fotovoltaica do mundo. Eu punha as mãos à cabeça...!

O Sr. Deputado percebe: num País como Portugal, que não tinha a tecnologia, que estava a importá-la, o mais elementar bom senso era que só se massificasse essa tecnologia quando ela estivesse madura; não era servir de cobaia em tecnologias que não estavam maduras, que custavam um balúrdio, que foi o que ele fez com aquela central no Alentejo, que era uma loucura.

E agora, qual é o azar que temos? É que este parque que temos está com tecnologias velhas, excessivas — com os números que vos dei —, quando estávamos agora em grandes condições para aproveitar o solar fotovoltaico.

E tínhamos aí grandes condições porquê? É que os chineses massificaram a tecnologia e conseguem preços extremamente competitivos. O Sr. Deputado sabe que, neste momento, no México, há centrais que estão a ganhar concursos com 20 € ou 20 \$/MWh? Ora, isto mostra que o solar fotovoltaico, devido à massificação chinesa, está a ser extremamente competitivo.

Qual é o problema de eles entrarem na rede portuguesa? É que, como o senhor tem um excesso de capacidade instalada, estas centrais vão ter dificuldade de serem viabilizadas em mercado e têm o mesmo problema das centrais clássicas sem tarifas de proteção. Porquê? Vão entrar em mercado, mas como? Se entrarem em mercado sem se lhes pagar os custos fixos, se o mercado não pagar os custos fixos, é um alto risco elas entrarem em mercado, apesar de terem, hoje, preços muito competitivos.

Conclusão: cedemos na eólica e o termos cedido na eólica, como já tentei explicar ao Ministro da Economia numa linguagem que ele deve perceber, constitui uma porta de entrada do novo solar fotovoltaico, que é extremamente competitivo.

O solar fotovoltaico tinha uma grande vantagem em relação à eólica: é que complementava. A eólica produz de noite e o fotovoltaico produz de

dia, nas horas mais nobres do diagrama de carga. Portanto, havia aqui um complemento excelente entre eólico e fotovoltaico, e, até devo dizer mais: temos mais vantagens no solar do que no eólico. Só temos vento a produzir 25% ou 30% do tempo, o vento é à noite, quando estamos a dormir, e de dia, quando estamos a trabalhar, muitas vezes, não há vento. Portanto, o vento está em contraciclo em relação aos nossos consumos, ao passo que o solar não; o solar está sintonizado com os nossos consumos.

Qual é o problema que temos agora? O CEO da Efacec já me pediu, e fui lá explicar aos clientes dele, é que o solar fotovoltaico para as empresas industriais, e até para consumidores domésticos, é excelente para eles produzirem para consumo próprio, porque poupam, evitam pagar à rede e, portanto, já são investimentos altamente rentáveis. Portanto, para produção para consumo próprio, o solar está a ser excelente.

O problema é que o solar fotovoltaico para entrar na rede está a ser constrangido devido ao excesso de capacidade instalada que temos de pagar sempre e duvido que eles consigam entrar em rede, em mercado, se ninguém lhes pagar os custos fixos. Vai ser de alto risco.

Portanto, o que é que eles, alguns, a tentar fazer? São os novos CAE, com taxa de aquisição de energia, que são muito vulgares nos Estados Unidos, é muito vulgar os produtores fotovoltaicos, neste momento, fazerem contratos de aquisição de energia com um grande consumidor.

O que é que se está a tentar fazer em Portugal? É arranjar contratos de aquisição de energia com alguns grandes consumidores e, portanto, eles vendem diretamente, utilizam a rede, mas é para aquele consumidor diretamente.

Sabe o que é que isto vai fazer? Se tiver sucesso, isto vai criar um maior problema para mim e para si como consumidores da rede. É que os custos fixos da rede, os CIEG, vão ser pagos por nós todos, na mesma, num

contexto em que há menos utilizadores do sistema. Portanto, os custos unitários vão disparar para nós.

Portanto, não podemos fazer congelamento industrial, os que quiserem entrar, entram, os que quiserem produzir para consumo, têm de produzir, só que isto, para nós... Tudo isto porquê? Pelo excesso que houve dos números que expliquei. Portanto, estamos com um excesso instalado que foi prematuro e com tecnologias que já não são competitivas face ao novo solar fotovoltaico. Quando vejo solar fotovoltaico a 20 \$/MWh, já são preços extremamente competitivos.

Esta é a minha visão, Sr. Deputado. Tive alguma boa-fé, ou ingenuidade, fiz isto, sinceramente, porque devia ser assim, mas estas minhas tarifas *feed-in* não eram, depois, para os grandes parques eólicos nem para as grandes *utilities*, essas não mereciam este tratamento tão generoso que nós tivemos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, concordo com essa análise.

Concordo que, de facto, o nosso fotovoltaico é, uma vez que ainda não conseguimos armazenar, parece-me, à cabeça, aquele onde temos melhores condições para sermos competitivos e ter ganhos.

Também não quero cometer a injustiça de sairmos daqui convencidos de que o senhor é o pai do pecado original e que foi a partir dessa sua ideia que tudo se desvirtuou. A verdade é que temos de encontrar alguma razão para o peso dos CIEG. Disse que foram os exageros cometidos; talvez!

Também não quero considerar que quisemos andar depressa demais. É que, na cronologia do tempo, depois veio o MIBEL, teoricamente uma belíssima ideia — não ter uma ilha energética, mas, sim, criar um mercado mais competitivo —, depois veio a liberalização, que tinha ideia boas, preços mais acessíveis, redução disto tudo, obviamente, padrões de serviço mais

elevados, etc., e é aí que surgem, estamos já a falar de 2007, outros instrumentos legislativos que parecem ser bem pensados mas, porventura, mal utilizados.

Gostava que me dissesse, exatamente qual... Fiz-lhe uma pergunta sobre se o seu modelo também tinha originado ou não algum défice tarifário e eu tenho de perceber por que é que criámos um défice tarifário que, em 10 anos, aumentou exponencialmente. Tem de haver uma explicação.

Não me parece razoável, acho que qualquer governante bom *pater familias* perceberia que não poderia fazer repercutir no preço o benefício que estávamos a ter. E por que é que digo que era um benefício que estávamos a ter? porque, se olhar para a sua apresentação, a que chama «monstro eléctrico», vejo, tendo em conta que Portugal tem em contributos de energias renováveis 31%, a Europa tem 20%, *grosso modo*, que tínhamos uma potência instalada, em 2017, de 19 800 MW, que na hídrica temos 7193 MW, na eólica 5090 MW, no gás natural 4607 MW, biomassa, solar, etc. Ou seja, temos não-renováveis 32%, segundo a sua apresentação, renováveis 68%, sou levado a pensar que isto é bom, que era aqui que queríamos chegar e era para isto que estávamos a trabalhar e que fomos chamados a contribuir.

Sr. Engenheiro, explique-nos, de forma mais simples, porque não vou repetir perguntas, mas quero encontrar alguns elementos para as pessoas que vamos ouvir a seguir, para saber quem foi o malandro que, entre o interesse público e os interesses que já aqui foram falados, se esqueceu de manter isto nos carris, ou de manter a sua ideia inicial dentro dos princípios básicos do interesse público e do bom senso.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, essa é uma boa questão, mas devo dizer que as decisões são datadas.

O senhor terá de tentar fazer um exercício de perceber as decisões que tomei em 1987, que não é hoje, quando eu sabia muito pouco

disto. Portanto, todas as decisões são datadas. Não podemos julgar decisões de 1987 à data de hoje, com o que sabemos hoje. Isto é um princípio básico da política e dos decisores, Sr. Deputado.

Depois, há outra coisa que devo explicar-lhe: se me tivesse mantido no Governo mais uns anos — e já me mantive muitos, estive lá 10 anos —, tinha ajustado, como expliquei, as tarifas. As tarifas iam sendo regressivas, e eu não ia dar as mesmas tarifas que dei aos pequenos. Como, aliás, os alemães e os espanhóis estão a fazer.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Os espanhóis!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Os espanhóis.

Tenho aqui a legislação espanhola e os espanhóis têm mudado, nós é que estamos perfeitamente estáticos desde o início deste processo, nunca mais mudaram nada. Portanto, não temos tarifas regressivas.

Os alemães até fizeram o seguinte: como houve evolução tecnológica, isto deve beneficiar o consumidor que não deve ter tarifas tão elevadas.

Nós, em Portugal, é que mantivemos as tarifas estáticas, houve evolução tecnológica e nós, os consumidores, não vimos nenhum...! Esta é a realidade dos factos, não aproveitámos!

Na reunião que tive, e acho que não revelo nenhum segredo de Estado, com o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda, quando estivemos reunidos, o Bloco de Esquerda tinha um assessor económico, que é professor da faculdade de economia de Coimbra, que me mandou um texto que diz uma coisa, com razão: ele queria que as tarifas *feed-in* fossem indexadas à tecnologia e à evolução económica.

Portanto, ele montava um sistema, que fazia todo o sentido, em que as tarifas deviam ser ajustadas ao longo do tempo e se isto tivesse sido feito não

tínhamos tido estas tarifas extremamente elevadas que, aliás, as rendas excessivas captam.

Houve aqui um aproveitamento excessivo de uma tarifa que, à partida, é generosa, mas que depois devia ter sido ajustada ao longo do tempo, como os outros países fizeram, mas nós mantivemo-nos, nesta matéria, perfeitamente estáticos. Se isto tivesse acontecido e se não houvesse aquela loucura de passar rapidamente para os 5300 MW... Expliquei-lhe que até 2200 MW não tinha problema nenhum, lembra-se Sr. Deputado, que há bocado expliquei?

O Sr. **Hélder Amaral** (CS-PP): — Sim, sim.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Portanto, com tarifas regressivas, com um menor ritmo de entrada das eólicas, isto não tinha gerado estes défices tarifários, Sr. Deputado. Tudo isto tinha sido controlado e estávamos, hoje, com um parque mais equilibrado, possibilitando a entrada mais da solar fotovoltaica a preços muito mais competitivos. Está a ver, Sr. Deputado?

Depois, há outra coisa do MIBEL que pouca gente refere.

Já agora, posso contar uma história, que já não é segredo de Estado: o Primeiro-Ministro Durão Barroso anunciou, com pompa e circunstância, a criação do MIBEL. Como é sempre habitual da classe política, disse que aquilo ia diminuir os preços da energia elétrica às pessoas.

*Risos.*

Sabe o que é que aconteceu? A Ordem dos Engenheiros convidou-me para ir lá fazer uma conferência sobre o MIBEL. Estive lá de manhã e, à hora de almoço, fui almoçar com o Primeiro-Ministro Durão Barroso, que me convidou.

Quando cheguei para almoçar, o gajo estava lixado, estava com o jornal, já eu tinha feito declarações de que o MIBEL não ia baixar os preços, que este MIBEL não fazia sentido... Ele estava lixado comigo porque, no dia em que me convidou para almoçar, eu tinha feito estas declarações de manhã.

O que é que expliquei na Ordem dos Engenheiros? O problema é este: o MIBEL está incompleto. Para nós fazia sentido ir para o MIBEL desde que houvesse interligações entre Espanha e França – dito de uma forma muito simples – para não ficarmos dependente dos espanhóis. Tínhamos de fazer o MIBEL aberto à Europa, porque, quando fazemos um MIBEL fechado à Europa, só em Portugal e Espanha, obviamente ficamos na mão dos espanhóis, que são mais fortes e fazem uma coisa que é chocante. Sabe o que é que eles fazem? Estão-se nas tintas para a nossa regulação, fazem o que querem e depois nós que nos ajustemos a eles. Isto não é o mercado ibérico a funcionar. Não somos codecisores! Eles fazem o que querem e depois nós que nos ajustemos.

Precisávamos de ter tido o MIBEL com abertura de Espanha e França para ter também ofertas de França sobre o MIBEL, porque com este MIBEL, como foi criado, ficámos mais dependentes dos espanhóis.

Depois, há outra coisa: quando Durão Barroso dizia que os preços iam baixar — isto foi o que lhe venderam e ele não sabe desta área, e qualquer primeiro-ministro reagiria assim, logo, ia vender o produto desta forma — eu expliquei-lhe que, na altura, as condições estruturais do sistema, já com estas tendências que vi de eólicas, os preços não iam baixar; quando muito, a nossa concorrência com os espanhóis ia fazer alguma moderação na subida dos preços.

Eu só veria alguma vantagem na concorrência entre nós e os espanhóis, tanto no mercado ibérico e não apenas no mercado fechado

português, era se houvesse alguma moderação na subida dos preços; se não houvesse MIBEL, se calhar, subia em Portugal mais do que iam subir.

Mas as condições estruturais que já havia e que expliquei com as eólicas iam fazer com que os preços fossem subindo. Está a perceber?

Expliquei isto na Ordem dos Engenheiros. Os jornais disseram isto. Ele não gostou nada, porque foi apanhado em contrapé em relação ao que tinha dito.

Sr. Deputado, percebeu que o MIBEL, para mim, está incompleto. As interligações entre Espanha e França são fundamentais para termos a oferta dos franceses.

Depois há uma coisa, Sr. Deputado, devo dizer e sou pelo mercado, mas gosto de um mercado que não tenha aldrabices. Compreende? O que é que acontece nesta lógica? O senhor, quando tem *utilities* que têm a produção e a distribuição, acredita no jogo das ofertas em Madrid? O senhor já reparou que os tipos que estão a produzir e a oferecer no mercado são os mesmos que compram, depois, como distribuidores?

Portanto, este mercado, às vezes, é uma golpada! Aliás, houve um dia em que os preços subiram de tal forma que o regulador espanhol levantou um inquérito, porque achou que aquilo era demais.

Para ter um mercado desses a funcionar *fair*, o senhor não podia ter os distribuidores na mão dos produtores e essas *utilities* verticalmente integradas, das quais a gente só tirou a rede de transporte, mas que têm a produção e a distribuição juntas na mesma entidade económica... O senhor está a ver o que e que acontece na bolsa de Madrid com a Endesa, a Iberdrola e a EDP...?! Os tipos que fazem as ofertas são os mesmos que compram, depois, muitas vezes, para distribuição.

Em relação a este mercado, também tinha de haver uma separação mais clara entre produtores e distribuidores. Sou a favor do mercado, aliás, devo dizer que, intelectualmente, comprei isto e tive forte contestação de

colegas meus da EDP que não concordam nada comigo. Há colegas meus na EDP que diziam que se deviam manter os CAE como eu tinha e aqueles contratos e não com estas coisas de mercado.

Eu, que até queria os CAE, não me mantenho nessa posição, mas reconheço que isto está longe de ser um mercado concorrencial, transparente, como deve ser, sobretudo, este MIBEL que aprofundou a nossa dependência em relação a Espanha, sem fazer um MIBEL no quadro europeu.

O senhor tem experiências destas como o NORDEL, no norte da Europa, que tem só três países, mas são países da mesma dimensão. Não é esta relação injusta entre Portugal e Espanha, porque eles são muito maiores do que nós. Quando o senhor tem três países quase da mesma dimensão a jogar no mercado, isto é mais equilibrado do que ter uma relação desequilibrada entre um grande e um pequeno, não é?

Portanto, o NORDEL, no norte da Europa, funciona e tem outra coisa: já tem interligações com o centro da Europa, que nós não temos. Daí a importância das interligações entre Espanha e França.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, essas são as tais coisas que não podemos controlar, por isso forçamos interligações e agora parece que Marrocos é uma boa solução para atenuar.

Ainda assim, Sr. Engenheiro, já percebi que nas eólicas devíamos ter chamado o setor a contribuir um pouco mais e que é possível baixar os preços e já explicou aqui exaustivamente como é que isso podia ser feito.

A minha pergunta é: por que é que isso ainda não aconteceu? A culpa é só dos magnatas das ventoinhas, como o senhor carinhosamente lhes chama, ou é falta de vontade política? Como é que explico que isto já aconteceu aqui nas PPP?

Não consigo perceber como é que tantos especialistas, tantos consultores, tantos ex-governantes identificam os problemas, enunciam as

soluções, mas depois, quando vou ao concreto, como ainda agora disse, prémios de risco, taxas diferenciadas, houve manipulação? Quem é que está a falhar? Há promiscuidade entre consultores e decisores? O Estado não tem capacidade de se defender em relação aos privados?

Gostava que nos pudesse ajudar a descobrir isso. Considero que os CAE, CMEC podem sempre existir, embora considere que ter um negócio com preço, mercado e distribuição garantidos seja um negócio fácil demais. Mas percebo e não quero fugir à datação, porque, porventura, eu não defenderia, nunca, a privatização da REN, por ser um monopólio natural, e em relação à da EDP também tenho dúvidas, mas a verdade é que as circunstâncias nos obrigaram a fazê-lo.

O Sr. Engenheiro disse, e bem, que é ingénuo quem achar que, depois, naquele cenário, era possível fazer melhor; ou se fazia antes ou agora é preciso ponderar riscos e vantagens.

Ainda assim, concordo que isso nas eólicas é completamente possível, porque não há contratos, há, porventura, lucros injustificados, coisa que se fez na GALP fizeram-se os contratos *take or pay* e eu pergunto: o que é que está a falhar? E espero que esta Comissão de Inquérito chegue ao fim para indicar algumas luzes.

Uma última pergunta, Sr. Engenheiro, sobre o domínio hídrico. Todos recebemos *n* cartas, à data, dizendo que seria um erro, que não justificava um Plano Nacional de Barragens para o benefício que isso seria para o setor eletroprodutor.

Presumo que tenha havido a necessidade de compensar o Orçamento do Estado com antecipação de receitas, porque a verdade é que tivemos um exagero no hídrico, na opinião de alguns, gostava de saber a sua, até porque foi também o primeiro a olhar para a energia hídrica.

Tem alguma explicação plausível para a extensão das concessões àqueles preços feita pelo Governo de José Sócrates, ou não?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder e para concluirmos esta ronda, tem a palavra o Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, o Estado português tem aqui um problema claro de falta de competência técnica que, aliás, se vê nas parcerias público-privadas.

Como já estive do lado do Governo e já estive do lado da banca de investimentos, conheço o filme: não temos no Estado competência para debatermos com uma excelente equipa de financeiros e de consultores que estão do outro lado.

Depois, temos o problema de fazermos um *outsourcing* a um escritório de advogados ou a uns bancos de investimentos, pois, mas essa rapaziada nuns dias está com o Governo, noutros está com o privado!

*Risos.*

Nunca sei bem, mesmo quando são contratados pelo Governo, se estão ali na defesa do interesse público que é... Podemos ter discordâncias políticas, mas acho que o Governo trata do interesse público de acordo com a sua filosofia política, mas, para mim, o Governo trata do interesse público, e os privados tratam do dos privados! Entendo que o Governo é para tratar do interesse público e tem de ser assessorado pelas competências da Administração Pública!

No entanto, a Administração do Estado tem uma extrema dificuldade, e isso vê-se nas parcerias público-privadas, de se bater com consórcios poderosos, bancos de investimento e escritórios de advogados do outro lado. Esta é a realidade dos factos.

Portanto, esta lógica anglo-saxónica das parcerias público-privadas em que há Estados competentes para discutir isto em Portugal...

Sabe o que é que se está a passar no setor da energia — é uma coisa com muita piada? Sabe onde é que há alguma competência, hoje em dia, neste setor? É na ERSE, porque a Direção-Geral de Energia está com falta de gente qualificada!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Desnatada!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Está desnatada!

Tem uma série de tipos da minha idade, que são pessoas na reforma ou quase, e novos competentes não entram. Portanto, o que é que o desgraçado do Governo faz — qualquer que seja? Vai buscar à ERSE competências e manda a ERSE fazer coisas que, em meu entender, não são regulação económica, mas regulamentação da atividade económica, que são coisas distintas.

A DGE tem de fazer a regulamentação da atividade económica e a ERSE faz regulação económica. São coisas distintas, pela teoria económica, só que o Governo, como não tem as competências na DGE, vai... Por exemplo, a história da gestão dos contratos de distribuição, para mim, é da competência da DGE e não da ERSE! Está a perceber?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — De acordo!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Só que o Governo como não vê as competências na DGE, e como o Ministério das Finanças não deixa entrar, vai recorrer à ERSE. Aí, devo dizer ao Governo que achava melhor e que podia resolver aquele problema que tem com os doutorados que não têm emprego, se, em vez de os querer meter a todos nas universidades, metesse

alguns na DGE, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ou no Laboratório Nacional de Energia e Geologia, que precisam de quadros superiores. Não poderiam todos fazer investigação, paciência!, mas iam fazer trabalho de qualidade com as competências que têm, em vez de os querer meter a todos nas universidades, isto porque estamos com um problema de desqualificação humana nalguns sítios essenciais que é muito grande.

O Sr. Deputado perguntou por que é que isto tudo é feito e depois nada funciona. O senhor veja a última cena daquela taxa que o Bloco de Esquerda propôs e que o Ministro da Economia e do Ministro das Finanças aprovaram, que passou no Parlamento e, no dia seguinte, o Primeiro-Ministro corta-a! Já vi esta cena com o Eng.º Henrique Gomes, com o Primeiro-Ministro Passos Coelho. Isto chega aos primeiros-ministros, seja do PS ou do PSD, bate na trave e não passa!

O que é que concluo? É que estes senhores têm um poder fortíssimo e, quando chega ao primeiro-ministro, não sei se se assustam ou o que se passa com eles, qualquer que seja a cor, o assunto bate sempre na trave, Sr. Deputado. A resposta que tenho é esta! E até consegue passar nos Ministérios da Economia e das Finanças, como aconteceu na taxa sobre as eólicas e no Parlamento, mas no dia seguinte bateu na trave...! Eu já tinha visto este filme com o Sr. Henrique Gomes, está a ver?!

Portanto, há aqui um mel, um poder destes senhores sobre o poder político que, até agora, tem conseguido manter isto estático a proveito deles e não há mais pequena coisa que se lhes consiga fazer.

Depois, cai-se em cima dos pensionistas, dos funcionários como se caiu no período de austeridade, cai-se em cima de empresas de energia nas outras contribuições, mas estes senhores são sempre incólumes e passam a claro. Não lhe sei dizer mais do que isto... É a minha análise de cidadão sobre esta matéria.

Sobre as barragens, é preciso explicar e, primeiro, chamar a atenção de que há um conjunto de barragens que estavam projetadas para serem feitas não para produzir energia, mas para acumular o excesso eólico, que é uma coisa que pouca gente percebeu. Há uma série de barragens que não vão produzir energia, mas vão acumular o excesso eólico da noite, como expliquei.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — São para armazenar!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — São centrais de bombagem, não são centrais de fio de água.

As eólicas têm de ter esta muleta, portanto havia um conjunto de centrais de armazenamento.

Depois, qual foi o argumento que ouvi para que isso ficasse na EDP e não fosse aberto? Era para ficar em mãos portuguesas, porque, se fosse aberto, iria para os espanhóis à data.

Vamos ver onde fica agora a EDP, em que mãos fica!

*Risos.*

A gente está sempre a safar-se de umas e a entrar noutras. Um pequeno País endividado e entalado como nós, Sr. Deputado...! Isto é dramático, devo dizer! Nem estou a criticar os governos: escapam de uma e entalam-se noutra!

Mas é dramática a situação a que o País chegou! É esta a análise que faço, Sr. Deputado. Não lhe sei dizer mais do que isto.

A Sr.ª **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero começar por cumprimentar, mais uma vez, o Sr. Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral.

O Sr. Engenheiro conhece bem o pensamento e o posicionamento do PCP em matéria de política energética e podemos afirmar que o PCP conhece bem o posicionamento, a ação e o pensamento do Sr. Engenheiro nestas matérias. Aliás, seria caso para dizer que aqueles que, eventualmente, pudessem ter ficado admirados de o PCP ter proposto esta audição com o Sr. Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral nesta Comissão de Inquérito, durante esta reunião, já ficaram, de certeza, esclarecidos em relação às razões que levaram o PCP a propor que o Sr. Engenheiro aqui fosse ouvido, isto pelo andamento dos trabalhos e pela discussão que temos vindo aqui a realizar hoje.

Começaria por registar que há um elemento que, convenhamos, infelizmente tem sido raro, olhando para o percurso do nosso País e do nosso sistema energético e do sistema elétrico em particular.

O Sr. Engenheiro fez uma coisa que não tem sido muito feita: fez justiça à EDP pública e ao contexto em que ela se encontrou durante muitos anos e aos tratos de polé, como diz o povo, a que foi submetida quer do ponto de vista financeiro/creditício, em termos externos, quer, digamos, do tratamento e da desconsideração que era colocada por responsáveis políticos, sendo que a EDP não tinha culpa nenhuma, no entanto ficava com a fama e durante muitos anos a conversa foi: isto, com a privatização, resolve-se! Mas uma coisa não tinha nada a ver com a outra.

Aliás, como o Sr. Engenheiro sabe, e olhando para a experiência concreta, e não vamos agora discutir sobre quais foram os avisos, os alertas em relação à privatização que foram feitos na altura e quem é que os fez, mas, factualmente, olhando para o andar da coisa, a privatização da EDP e as suas consequências estão mais do lado, dizemos nós, e consideramos que a vida o está a demonstrar, do problema do que da solução. Isto em termos dos acontecimentos que têm vindo a desenrolar-se.

Gostava de colocar ao Sr. Eng.º Mira Amaral uma questão que tem a ver novamente com este aspeto dos CAE, não dos que o senhor assume como seus, entre aspas, aqueles dois, mas dos posteriores, já de 1996.

Não se trata da questão que, às tantas, podia ser dirimida da paternidade, ou não, de fazer os testes de ADN, ou não; não é disso que se trata, mas, sim, de fazer uma abordagem e uma análise do caminho que é apontado, de uma estratégia e de uma política energética que é apontada.

O Sr. Eng.º Mira Amaral já aqui referiu, e foi abordado em várias questões, o Decreto-Lei n.º 182/95, da altura em que o senhor era Ministro da Indústria e Energia, e, olhando para os artigos deste decreto-lei, nomeadamente os 13, 14 e 15, em particular nesta parte em que se trata da produção vinculada e do relacionamento comercial dos produtores vinculados, olhando para esta vertente do decreto-lei que estabelece, digamos, o âmbito e as bases da organização do sistema elétrico nacional, considerando este articulado e olhando para os CAE, que vêm um ano depois, o Sr. Engenheiro dirá que há aqui uma divergência ou uma continuidade, em termos de conceito e de estratégia de política energética?

Isto é, o caminho que foi aberto pelo decreto-lei de 1995, teve continuidade e consequência nos CAE, que correspondiam, digamos assim, a estes contratos de vinculação, ou não? Qual é a sua leitura hoje?

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro, para responder.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente das nossas divergências políticas em sentido lato, o que não impede que em algumas questões sobre energia tenhamos falado franca e construtivamente. Acho que foi essa a postura que eu tive e que o Sr. Deputado também tem tido comigo, nas conversas que tivemos.

A sua questão é inteiramente pertinente. Eu diria o seguinte: quando fiz o Sistema Elétrico Vinculado não estava a pensar que viria o MIBEL nem aquele esquema que foi montado. É tão simples quanto isto.

Portanto, um governo que entra e já está a pensar no MIBEL, então, não deveria ter aproveitado o meu esquema. O meu esquema não foi feito a pensar no MIBEL, era outra lógica, que já aqui expliquei. Mas se vem um governo a seguir e, depois, quer fazer o MIBEL e sabe que a orientação europeia vai nesse sentido, então, não deveria ter aprofundado o meu esquema, devia dizer: olha, este já não dá, foi feito noutra data, vamos para outro.

Portanto, o governo tentou aproveitar o meu esquema, mas depois mudou de posição. É isso que lhe posso dizer. Entraram no meu esquema, mas, depois, mudaram de posição e quando o fizeram arranjam este «complicómetro» dos CMEC em relação aos CAE. É tão simples quanto isto, Sr. Deputado. Foi isso que se passou.

Obviamente que, depois, o que é que se passou? Eu também já expliquei: mesmo para avançar para o MIBEL, o MIBEL foi apressado e imperfeito, pelas razões que já expliquei. Se a lógica era outra, então, ao menos, tivessem feito uma coisa decente e não este MIBEL da maneira como foi feito e não vou repetir aquilo que já disse.

Já agora, Sr. Deputado, os senhores percebam que não tenho interesse económico nenhum nesta matéria. Fui pequeno acionista da EDP, não tenho nenhum interesse económico nesta matéria. Não sou político profissional, estive 10 anos no governo e gostei muito, foi uma época fabulosa para mim, até porque como Ministro da Indústria e Energia, o senhor perceba que fui fazer, em termos políticos, aquilo em que já trabalhava profissionalmente, portanto, gostei muito, adorei. Acabei funções no governo, voltei para a minha profissão e disse: vou fazer intervenção política, mas não partidária. E é isso que tenho feito. Portanto, estou aqui nessa qualidade, não tenho

interesses económicos nenhuns, sou neutro em relação aos interesses económicos em jogo, estou a relacionar-me na base dos modelos que estudei, que apliquei e daquilo que conheço do sistema, quer do ponto de vista técnico, quer económico, quer financeiro.

Também devo dizer-lhe que a minha passagem pela banca de investimentos, no BPI, muito me ajudou a perceber estas coisas do ponto de vista financeiro, porque alguns, como o senhor percebe, até conseguem perceber o sistema elétrico, mas perceber os WACC, perceber como tudo isto é feito, só a minha passagem pela banca de investimento é que me ajudou a ter uma visão completa disto tudo e é nessa qualidade que aqui estou. Não tenho respostas para resolver tudo. Reconheço que aquilo que fiz tem uma data, tinha uma intenção — discutível, como tudo na vida —, mas as minhas decisões são datadas e têm de ser contextualizadas.

Se me perguntar se hoje faria exatamente assim, respondo-lhe que hoje sei muito mais do que sabia na altura, mas, como diria alguém: se soubesse o que sei hoje nunca tinha posto os pés no governo!. É que um tipo quando sabe demais também não vai para o governo!

*Risos.*

Um tipo vai para o governo quando sabe de menos e é um ingénuo; quando sabe demais já não quer ir e o partido também já não o quer lá, é um tipo perigosíssimo, hoje em dia, dentro do governo!

*Risos.*

Olhe, uma razão muito simples: como o meio é pequeno, ainda o pessoal não começou a falar e já sei o que vão dizer! A gente já topa tudo, é tão simples quanto isto!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O decreto-lei do sistema elétrico nacional, independentemente de não haver MIBEL no horizonte ou de haver, tinha um caminho que foi apontado e esse caminho tem a ver, inclusive, com a segmentação e a privatização da EDP.

O Sr. Engenheiro já usou, mais do que uma vez nesta reunião, a expressão «embelezar a noiva», o Eng.<sup>o</sup> Sampaio Nunes usou outra expressão, a de «engordar o porco» — e o Sr. Engenheiro aqui, ao menos, sempre foi mais romântico!

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — A ideia é a mesma!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas a ideia é a mesma, como o senhor está a dizer.

A questão é que está demonstrado, e praticamente já não há controvérsia nenhuma, que quer os CAE da EDP, nomeadamente, quer em particular os CMEC para as fases seguintes — e eu acrescento —, quer o decreto-lei do sistema elétrico nacional, têm aqui um fator incontornável que é o objetivo da privatização da EDP e do sistema elétrico.

Há um aspeto que não deixei de registar e que foi aqui colocado: a pergunta que lhe foi colocada ainda há pouco por parte do PSD era sobre a suposta vantagem para o Estado na privatização da EDP, que decorre, digamos, das vantagens atribuídas nestas rendas excessivas em termos de CMEC, particularmente, e o Sr. Engenheiro respondeu que sim, que há aqui uma vantagem.

Mas quero trazer-lhe uma imagem que sintetiza bem o que terá acontecido e pergunto-lhe se não tem também esta perceção — e isto foi dito

pelo Eng.º Sampaio Nunes: «Já pagámos muito mais em CMEC do que aquilo que resultou da sobreavaliação da EDP na sua privatização». Ou seja, voltando à imagem menos romântica, não a do casamento, mas a do porco, não se está aqui a tratar da velha imagem de se dar um chouriço a quem lhe dá um porco?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Achei imensa piada a essa do meu amigo Eng.º Sampaio Nunes, do porco, porque ele costuma ser mais elegante e mais *soft* do que eu, mas, neste caso, ele foi mais *hard* do que eu. Ele costuma ser mais *british* do que eu, mais suave e *soft*... Até gozo com ele, considero-o um tipo *british*, mas, neste caso, eu estou com uma linguagem mais *soft* e ele com uma mais *hard*.

O tal famoso relatório — que o Sr. Deputado Jorge Costa tem e que fará o favor de vos dar, ele é que é vosso par, eu não sou — tem um anexo do Prof. João Confraria, que diz liminarmente isso que o senhor acabou de dizer: vistas bem as coisas, o que o Tesouro arrecadou pelo delta de preço na privatização da EDP é menor do que o que a gente perdeu em *welfare* para a economia portuguesa pelo facto de ter preços mais elevados.

O relatório do Prof. João Confraria diz isso claramente e quando pergunto ao Eng.º Henrique Gomes por que é que aquele relatório foi encomendado,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não ouvi, desculpe.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — ... quando perguntei ao Eng.º Henrique Gomes qual foi o objetivo do Prof. João Confraria com aquele texto, foi justamente para mostrar que, cuidado, porque, do ponto de vista

económico, a prazo, isto vai ser pior do que o delta que temos imediatamente, em termos de encaixe para o Tesouro.

Só que, Sr. Deputado, qualquer que seja o governo — e já sei o que a casa gasta —, qualquer Ministro das Finanças trabalha a curto prazo, vendo o encaixe, e cilindram os ministros da Economia ou da Energia quando fazem raciocínios destes. Todos são cilindrados...! E há uma coisa que consegui, como membro do governo, e sabe porquê? Porque tinha credibilidade junto do Dr. Miguel Cadilhe ou do Dr. Catroga. Quando conseguia alguma coisa eles moderavam-se, porque o que eu dizia fazia sentido do ponto de vista económico-financeiro. Está a perceber? Isto é extremamente difícil, no contexto português, porque o peso dos ministros das Finanças é grande e quanto mais estamos aflitos em termos das finanças públicas mais peso estes senhores têm.

Portanto, o que se tenta explicar é que, do ponto de vista económico, como o relatório do Prof. João Confraria mostra, é a prazo, mas a curto prazo eles veem é o encaixe!

Há também outra coisa que eu ensino em economia, quando dou aulas — aliás, ainda na segunda-feira estive a explicar isto aos engenheiros, num curso de gestão na Ordem dos Engenheiros — que é o seguinte: há uma diferença entre liberalização e privatização que, normalmente, os governos confundem. O que é liberalizar? É alterar a estrutura de mercado de uma empresa. O senhor, quando tem uma EDP que tem o monopólio, que o senhor abre à concorrência deixando outras a funcionarem, como no governo de que fiz parte aconteceu, o senhor liberalizou o mercado, porque aquilo não era um monopólio natural, era um monopólio legal e, ao acabar com ele, o senhor liberaliza o mercado. Portanto, quando se liberaliza estamos a mudar a estrutura de mercado, quando se privatiza estamos a mudar o dono, estamos a substituir o dono público pelo dono privado.

A que é que resisti? Na EDP, a minha grande preocupação não era a privatização. O meu grande problema e a minha preocupação na EDP foi reestruturar a EDP, pô-la financeiramente equilibrada para que tivesse ali um sistema elétrico ao serviço da economia portuguesa, sendo que a privatização logo viria depois.

Eu poderia ter feito outra coisa que, aliás, foi feito nas telecomunicações: privatizar a EDP como monopólio e, então, o Estado encaixaria, logo, mais. Eu resisti, não fiz isso na EDP. Primeiro reestruturei-a, abri o setor na produção, como expliquei logo nos primeiros *slides* que apresentei, acabei com o monopólio da EDP e abri o setor a outros; tirei a REN e criei-a como uma estrutura autónoma da EDP.

Portanto, eu não quis privatizar; primeiro, preocupei-me em mudar a estrutura financeira da EDP e criar condições para que a EDP e o sistema elétrico pudessem estar ao serviço da economia portuguesa. Essa foi a minha grande preocupação, na altura, e, por isso, é que eu explico que não fiz a privatização.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou seja, no seu testemunho está a dizer que não o fez, porque optou por demorar mais tempo para fazer melhor. É isso que nos está a transmitir?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não estou a dizer que se eu lá ficasse não fosse à privatização. Como não se podem fazer duas coisas ao mesmo tempo...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso já percebemos!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — ... é, primeiro, preciso reequilibrar, reestruturar e pôr a EDP sólida ao serviço da economia portuguesa.

O senhor sabe o que é que eu fiz? Fiz uma coisa que as telecomunicações não conseguiam fazer com tanto sucesso: quando consegui baixar os custos da EDP consegui fazer um rebalanceamento tarifário em que os preços da energia para as empresas baixaram mais do que para as famílias. Só que como consegui baixar os dois, as famílias não refilaram.

O senhor já reparou que se eu tivesse baixado os preços para as empresas e subido o preço para as famílias, o bruaá que isto teria dado, inclusive na classe política? Diriam: lá estão a favorecer as empresas e não as famílias...! Eu consegui fazer, com a descida dos custos da EDP, um rebalanceamento tarifário em que o preço desceu mais para as empresas e menos para as famílias, mas, como desceram os dois, foi pacífico, as famílias não refilaram e beneficieei a competitividade da economia portuguesa. Portanto, eu tive essa preocupação económica.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A questão que nós colocamos tem a ver com a transformação de monopólios naturais em oligopólios superprotegidos.

E nem vamos agora entrar na especulação ou na imaginação de perguntar se a privatização da EDP aconteceria noutros pressupostos que não estes de favorecimento, de superproteção, de uma pseudoliberalização que, na verdade, é uma proteção aos grupos económicos que se apropriam da empresa e do setor.

Ao fim e ao cabo, a pergunta é se pode haver um mercado do elétrico, chamemos-lhe assim, na verdadeira aceção da palavra, relativamente a um bem como a eletricidade que só pode ser facultado através de uma indústria

de rede com fontes primárias intermitentes desse bem, sem possibilidade de armazenamento eficiente e barato, permitindo gerir a oferta a todo o tempo em função da procura. Ou seja, a pergunta é esta: existe, na realidade, um mercado da eletricidade em Portugal que traga vantagens aos consumidores, principalmente aos domésticos, à luz, até, do que acaba de dizer?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Sr. Deputado, primeiro, dou-lhe noções de teoria económica.

O que é que diz a teoria económica? Diz que do lado da produção não há monopólio natural, portanto, a produção pode ser aberta à concorrência, como eu fiz quando acabei com o monopólio da EDP na produção.

Depois, uma rede de transporte ou uma rede de distribuição é um monopólio natural, porque é naturalmente um monopólio, não vale a pena estar a brincar à concorrência pondo outra rede em concorrência com aquela, porque os custos de investimento são de tal modo elevados que o consumidor pagaria duas vezes, era pior.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É o que temos dito.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Redes de transporte e distribuição são monopólios naturais, na eletricidade, no gás, nas águas. Portanto, o que é que a teoria económica prescrevia e que eu fiz? Antes do contexto de privatização, havia que criar uma entidade reguladora e eu criei a ERSE.

A ERSE também era importante, porquê? Porque, mesmo com a EDP pública, se eu abri à concorrência a produção e se todos tinham de utilizar a rede de transporte da REN, não fazia sentido fazer outra, a REN tinha de ser utilizada pela produção da EDP e pelos outros produtores que entrassem no sistema. Portanto, quem era o árbitro disto? Tinha de ser a ERSE e, portanto, criei a ERSE.

Agora, o que é que acontece? O Sr. Deputado está a colocar um problema que, com a sua ideologia política, pode «cavalgar essas ondas». É que, quando há privatizações de coisas destas que aparecem aos olhos do público como um serviço público — e o senhor está a ver isso nos CTT —, o que é que acontece? Cria-se uma reação contrária às privatizações. Por isso, o senhor vê, em Inglaterra, um país mais liberal que o nosso, ou mesmo nos Estados Unidos da América, por exemplo, o Sanders a contestar o domínio privado de algumas infraestruturas de monopólios naturais que, para o público, devem fazer serviço público.

Portanto, obviamente que o Sr. Deputado, que tem uma ideologia diferente da minha, quando há algumas privatizações mal cuidadas, ou que não acautelam o interesse público, ou que o público acha que não está a ser bem servido, os senhores, com a vossa ideologia, aproveitam para contestar estas privatizações, e bem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Nós bem avisámos!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — No vosso lugar, eu faria o mesmo.

Agora, onde é que eu posso tentar convergir ou, melhor, ir ao encontro da sua lógica? Numa lógica mais liberal, que é a minha, não é a sua, eu diria: então, em alguns casos, tenham cuidado com as privatizações.

Por exemplo, o que é, a meu ver, se passa nos CTT? Os CTT têm, para mim, duas grandes áreas de negócios: um serviço postal clássico; e, depois, tinham a logística ligeira, porque aquilo é uma empresa de logística ligeira, os pacotes, etc.

Ora, já se estava mesmo a ver que, na logística ligeira, os CTT não iam competir com os DHL, os FedEx, etc., e que, na parte do setor postal, iam reduzir peso. Só que, mesmo reduzindo peso, o público continua a ver o balcão dos CTT como serviço público. Quando aquilo é privatizado, a lógica

do mercado de capitais é implacável e a aceleração da redução de balcões é muito maior. Se se tivesse mantido como empresa pública durante mais algum tempo, essa redução poderia ter sido mais suave e não teria havido essa contestação.

Moral da história: para mim, a privatização dos CTT, como foi feita, foi apressada e favoreceu, depois, que houvesse essa vossa reação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ó Sr. Engenheiro, nós já temos «pano para mangas» na EDP, nem me faça falar dos CTT!

Voltando à EDP e ao setor energético e elétrico, o Sr. Engenheiro falou, há pouco, de uma questão sobre a REN e sobre a pergunta que sabia que, sistematicamente, era feita às centrais em regime CAE e CMEC...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... e que tinha a ver com a necessidade de confirmar se estavam sempre disponíveis, e que isso deixou de ser feito, ou não sabe se continua a ser feito.

Ora, este não é um dos elementos, por exemplo, que demonstram e confirmam que a REN, nomeadamente o despacho da REN tem funções de gestão do sistema e da política energética que são contraditórias com a entrega de uma função destas a um grupo económico privado? Não sei se me faço entender...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Engenheiro Mira Amaral.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Entendi, sim, Sr. Deputado.

Quero dizer-lhe o seguinte: teoricamente, o que é que poderão dizer? Alguns poderão dizer que temos a ERSE como regulador independente, que regula a REN, pelo que não há problema nenhum. Alguns poderão dizer isto, mas eu não; eu digo que conviria ter mantido uma participação pública na REN, porque a REN mantém duas funções que são muito importantes e por isso é que os outros países europeus mais liberais do que nós não têm os seus operadores de sistema totalmente privatizados. É que o problema não é a passagem da energia elétrica no tubo; o problema é o do despacho, como o senhor disse, e o do planeamento dos centros eletroprodutores.

Por isso, nós poderíamos dizer, em tese, que o planeamento dos centros produtores é uma função do Estado e, então, se a REN é privatizada, essa função passava para a DGEG (Direcção-Geral de Energia e Geologia), só que a DGEG, esqueça, hoje, não tem competências para fazer isso.

Portanto, em nome destes dois casos, um que o senhor enunciou e outro que estou a enunciar-lhe, o despacho da rede — que é aquele que faz a gestão dos geradores para injetar na rede — e o planeamento dos centros produtores, convém mantermo-los na esfera pública.

E sabe o que é que se está a passar com o planeamento dos centros produtores? E, já agora — e sobre a questão suscitada pelo Sr. Deputado Hélder Amaral — eu gostava de dizer agora mais alguma coisa: de facto, nós estamos sem planeamento do sistema electroprodutor português, as decisões são casuísticas. Foram as eólicas, aquela batelada de eólicas! E, agora, estão encantados com a energia fotovoltaica, que, julgo, vai entrar em grande na rede.

Ora, não houve aqui um mínimo de planeamento e isto, num setor destes, não é como vender batatas num mercado! No setor elétrico — e eu sou um liberal —, tem de haver um planeamento, uma disciplina e um ordenamento. Isto não é como estar a vender margarinas ou batatas num mercado! Percebe?

Portanto, convinha termos algum planeamento indicativo. É que são investimentos pesados. E o que tem sido feito, e o monstro elétrico criado, a meu ver, prova — é um caso evidente — que os poderes públicos portugueses desistiram do planeamento do sistema electroprodutor. E o que se passa é isto: agora, vamos nesta onda; depois, vamos na outra... E andamos nisto!

Fui claro, Sr. Deputado?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Engenheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Engenheiro.

Concluída a primeira ronda, com pergunta/resposta direta, passamos à segunda ronda, em que cada grupo parlamentar colocará as suas questões e o Sr. Engenheiro, depois de tomar as devidas notas, responderá no fim.

Peço, desde já, aos grupos parlamentares que me façam chegar a informação se desejam fazer uma terceira ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Engenheiro Luís Mira Amaral, o Sr. Engenheiro afirmou na sua primeira intervenção e na resposta às questões que lhe coloquei que os CMEC são sucedâneos dos CAE, mas que tinha dúvidas sobre se a neutralidade tinha sido efetivamente assegurada.

Sem embargo, o Sr. Engenheiro fez referência ao estudo da ERSE, o qual refere que a EDP terá recebido, em 10 anos, 510 milhões de euros a mais por via dos CMEC do que teria recebido por via dos CAE.

Portanto, a questão que aqui se coloca, do nosso ponto de vista, é, desde logo, saber se os eventuais benefícios obtidos pela EDP no contexto dos CMEC foram obtidos por força da sua criação legislativa, isto é, aquando

da sua criação legislativa e por força da legislação aprovada, em 2004, ou se esses eventuais benefícios resultam da parametrização que foi feita em 2007.

Acho que é importante recordar que, em 2006, não tinha sido efetuado qualquer pagamento ou qualquer ajuste no âmbito dos CMEC. Nenhum! Só em 2007, com o Governo socialista do Eng.º José Sócrates, só, nessa altura, e com o Ministro da Economia, Dr. Manuel Pinho, é que os CMEC foram sujeitos a ajustes e foi, nessa altura, que começaram a aplicar-se.

Também, aqui, acho que é importante trazer à colação que, só nessa altura e só com esse governo, é que, efetivamente, se conhecem as reais intenções daquele governo, em termos daquela que era a política de investimento em eólicas.

Ora, estamos a falar da fixação de uma potência em 5300 MW, mas, como o Sr. Engenheiro Luís Mira Amaral fez referência, chegou a falar-se em 8000 MW.

Sendo expectável que o aumento da potência instalada, em termos de eólicas, teria um impacto calculável no valor dos CMEC, a pergunta que lhe deixo — e é apenas esta a pergunta que lhe deixo, porque acho que é óbvia e simples, mas que deve ser colocada — é se estavam ou não criadas, em 2007, as condições para uma revisão do mecanismo dos CMEC, de modo a acomodar a política do governo relativamente a estes investimentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, cumprimento novamente o Sr. Engenheiro.

O Dr. Eduardo Catroga tem feito um conjunto de afirmações em que refere que existe um *lobby* organizado anti-EDP. Gostaríamos de, nesta fase da audição, questionar o Sr. Engenheiro sobre se, na sua opinião, existe esse

*lobby* organizado, se estas afirmações são verdadeiras e, sendo-o, se considera que faz parte ou não desse *lobby*. Esta é a primeira questão.

A segunda questão tem a ver com o seguinte: o Sr. Engenheiro considerou, de uma forma romântica, digamos, que o Estado «embelezou a noiva» para vender a EDP de forma mais interessante.

Não deixa de ser curioso que um dos pontos referidos pelo Sr. Engenheiro na sua audição tenha a ver com os mais oito anos dados pelo anterior Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Eng.º Moreira da Silva, a um conjunto de produtores.

A minha questão é esta: se as rendas existiram e nasceram, única e exclusivamente, para «embelezar a noiva», como justifica que este facto já tenha ocorrido depois da última fase da privatização da EDP? É que estamos a falar de um facto posterior à última fase da privatização da EDP.

Uma outra questão tem a ver com o seguinte: considerou que é difícil, devido aos contratos assinados, reduzir os custos com as rendas excessivas. Mas foi possível neste Governo — e também já sublinhou isso —, com o trabalho que este Governo tem desenvolvido, baixar num conjunto de componentes, nomeadamente no próprio juro do défice tarifário, mexer na questão da garantia de potência, garantindo uma verdadeira interruptibilidade. Gostaria de saber se isso não são também cortes efetivos nas rendas de energia.

Uma última questão tem a ver com uma notícia vinda a público ontem na comunicação social, de que a EDP processa novamente o Estado para prolongar a renda nas renováveis.

Passo a citar a notícia: «A elétrica acaba de abrir um novo capítulo na história dos litígios com o Estado. A sua subsidiária avançou com uma ação administrativa contra o Ministério da Economia para reclamar o direito a mais 10 anos de remuneração garantida numa das suas centrais» — esta notícia saiu no semanário *Expresso*.

Gostaria de o questionar sobre a sua pertinência e também sobre o que pensa acerca deste ponto.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Engenheiro, vou colocar quatro questões breves.

Uma primeira sobre os contratos de cessação dos CAE, celebrados em 2005, que introduziram elementos novos na configuração que vinha da lei de 2004, em particular no que respeita à extensão do domínio hídrico, que era uma condição suspensiva da aplicação da lei.

Portanto, em 2005, já consta do contrato de cessação dos CAE que tem de haver a extensão do domínio hídrico, pelo que parece já haver aqui a introdução de um fator novo que é anterior a 2007. E essa é uma explicação diferente da questão das mãos portuguesas, porque, afinal de contas, do que se tratava era de garantir que eram aquelas mãos, as mãos da EDP, e em função de um acordo celebrado entre REN e EDP e não por iniciativa própria do Estado.

Outra das alterações que foi introduzida nesses acordos é a questão que mencionou na sua primeira intervenção, do mecanismo de verificação de disponibilidade, que foi retirado precisamente nesses acordos de cessação dos CAE e que não voltou a ser introduzido, sendo que a disponibilidade declarada passa a ser sempre considerada no cálculo da componente fixa dos CMEC. Portanto, podem estar disponíveis ou não estar disponíveis e, não havendo teste, são remuneradas à mesma.

Em terceiro lugar, a questão do modelo Valorágua, que está relacionada com esta, como se viu na sua primeira intervenção. Em 2008, a ERSE recomendou que fosse feita uma auditoria externa ao modo como o

modelo Valorágua estava a ser aplicado. Tem informação sobre se, algum dia, essa auditoria se verificou, ou não? É que é uma circunstância, pelo menos, extraordinária que sejam aqueles que beneficiam ou são prejudicados pelo modo como é aplicado o modelo, pela correção com que ele possa ser aplicado, os próprios operadores do modelo, ao longo dos anos.

Finalmente, uma questão conexa com esta, que é a do despacho, já referida numa intervenção anterior, que é a seguinte: mesmo não alterando necessariamente a composição acionista da REN atualmente, como é que o Sr. Engenheiro encara a proposta, inclusivamente já debatida, de uma nacionalização cirúrgica do despacho, isto é, a recuperação do controlo público sobre o serviço do despacho, para que essa operação de soberania e de segurança pública nacional, que é a gestão do despacho, possa regressar à mão do Estado, como é normal, e não estar, mais uma vez, nas mãos privadas dos mesmos acionistas últimos, que são também, em grande parte, o operador hegemónico na produção e na distribuição de energia.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Partido Comunista Português, em virtude de não se encontrar o Sr. Deputado do CDS-PP.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Muitas mais questões trazíamos nós para colocar ao Sr. Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral, mas vou colocar algumas questões, muito objetivas e muito concretas, que têm a ver com esta discussão.

Sobre o CAE da Tapada do Outeiro — um dos seus, como tem dito —, qual o motivo que levou a que o senhor obrigasse a que esta central, no âmbito do CAE, encaixasse uma compensação financeira ao projeto global de gás natural no País, de forma a atribuir uma rentabilidade mínima de 6%

e máxima de 12%? Foram calculados os impactos que tal opção tinha na tarifa da eletricidade?

Outra questão, relacionada com a concessão das hídricas: qual foi o motivo que, na altura, levou a que o senhor concessionasse as hídricas à REN, então no grupo EDP, para esta, posteriormente, atribuir as hídricas, através de novas subconcessões, à EDP? Esclareça, por favor, esse processo de uma empresa do universo da EDP atribuir concessões à própria EDP... Na altura, havia outro procedimento, outro modelo, que estivesse no seu projeto, na sua ideia, como um concurso, etc.? Que cobertura é que tinha este, como diz um camarada meu, «bailado» de concessões e subconcessões?

Sobre a Central do Pego, aquando da sua alienação, foi gerado um sobrecusto que incidiu no sistema elétrico nacional, dado o elevado valor da remuneração fixa do custo de capital, de que já aqui falámos, superior aos CAE da EDP na altura, valor permitido ao grupo privado comprador.

A pergunta é: foram, então, tidos em conta, pelo governo e por si, os impactos tarifários globais para o sistema elétrico?

Há uma questão sobre os CAE...

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Não percebi...

A Sr.ª **Presidente**: — Importa-se de repetir a pergunta, por favor? O Sr. Engenheiro não percebeu.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Com certeza, vou repetir.

A questão tem a ver com o processo de alienação da Central do Pego e o sobrecusto que foi gerado, que incidiu no sistema elétrico nacional, dado o elevado valor da remuneração fixa do custo de capital, permitido ao grupo privado comprador, levou a esse sobrecusto que incidiu no sistema elétrico.

Pergunto: esses impactos tarifários foram ou não considerados e analisados? Julgo que me faço entender quanto a esta questão, agora.

Para continuar, deixo uma pergunta que não me parece ter sido muito concretamente formulada e que tem a ver com os CAE que em 1996 foram assinados.

Peço desculpa, não sei se já respondeu a esta questão, mas é muito simplesmente isto, ainda relacionado com o caminho que foi dar aos CAE e ao que aconteceu depois: em relação ao processo de elaboração dos próprios documentos que foram, depois, assinados, digamos assim, em 1996, qual foi o envolvimento do governo de que o senhor fez parte? Nada disto acontecia, nada disto existia, nem um esqueleto, nem um esboço, nem nada, e tudo isto aparece depois de 1995, ou há uma preparação? Julgo que também é útil esclarecer esta questão.

Ainda em relação ao ex-Primeiro-Ministro Passos Coelho, julgo saber que o Sr. Engenheiro dirigiu uma exposição, uma queixa, ao então Primeiro-Ministro Passos Coelho sobre a situação do sistema elétrico nacional.

Como é que avalia essas decisões e — daquilo que me é dado a conhecer — a falta de resposta? Quer dizer: qual foi a interação, perante os alertas que o senhor transmitiu na altura? E pergunto o mesmo em relação ao, então, Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que, aliás, foi seu colega de governo enquanto ministro.

Para terminar, uma outra pergunta que queria colocar tem a ver com a questão, que o Sr. Engenheiro já há pouco mencionou, da dívida tarifária, da dita dívida tarifária com que a EDP consegue, ainda assim, juntar mais algumas receitas, mais algumas verbas que entram por essa via, seja com a titularização, seja com a questão dos juros, etc.

A pergunta é: na sua perspetiva, para clarificar, quem considera o Sr. Engenheiro que deve remir a dívida tarifária? Os consumidores, os

produtores, os contribuintes? Isto tendo em conta o percurso que, como diz o outro, «o que eu andei para aqui chegar»,...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... ou seja, tendo em atenção o percurso que o nosso País teve na construção dessa dívida, ou na criação desta parte do monstro, digamos assim?

Sr.<sup>a</sup> Presidente, mesmo para terminar, deixo uma questão sobre uma portaria de 2010 — é a última questão, tendo em conta o tempo de que disponho.

Em 2010, o Sr. Engenheiro foi muito crítico de uma portaria do então Secretário de Estado da Energia, Carlos Zorrinho, a Portaria n.º 765/2010, sobre a garantia de potência, referindo que tal diploma, dizia o Sr. Engenheiro, significava a transferência de 61 milhões de euros para as centrais hídricas existentes, inclusive com efeitos retroativos, e de 130 milhões de euros para as novas térmicas e de bombagem, sacados ao consumidor.

A pergunta é: mantém essa análise sobre essa portaria e sobre a garantia de potência?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Engenheiro, a palavra é sua para responder, agora em conjunto. Tendo em consideração que falaram apenas quatro Srs. Deputados, com a redução de tempo, dispõe de 15 minutos para o efeito.

Queira ter a gentileza.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Em relação à primeira pergunta do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, sobre os CMEC de 2004 e a passagem para 2007, de facto, em 2004, o que me dizem o Ministro e o Secretário de Estado da altura é que a preocupação foi aquela que expliquei, a neutralidade financeira. Quer o Eng.º Álvaro Barreto quer o Eng.º Manuel de Lencastre — aliás, estive em casa dele, há 15 dias, em Boston, e falei com ele sobre a matéria — diziam-me que a preocupação era a neutralidade financeira.

Portanto, o que lhe posso dizer, em 2007...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas qual era a preocupação?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — A preocupação era a neutralidade financeira. Neutralidade financeira. Posso dizer que falei, depois, com pessoas, nomeadamente como o Prof. Paulo Pinho, que era um *advisors* financeiros na altura, e que também me dizia a mesma coisa.

Portanto, respondendo à sua pergunta sobre se, como diz o *Jornal de Negócios*, citando a ERSE, há mais 510 milhões a mais... Se há, eu não posso afirmar que há, estou a citar os jornais, portanto, por favor não digam que fui eu que disse eu estou a citar os jornais, porque não tenho o estudo, não fiz as contas e tenho extremo cuidado nesta matéria, portanto...

Já basta o que basta, o que vou aturar amanhã do setor elétrico, para, ainda por cima, distorcerem o que digo. Caem-me todos em cima! E sei do que estou a falar — *SMS* e companhia... Muito mimosos... Sei do que estou a falar!

Isso é a propósito dos *lobbies*, o que o Sr. Deputado me perguntou.

Portanto, estou a citar o *Jornal de Negócios*, que diz isso. Eu quis sacar o estudo da ERSE, mas não mo deram, portanto, não estou à vontade para dizer que isto é taxativo. Se isto é verdade, a conclusão que tiro é que houve manipulação na fórmula de 2007. Para mim é óbvio!

O Sr. Deputado Jorge Costa acrescentou uma coisa, em relação à qual concordei com ele, que já expliquei: é que, nos WACC e naquelas coisas, quando convém, o risco do negócio é um, quando não convém, o risco é outro.

Portanto, há ali manipulações de parâmetros, e os financeiros sabem fazer isto de forma excelente e o pessoal fica «a ver navios». Ainda por cima porquê? Porque o pessoal, depois, normalmente, nos governos ou até no setor energético, não tem esta competência financeira. Até eu, que trabalhei na banca de investimentos, tenho de pensar duas vezes quando me mandam estas coisas!

Portanto, se isto é verdade, a única conclusão que posso tirar é que houve manipulaçãozinha da fórmula — se é verdade! Eu não estou a dizer que houve, e enfatizo esta questão!

O Sr. Deputado pôs-me a questão e eu remeto-o para o *Jornal de Negócios*, que tem esta afirmação dos 510 milhões a mais, que é a que eu pus, citando o *Jornal de Negócios*. Portanto, se isto foi assim, ou se isto for assim, parece-me que terá havido alguma manipulação nas taxas, e o Sr. Deputado Jorge Costa até me explicou uma coisa que eu já sabia — mas foi o Sr. Deputado que explicou —, porque fiz um trabalho de casa, fui-me informando sobre esta matéria.

Agora, repare: tudo isto podia ser mais ou menos custoso, dependia da dose de eólicas que tivermos. Porquê? Porque, no fundo, quanto mais eólicas, menos as centrais do regime ordinário trabalham e, portanto, mais compensação tem de estar nos CMEC; quanto menos eólicas, mais estas centrais vão ao mercado buscar a receita para pagar custos fixos. Quanto menos trabalham, menos o mercado lhes paga os custos fixos e, portanto, mais entramos nós, consumidores...

Por isso é que eu falo do *mix* e do *cocktail* explosivo. Isto não é CMEC; os CMEC são a propagação das eólicas às centrais ordinárias, é o efeito de

propagação, coisa que começa no excesso eólico, depois é que está a propagação aos CMEC.

Portanto, não culpem só os CMEC, porque começa... Isto é Ministro Manuel Pinho! Quando lhe tentei explicar o que estava em causa, ele estava tão encantado com isto que, confesso, desisti de falar com o senhor. Não sei como é que ele é professor de energias, acho que é professor de energias ocultas, talvez...

*Risos.*

Não sei bem como é que este homem ensina energia... Acho que ele não sabe a diferença entre potência e energia.

Tentei explicar-lhe que o facto de ter lá 5300 MW não significa que tenha lá energia, porque aquilo trabalha só 25% do tempo. E, depois, há outro problema que qualquer empresário sabe: as máquinas eólicas são máquinas de capital intensivo e qualquer empresário, numa fábrica, sabe que as máquinas de capital intensivo deviam trabalhar o dia inteiro, dia e noite!

Ora, nós, com o regime de vento que tem em Portugal temos máquinas de capital intensivo a trabalharem só 25% do tempo — 25% ou 30%. Portanto, isto, do ponto de vista económico, é um sobrecusto! Se fosse numa empresa, íamos à falência... Tanto que estivemos lá próximos, o chamado «Portugal, SA» esteve perto da falência.

De facto, ter máquinas de capital intensivo a trabalharem só 25% ou 30% do tempo, como acontece com as eólicas, em termos económicos, qualquer pessoa percebe... E tentei explicar isto ao então Ministro Manuel Pinho — que, aliás, trato por «tu» e que, do ponto de vista pessoal, é simpático, agora, nunca me entendi com ele. Nestas questões, não vale a pena... Acho que ele não sabe de energia, foi embalado por esta história,

foram para este excesso... Portanto, acho imensa piada quando o vejo como professor de energia, mas enfim...

Bom, respondi ao Sr. Deputado.

Quanto ao Sr. Deputado Hugo Costa, um *lobby* são os tipos que têm dinheiro para influenciar o poder político. O senhor vê-me com dinheiro para influenciar alguém? Sou um tipo independente, sozinho, sou remediado, nem sou rico, pá! Não faço parte de *lobby* nenhum!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas existe?

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Agora, devo dizer que, se estivesse no lugar dos gestores da EDP, com aquilo que ganham, fazia o *lobby* dia e noite! Com o que ganham...!? Eles têm de fazer *lobby* dia e noite, e estão no seu papel. Estão no seu papel! Já expliquei que cada um trata...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas a pergunta não foi essa, foi se havia um *lobby* anti-EDP, se considerava que existia...

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Mas o Sr. Deputado virou-se para mim e perguntou-me se fazia parte desse *lobby*.

A Sr.ª **Presidente**: — Vamos evitar o diálogo.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Não faço parte de *lobby* nenhum, não há *lobby* nenhum!

Quer dizer: há pessoas, como eu, o Eng.º Henrique Gomes, o Prof. Clemente Pedro Nunes, que também cá vem, e, eventualmente, o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes, que somos especialistas em energia, achámos que o modelo estava exagerado e temos dado as nossas opiniões; daí a sermos um

*lobby*...! Os Srs. Deputados já nos viram, alguma vez, aqui, a fazer pressão sobre os senhores?!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas não foi essa a questão...

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Não há nenhum *lobby*! Aliás, citando o Sr. Deputado Hélder Amaral, o que temos concluído é que lá se consegue fazer qualquer coisa, chega aos primeiros-ministros e bate na trave. Portanto, o *lobby* deles é muito bom! O *lobby* deles é muito bom e é o ex-Ministro Álvaro Santos Pereira que diz que se abriu a garrafa de champanhe, é o atual Primeiro-Ministro que diz que estes tipos das elétricas são muito complicados, ou uns gajos cheios de truques...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Disse que são manhosos.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Pois, utilizou a expressão «manhosos». Foi ele que disse, estou a citá-lo! Portanto, estas palavras é que indiciam que eles acham que há...!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas não foi essa a pergunta!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Então qual foi a pergunta, Sr. Deputado? Não percebi.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — O meu colega perguntou se o Sr. Engenheiro considerava que em Portugal pudesse, eventualmente, existir um *lobby* anti-EDP, independentemente de quem participasse nele.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Não conheço nenhum *lobby* anti-EDP, porque um *lobby*, para mim, tem de ser uma estrutura organizada com poder económico para agir. Isto é muito diferente de ter três ou quatro pessoas que têm o seu pensamento, como o Sr. Eng.º Sampaio Nunes e eu... Portanto, não conheço *lobby* nenhum.

Sobre a outra questão que colocou, o que aconteceu nestes oito anos a mais não foi com o Ministro Moreira da Silva, ainda foi com o Secretário de Estado que substituiu o Henrique Gomes, o Artur Trindade, que, com o Ministro Álvaro Santos Pereira, foi quem fez este negócio com os produtores eólicos.

A seguir é que veio o Ministro Moreira da Silva, que, aproveitando isto, taxou os outros com a CESE, dizendo que estes não eram taxados, porque já tinham sido objeto de relevantes medidas de cortes de custos. Quem fez isto foi o Secretário de Estado Artur Trindade com o Ministro Álvaro Santos Pereira.

Quando o Ministro Moreira da Silva chega e tem a pasta do ambiente e da energia, então, vem dizer que não aplica a taxa às eólicas, porque tinham sido objeto de uma grande redução de custos, o tal descontozito que foi feito. Foi isto que se passou!

Já agora, devo dizer que, na minha opinião pessoal — isto é da responsabilidade exclusiva dos primeiros-ministros —, eu entendo que o ambiente não deve gerir interesses económicos, o ambiente tem de ser o hábito moral disto tudo.

Portanto, quando vejo o ambiente a abaratar os transportes ou a energia, não vai dar bem; «cada macaco no seu galho», é a minha opinião. Mas cada primeiro-ministro... Se eu fosse primeiro-ministro, o ambiente não geria interesses económicos, mas teria de ser a consciência moral e o hábito acima dos interesses económicos. Portanto, o ambiente não deve estar a gerir

o interesse nacional, porque isso gera conflitos de interesse — isto é só um aparte.

Quanto às garantias de potência, o que foi feito pelo atual Secretário de Estado da Energia foi bem feito. É a natureza das coisas, não vale a pena discutir que as centrais eólicas têm de ter as tais centrais de *backup*. As centrais de *backup* são centrais que vão trabalhar pouco, que só estão ali para funcionar em caso de não haver vento, trabalhando poucas horas. Isto significa, no fundo, que se lhes vai pagar pela potência que têm — a figura é a de garantias de potência. Têm de existir, é a natureza física das renováveis intermitentes.

Logo, o que o Secretário de Estado fez foi bem feito ao reconhecer que tem de haver estas centrais de energia de potência, e quais são elas? São aquelas que estavam em mercado e que não eram cobertas pelos CMEC ou pelos CAE.

Se é preciso que essas centrais entrem para fazer este trabalho, então, faz-se um leilão competitivo entre elas e a que ganhar o concurso, a que oferecer preço mais competitivo, é, depois, paga por nós nos CIEG.

Portanto, a inclusão de garantias de potência numa lógica de leilão competitivo, que foi feita pelo Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches — e que continua a fazer-se —, foi bem feita.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Para a Comissão Europeia isso não se realizou nem se sabe se irá realizar-se.

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — O que o Secretário de Estado me explicou é que era isto que ia fazer.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registarem-se as palavras do orador).*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Peço aos Srs. Deputados que não entrem em diálogo.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Chamei a atenção para, a meu ver, devido à intermitência das renováveis, ser necessário que haja este esquema, isso tem de haver, então faça-se um concurso competitivo...

O Sr. **Luís Moreira Testa (PS)**: — Sim, sim!

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Se o leilão já está fechado ou não, não sei, mas em resposta à vossa pergunta, a minha opinião, o meu juízo de valor é este.

Sr. Deputado Jorge Costa, de facto, a extensão do domínio hídrico é que veio dar um valor ainda mais salgado aos CMEC, como, aliás, consta do tal relatório que eu e o senhor temos, mas que parece que mais ninguém tem.

Eu não disse que a disponibilidade não estava a ser verificada, o que eu disse foi que a lógica dos meus CAE era a de pagar custos fixos em função da disponibilidade, e, como não tinha «a mão na massa», perguntei se isso está a ser feito ou não. Levantei a questão para vocês averiguarem. Num inquérito destes o poder político pode agir.

Portanto, estou a dar-vos uma sugestão construtiva para verificarem se isso está a ser feito. Não sei se está a ser feito. É claro que se digo isto é porque suspeito que possa não estar a ser feito, como compreendem. Como não sei, sugiro-vos que verifiquem.

Quanto ao Valorágua, expliquei aqui que as centrais da EDP que estão em CMEC não podem fazer o que querem, deviam estar sujeitas à lógica de eficiência, e, dentro dessa lógica de eficiência, de funcionar uma e não funcionar outra, era o programa Valorágua que mediava.

Se é a ERSE que tem de controlar isto, não fazia sentido, até hoje, a ERSE não ter o Valorágua e este programa estar só na mão daquele que tem de ser «chechado». Isto não fazia sentido nenhum! Ter acesso só quando a ERSE queria fazer uma auditoria, isso não chega; a ERSE, desde o primeiro minuto, quando isto foi montado, devia ter tido acesso ao programa Valorágua. Portanto, o Valorágua não devia ter sido só deixado nos *players*, pelas razões que expliquei – e eu se estivesse no lugar deles fazia o mesmo.

Se têm centrais que estão nos CMEC, recebem dos CMEM e não precisam de vender energia, então, põem a vender noutra central que não tenha CMEC. Portanto, é o programa Valorágua que permite ver qual é a central que deve ser posta para utilizar o sistema. Para mim, não faz qualquer sentido que a entidade que vai controlar isto na passagem dos CAE para os CMEC, que é a ERSE, não tenha acesso ao Valorágua. Além disso, pedir uma auditoria externa para quê? Se a auditoria externa não tiver o Valorágua, o que é que a auditoria externa faz?

Portanto, o problema essencial é que o instrumento que permite verificar se aquelas centrais estão a funcionar, na ótica de serem otimizadas ou não, é o Valorágua. Logo, façam-se todas as auditorias externas que se quiserem, que, se não tiverem o Valorágua, acho que não resolve o problema. Para mim, é claro que a ERSE devia ter acesso ao Valorágua. Parece que agora já tem, mas não tinha. Acho que foi com o Secretário de Estado Seguro Sanches que isto começou.

Aliás, não posso recorrer aqui muito ao Sr. Deputado Jorge Costa, porque já li no jornal que a Secretaria de Estado da Energia era um departamento do Bloco de Esquerda. O Sr. Deputado também já ouviu isso.

*Risos.*

Estamos esclarecidos? Para mim, o Valorágua é essencial para controlar se as centrais estão a funcionar otimizadas ou não, e, portanto, a ERSE tem de ter esse controlo. Parece que já o tem agora, mas não tinha.

Em relação ao despacho de Sacavém (Centro de Despacho de Eletricidade da REN), há um problema na REN que é mais global do que este: fiz a desintegração vertical e criei a REN para ser autónoma da EDP Produção e EDP Distribuição. Mas, agora, o que temos? A *holding* estatal chinesa, em que uma das empresas controla a REN e a outra controla a EDP, está a ser feita em Pequim a integração vertical, que eu tinha desmontado em Lisboa, ao criar a REN separada da EDP. Portanto, o *unbundling* — é o termo técnico da desintegração — que eu tinha feito, está a ser, agora, recriado com a *holding* chinesa.

Também vi nos jornais a ERSE colocar a questão se as duas empresas, a que está na EDP e a que está na REN, eram controladas ou não por uma *holding*, porque aí é que se levantava o problema — e bem, a meu ver — de que não podia, de facto, haver aqui um controlo único sobre as duas.

Portanto, o problema põe-se em termos de regulação e de política de competência. Nem é a intervenção do Estado, ou dizermos que queremos que seja pública ou ser pública, ou ter a mão do Estado; é um problema de regulação que as leis europeias não aceitam.

As leis europeias — que, aliás, o Eng.º Pedro de Sampaio Nunes conhece melhor do que eu — dizem claramente que a entidade de transporte tem de ter uma estrutura acionista que seja independente de quem tem *utility*.

Se em Portugal isto é recriado, através da *holding* chinesa, há aqui uma violação clara das leis da concorrência europeias. A integração vertical, que eu tinha desmontado em Lisboa, o tal *unbundling*, está agora...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Engenheiro, faça favor de concluir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas ainda falto eu!

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — Vou terminar, Sr.ª Presidente.

Quanto ao despacho, existe um grande problema: é que seja o que for que façamos, existem consequências externas e, como o País está altamente endividado, o Sr. Deputado até pode ter razão, mas com as consequências externas que isto pode ter, tenho dúvidas, tenho receio e confesso que não sou muito fã dessa matéria.

Só para terminar, vou responder ao Sr. Deputado Bruno Dias, dizendo-lhe que formalizei – e antes a EDP era pública e não tinha concessões – e fiz contratos de concessão em que o Estado dava à EDP a concessão da produção, dava à EDP a concessão de distribuição e dava à REN a concessão do transporte.

Esses contratos foram feitos por mim e a única coisa que aconteceu, cujos pormenores já não sei repetir-lhe, foi que houve problema com os terrenos das centrais que estavam na posse da REN. Foi o que se passou! Os pormenores já não sei concretizar, mas, no meu tempo, nunca houve a passagem de centrais para a REN, antes pelo contrário, a REN foi separada da EDP. A REN é a entidade de transporte, foi-lhe dada uma concessão de serviço público de rede de transporte, e à EDP foram-lhe dadas as respetivas concessões.

Foi o que fiz, formalizando, se o Sr. Deputado quiser, uma possível privatização, porque enquanto era tudo público até o Sr. Deputado podia dizer que eu estava a ser excessivo ao dar concessões a uma entidade pública. Se é tudo público, está tudo em casa!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não, a gente já sabia o que era!

*Risos.*

O Sr. Eng.º **Luís Mira Amaral**: — O senhor percebeu a minha lógica?!

A única coisa que houve foram os terrenos das centrais que estavam afetos à REN, já não me lembro bem da história, mas sei que houve aí uma confusão.

Quanto à outra questão que o Sr. Deputado me coloca, e não vou aqui entrar em pormenores, escrevi uma carta ao Dr. Passos Coelho cujo objetivo foi o de apoiar o Eng.º Henrique Gomes, chamando a atenção para a situação, que era difícil e que ele devia apoiar o Eng.º Henrique Gomes, mas nunca obtive resposta. Nem sequer me respondeu... Aliás, não vou aqui entrar em pormenores sobre outras coisas que escrevi e às quais ele também nunca me respondeu... Eu devia ser um tipo sem importância, sem relevância, pois o Sr. Primeiro-Ministro Passos Coelho nunca me respondeu a nada do que lhe mandei. É o que lhe posso dizer.

Sobre dívida tarifária, o que a EDP faz, porque há um decreto-lei do Governo que lhe garante isto, é que a dívida tarifária vende aos bancos, e, portanto, recebe logo o dinheiro. Esse decreto-lei diz que se, supostamente, não pagarem, o Estado ainda vai entrar.

Também lhe devo dizer que não pense que o contribuinte vai pagar, porque, na situação em que estamos, ninguém quer aumentar dívida pública, assumindo dívida tarifária para o Estado. Esqueça! Portanto, vai ser o consumidor, quer goste, quer não, a pagar.

Quanto ao Carlos Zorrinho, o Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches deu-me razão na minha crítica sobre não se fazer um processo concorrencial, etc. O que o Secretário de Estado Seguro Sanches está a fazer, quando faz estas garantias de potência, um processo concorrencial, etc., consubstancia inteiramente a minha crítica ao Secretário de Estado Carlos Zorrinho. Acho que aquilo era feito casuisticamente, sem nenhum critério

concorrencial, portanto, o Secretário de Estado Seguro Sanches responde por mim, está a ser correto e eu critiquei o então Secretário de Estado Carlos Zorrinho.

Penso que terminei, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Engenheiro.

Fui informada pelos Srs. Deputados do PSD, do PS e do Bloco de Esquerda que prescindem da terceira ronda, ficando apenas o Sr. Deputado Bruno Dias, a quem dou, desde já, a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, as questões que o PCP tinha estão respondidas no essencial, mesmo naquilo que decorre do andamento da discussão e das respostas do Sr. Engenheiro, pelo que também prescindimos de uma terceira ronda de perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada.

Então, no âmbito do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento das Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade, concluímos assim a audição ao Sr. Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral, a quem agradeço as horas que partilhou connosco os seus conhecimentos e os seus pontos de vista.

Em nome da Comissão, agradeço a disponibilidade e os elementos que connosco partilhou. Desejo-lhe as maiores felicidades e até uma próxima oportunidade.

Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **Luís Mira Amaral**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, só para dizer que também entreguei um texto mais longo que tem mais alguns esclarecimentos técnicos que, obviamente, não tive tempo para o ler aqui.

Portanto, quem estiver interessado, pode ler esse texto mais longo e se, depois, tiver alguma dúvida e quiser algum esclarecimento meu, pessoal ou particular, também estou disponível.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Engenheiro. Todos os documentos que nos enviou já foram distribuídos.

Antes de dar por encerrada esta reunião, pedia aos Srs. Coordenadores que reunissem comigo durante um bocadinho, pelo menos, para podermos falar, se for possível.

Dou por encerrados os nossos trabalhos.

*Eram 21 horas e 35 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.